



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA**

CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA

**A QUESTÃO AGROAMBIENTAL NO EIXO TEMÁTICO TVT: ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA ESTADUAL NOVA ITAMARATI, ASSENTAMENTO ITAMARATI II –
PONTA PORÃ, MS**

DOURADOS – MS

2021

CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA

**A QUESTÃO AGROAMBIENTAL NO EIXO TEMÁTICO TVT: ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA ESTADUAL NOVA ITAMARATI, ASSENTAMENTO ITAMARATI II –
PONTA PORÃ, MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Geografia, Nível de Mestrado, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza. Área de concentração em Produção do Espaço Regional e Fronteira

DOURADOS – MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F382q Ferreira, Cristina Oliveira

A Questão Agroambiental no Eixo Temático TVT: Estudo de Caso na Escola Estadual Nova Itamarati Assentamento Itamarati II - Ponta Porã, MS [recurso eletrônico] / Cristina Oliveira Ferreira. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Rodrigo Simão Camacho .

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Escola Nova Itamarati. 2. Escola do Campo. 3. Eixo Temático Terra-Vida e Trabalho. I. Camacho, Rodrigo Simão. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA

**A QUESTÃO AGROAMBIENTAL NO EIXO TEMÁTICO TVT: ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA ESTADUAL NOVA ITAMARATI, ASSENTAMENTO ITAMARATI II –
PONTA PORÃ, MS**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFGD**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho (UFGD)
Presidente e orientador

Prof.^a Dr.^a Daiane Alencar Silva (UEMS)

Prof.^a Dr.^a Andreia Sangalli (UFGD/FAID)

Prof. Dr. Ademir Terra (UEMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de vida e inspiração.

À minha família, que é agricultora e protagonista da luta pela reforma agrária, por terem plantado em mim valores da luta, da perseverança e da dedicação ao trabalho que me guiam os passos pela vida.

Agradeço também em especial ao meu esposo pela paciência e compreensão, às pessoas que fazem parte da minha história, que de alguma forma auxiliaram-me no decorrer dessa maravilhosa jornada de mestrandia contribuindo para a caminhada deste trabalho; assim, agradeço àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas, como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Rodrigo Simão Camacho por ter me incentivado desde quando estava cursando a disciplina como aluna especial em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Geografia, conduzido e orientado na realização do primeiro passo da pesquisa.

Devo agradecer a Direção, professores e estudantes da escola estadual Nova Itamarati pela recepção, pelas informações técnicas, pelas orientações, pela permissão de acompanhá-los no seu cotidiano, sem a ajuda da equipe escolar eu não teria como ter acesso aos materiais e levantamento de dados necessários, tão pouco conheceria os projetos que vêm sendo desenvolvidos na instituição.

Assim como devo agradecer ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Geografia e a todos os Professores Doutores que contribuíram com conhecimentos adquiridos através de suas aulas, assim como experiências únicas proporcionadas pelos trabalhos de campo.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo refletir sobre as contribuições da educação do e no campo na construção das práticas socioambientais e de que forma estas questões são inseridas no currículo da Escola Estadual Nova Itamarati, localizada no Assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã, MS. Neste sentido, a pesquisa buscou analisar como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola aborda a temática agroambiental nos projetos inseridos no eixo temático Terra-Vida e Trabalho, concretizando o espaço da escola do campo como de fundamental importância para o debate e tomada de consciência sobre as questões agroambientais. Trata-se de um estudo no qual foi aplicado um questionário à Direção, professores atuantes no eixo temático, bem como aos estudantes, cuja percepção sobre o papel da Escola e a importância da abordagem às questões temáticas inseridas no componente curricular da Escola foram a base central da referida pesquisa. A Escola, reconhecidamente compreendida como um espaço de compartilhamento de informações e da disseminação de conhecimentos tem um importante papel na formação dos futuros produtores rurais e na perpetuação dos ensinamentos sobre o trabalhar a terra, considerando a história do Assentamento e toda a luta travada em torno da aquisição da terra. Deve, portanto, possibilitar que os jovens sejam enriquecidos com conhecimentos que vão influenciar a sua permanência no campo, porém, considerando agregar ações que irão contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Escola Nova Itamarati. Escola do Campo. Eixo Temático Terra-Vida e Trabalho.

ABSTRACT

This research aimed to reflect on the contributions of education in and in the field in the construction of socio-environmental practices and how these issues are inserted in the curriculum of the Nova Itamarati State School, located in the Itamarati II Settlement, municipality of Ponta Porã, MS. In this sense, the research sought to analyse how the School's Political Pedagogical Project (PPP) addresses the agro-environmental theme in projects included in the Earth-Life and Work thematic axis, making the rural school space of fundamental importance for the debate and decision-making. awareness of agri-environmental issues. This is a study in which a questionnaire was applied to the Direction, teachers working in the thematic axis, as well as to students, whose perception of the role of the School and the importance of addressing the thematic issues included in the School's curricular component were the basis of center of that research. The School, recognized as a space for sharing information and disseminating knowledge has an important role in the formation of future rural producers and in the perpetuation of teachings about working the land, considering the history of the Settlement and the entire struggle waged in around land acquisition. It should, therefore, enable young people to be enriched with knowledge that will influence their permanence in the countryside, however, considering adding actions that will contribute to the preservation and conservation of the environment.

Keywords: Nova Itamarati School. Country School. Thematic Axis Earth-Life and Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AMFFI	Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul
APP	Área de Preservação Permanente
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFB	Código Florestal Brasileiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IE	Instrumentos Econômicos
IP	Instrumentos Persuasivos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCS	Organização de Controle Social
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PPP	Projeto Político Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
RL	Reserva Legal
SAF	Sistema Agroflorestal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas

SECAF	Serviço de Assessoria a Agricultura Familiar
SPG	Sistema Participativo de Garantias
TVT	Terra-Vida e Trabalho
UDR	União Democrática Ruralista

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários – 1975 a 2017 . 61

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Território controlado pela Companhia Mate Laranjeira em MS (1882-1924).....	31
Mapa 2 – Localização dos Assentamentos Itamarati I e II no Estado do MS.	43
Mapa 3 - Fazenda Itamarati	45
Mapa 4 - Disposição das áreas dos Grupos Sociais no Assentamento Itamarati I e II.....	46
Mapa 5 - Vegetação remanescente e recursos hídricos do Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, MS	54

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Reunião do Núcleo de Agroecologia – Organização de Controle Social (OCS).....	69
Foto 2 - Visita a Propriedade ecológica da produtora C.V.....	71
Foto 3 - Propriedade agroecológica – lote 774, do MST.....	73
Foto 4 - Exposição do cartaz de apresentação do Grupo Ecológico Ponta Porã II	76
Foto 5 - Exposição da cultura orgânica, venda de produtos na Escola Estadual Nova Itamarati..	77
Foto 6 - Histórico de imagens da Antiga escola nos anos 1975, 1980 e 1985	102
Foto 7 - Tomada área do complexo escolar.....	103
Foto 8 - Fachada atual da Escola Estadual Nova Itamarati	104
Foto 9 - Semana do Meio Ambiente - 2019	110
Foto 10 - Aulas práticas de Eixos Temáticos: TVT na horta escolar – Ensino Fundamental	112
Foto 11 - Aula prática de Eixos Temáticos: TVT na horta escolar – Ensino Médio.....	113
Foto 12 - Elaboração de jardim utilizando reciclagem de pneus.....	114
Foto 13 - Aula prática de TVT execução do projeto plantas medicinais	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados sociodemográficos dos estudantes	129
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Utilização da terra, por agricultura familiar e não familiar: Lavouras-permanentes e Lavouras-temporárias	56
Tabela 2 - Número e área dos estabelecimentos, por agricultura familiar e não familiar	60
Tabela 3 - Estabelecimentos com grupos de área de lavoura de 200 ha que mais utilizaram agrotóxicos.....	63
Tabela 4 - Estabelecimentos que praticavam agricultura orgânica em 2017, por agricultura familiar e não familiar	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA.....	19
CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: O DIREITO DE ACESSO À TERRA	22
1.1 A Questão Agrária no Brasil	22
1.2 A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul.....	29
1.3 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Cidadã de 1988: o direito de acesso à Terra por meio da Reforma Agrária	35
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO AGRÁRIA E AGROAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO ITAMARATI	42
2.1 A Conquista do Assentamento Itamarati.....	42
2.2 Os Recursos Naturais no Assentamento Itamarati	53
2.3 A Questão Agroambiental.....	58
2.4 O Núcleo de Agroecologia e sua atuação nos Assentamentos Itamarati I e II.....	67
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA	79
3.1 A Educação do Campo: pressupostos teóricos.....	79
3.2 Breve histórico da conquista da Educação do Campo no Brasil e em Mato Grosso do Sul	86
CAPÍTULO 4 - A QUESTÃO AGROAMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL NOVA ITAMARATI	96
4.1 A questão agroambiental e o Ensino de Geografia.....	96
4.2 A Escola Estadual Nova Itamarati: o Projeto Político Pedagógico e o eixo e Disciplina TVT	102
4.3 As ações ambientais desenvolvidas pela Escola Estadual Nova Itamarati.....	108
4.4 Lotação dos professores no eixo temático TVT e as entrevistas com o corpo docente e discente da Escola Estadual Nova Itamarati.....	115
4.4.1 O eixo temático Terra-Vida e Trabalho e o processo de lotação dos professores	117
4.4.2 Entrevista com a Direção da Escola Estadual Nova Itamarati	118

4.4.3 Entrevista com os professores do eixo temático Terra-Vida e Trabalho	122
4.4.4 Entrevistas com os Estudantes	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICE	143
ANEXOS.....	146

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro vem enfrentando o desafio de superar um modelo educacional eurocêntrico hegemônico imposto desde a época da colonização baseado na homogeneidade¹, o qual não aceita as diferenças com interesse de dominação territorial, causando exclusão e escravidão. A formação dos estados e os avanços tecnológicos contínuos fizeram surgir uma educação baseada no domínio da elite brasileira capitalista, disseminando a ideologia do modo de produção capitalista voltado para qualificação de mão de obra para indústrias, visando apenas o lucro.

A reprodução desse sistema capitalista dirigido pelo mundo dos negócios modifica a cultura, os saberes, as crenças, a natureza, desterritorializa o camponês e os povos da terra, induz a população viver subordinada a essa lógica de dominação econômica-política-cultural. No campo essa força ideológica predominou com um discurso de que o camponês que trabalha com a terra de forma braçal não precisa de estudo. Conforme Camacho (2014b), a força da ideologia dominante, que foi imposta por oligarquias agrárias que prevalecem no país desde os tempos coloniais, tem defendido que era inútil e supérflua para os camponeses aprender a ler e escrever. Deste modo, a sociedade patriarcal² elege e seleciona o que interessa como modelo econômico, político e cultural, assim tudo o que está fora deste contexto é estranho, excêntrico, o que exclui os povos que vivem no campo.

Diante desse cenário, esta pesquisa trará ao longo do texto uma abordagem sobre a relação entre a sociedade e a natureza e o modo de produção capitalista, que consiste na opressão do trabalhador assalariado e do campesinato com a intensificação da exploração dos recursos naturais para acumulação de riquezas. No espaço rural este modelo de produção se manifesta na expropriação do camponês trazendo como consequências conflitos agrários, êxodo rural, desemprego e miséria, além de acelerar a destruição do meio ambiente através do desmatamento,

¹ Processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica, silenciando e inviabilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades (CANDAUI; RUSSO, 2017, p. 154).

² O patriarcado, no Brasil, é visto como uma herança do sistema escravista. Dentre as características da sociedade patriarcal está a dominação do homem, pai, sobre a estrutura familiar, muitas vezes formada a partir da anexação da propriedade dos filhos junto a do pai, formando uma grande propriedade na qual impera as ordens do pai. Na atualidade, tem-se discutido a relação das relações patriarcais com a propagação dos casos de violência contra mulheres, nas quais ainda prevalece a impunidade do agressor como resultado da defesa da honra masculina (FERNANDES, 2008).

da exploração dos minérios, uso intensivo de agrotóxicos e utilização de maquinários em grande escala, colocando em risco a soberania alimentar.

Nesta perspectiva, a luta dos movimentos socioterritoriais³ do campo não se configura apenas pela conquista da terra, mas sim, em uma luta constante por direitos e políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades camponesas, isso significa lutar pelo trabalho, pelo direito de manter sua identidade territorial, pela preservação do meio ambiente, pela soberania alimentar e por uma educação de qualidade, o que implica não só na construção, mas também na manutenção de escolas no campo, sobretudo nos assentamentos da reforma agrária. Visa também uma educação que seja voltada para a transformação social, auxiliando os oprimidos em sua luta constante por direitos, formando indivíduos críticos e ativos para atuar em sua realidade.

Ao longo do texto procurou-se refletir sobre a relação dos territórios materiais e imateriais para a construção da dialética da Educação do Campo que está contida no Paradigma da Questão Agrária contrapondo-se a educação rural que está contida no Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), ambas com pressupostos teórico-político-ideológico diferentes. O paradigma da educação rural tradicional está baseado no modelo conservador de educação engrenado nos moldes do capitalismo e do agronegócio que integra o camponês de uma forma subordinada. Conforme Fernandes e Molina (2004), a educação rural, em suas correntes mais conservadoras, tem uma visão exterior que ignora a própria realidade que se propõe a trabalhar. As consequências da educação rural tradicional atrelado a falta de políticas públicas deixam claro o tratamento desigual e discriminatório com relação a população rural, levando a falta de escolas, reprovação de estudantes, evasão escolar, sendo estes fatores que acarretam em elevados índices de analfabetismo na área rural.

No entanto, os movimentos sociais do campo resistem lutando por uma educação de qualidade específica com sua cultura e para a formação de seus territórios, colocando em questão novas ideias e valores, oportunizando gerar novos paradigmas. Um exemplo disso é o movimento por uma “Educação do Campo”⁴ que traz novos conceitos construindo um novo debate para fazer

³ Movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005).

⁴ Em meados da década de 1990 nascia o movimento político-social Educação do Campo que visava uma renovação de qualidade pedagógica e política na educação rural, cujo histórico desde os primórdios coloniais foi de exclusão e

frente a realidade de descaso com a Educação do Campo por parte do Estado, rompendo com o paradigma da educação rural. Neste viés, o Paradigma da Questão Agrária é, necessariamente, um projeto de oposição ao agronegócio, pois é formado pelos sujeitos da resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo que pretende desterritorializar os camponeses (CAMACHO, 2014b).

Por isso concorda-se com o paradigma da questão agrária, que defende a recriação do campesinato representando a luta e os conflitos do camponês para a formação e construção de seus territórios. Possibilitando uma educação emancipatória com sujeitos ativos para interagir com seu meio, com uma consciência crítica para que possam construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Através das lutas, debates e diálogos a Educação do Campo vem se construindo por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, trabalho, territórios e culturas que compõem sua diversidade. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de os sujeitos criarem e recriarem as condições de existência em seu território. Uma educação que se torna uma estratégia importante para a transformação da realidade desses sujeitos, em todas as suas dimensões: sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas.

De acordo com Brasil (2010, p. 17), precisa ser uma educação “para além do espaço escolar, no lugar social que emerge da realidade social, como expressão da Educação do Campo na sua interdependência entre particularidade e universalidade”. Nesse sentido, a Educação do Campo tem a responsabilidade, com os sujeitos inseridos no espaço escolar, com sua família e a comunidade como um todo. Para Caldart (2004), o campo necessita de um olhar pedagógico no espaço escolar que respeite e valorize o espaço agrário e que contemple o desenvolvimento socioambiental na sua totalidade. Destaca ainda que:

[...] significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudos com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo [...] (CALDART, 2004, p. 35).

No bojo da Educação do Campo, as questões agroambientais são compreendidas como importantes aliadas no currículo escolar, com o intuito de buscar a construção de conhecimento

subjugação dos povos rurais, manipulados como instrumentos nas mãos da elite capitalista. Seu berço nascedouro foi a luta pela Reforma Agrária no Brasil, tendo como pano de fundo a educação promovida nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) (MUNARIM, 2008).

que interligue pedagogicamente a teoria e a prática proporcionando uma formação escolar íntegra, que relacione os conteúdos socioambientais com a realidade vivenciada pelos sujeitos sociais inseridos no espaço rural e na Educação do Campo, tornando a aprendizagem significativa. Sendo assim, a questão agroambiental é uma ferramenta importante para dialogar sobre questões ambientais locais, envolvendo os alunos em ações que visam o bem coletivo, incentivando as mudanças de práticas, atitudes e comportamentos. A Educação Ambiental se configura em processo emancipatório, a partir do momento em que promove um rompimento da dicotomia natural e social e se apresenta enquanto processo educativo capaz de trazer à tona uma concepção renovada das questões socioambientais.

Os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a Educação do Campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas, levando em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural (BRASIL, 2002).

Considerando a importância da Educação do Campo no processo de construção do conhecimento pautado na sustentabilidade, o estudo tem como objetivo refletir sobre as contribuições da Educação do e no Campo na construção das práticas socioambientais e de que forma estas questões são inseridas no currículo da Escola Estadual Nova Itamarati, localizada no Assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã, MS. E também analisar como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola aborda a temática agroambiental, quais projetos são desenvolvidos neste sentido e qual é o espaço das questões agroambientais no eixo Terra-Vida e Trabalho.

Os eixos temáticos Terra-Vida e Trabalho foram inclusos no PPP das escolas do campo do Estado do Mato Grosso do Sul doravante a Resolução/SED n. 2.501/2011, propiciando o desenvolvimento dos temas relacionados à temática por meio de projetos ou outras atividades da área. O motivo principal da inserção de tais conteúdos à educação do campo conferia a necessidade de levar ao estudando do campo conhecimentos diversos relativos à sua realidade sem, contudo, dela se ausentar (PPP, 2012).

A importância da abordagem agroambiental neste trabalho justifica-se em função de não ser possível considerar o desenvolvimento socioeconômico sustentável dos assentamentos rurais dissociado das questões agroambientais. Bem como pela importância de se refletir sobre o papel da escola do campo em relação a sua responsabilidade de oferecer conteúdo e práticas

pedagógicas que oportunizem a construção da consciência ambiental por parte dos sujeitos que residem no Assentamento Itamarati.

Neste sentido, estudar como se dá o estudo das a importância de investigar como são abordadas as questões agroambientais por meio das disciplinas ofertadas na Escola Estadual Nova Itamarati, permitirão compreender se a escola tem influenciado fundamental importância na preservação agroambiental dos moradores do Assentamento Itamarati, influenciados que são pelas nas atitudes e experiências vivenciadas pelos estudantes no seio familiar, dando possibilidades de melhorar a interação do ser humano com a natureza, uma vez que é dela que sai o alimento para sua sobrevivência.

METODOLOGIA

O objetivo desta seção é apresentar as etapas e procedimentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a estruturação e desenvolvimento de uma pesquisa necessitam de um planejamento minucioso e de conceitos sólidos embasados em conhecimentos já existentes para o alcance de resultados satisfatórios.

Segundo as autoras, a pesquisa científica é um procedimento formal, que utiliza o método de pensamento reflexivo e que requer um tratamento científico para os dados levantados, constituindo-se no caminho necessário para desvendar a realidade ou mesmo descobrir verdades parciais.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que tem como característica levantar o papel da Educação do Campo no processo de ensino e aprendizagem das questões agroambientais, na perspectiva do campo. Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar uma visão generalizada a acerca de determinado assunto, sendo indicada em situações que visam proporcionar maior familiaridade com o problema de modo a torná-lo explícito ou a construir hipóteses.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa utiliza a técnica qualitativa, sendo que para Lakatos e Marconi (2017), as pesquisas exploratórias comportam a técnica qualitativa, utilizada na coleta de dados referentes ao estudo de caso. Conforme explica Minayo (2001), este tipo de técnica é capaz de responder a questões muito subjetivas, sem usar, contudo, dados quantificáveis.

Quanto ao método, trata-se de um estudo de caso realizado na Escola Estadual Nova Itamarati, localizada no Assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. O estudo também comporta uma pesquisa bibliográfica, a técnica observacional e um estudo documental.

Severino (2017, p. 92-93) conceitua o estudo de caso como uma “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Quanto à pesquisa bibliográfica, o autor cita que “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”, enquanto que a pesquisa documental é realizada em “documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos”.

Sendo assim, nesta pesquisa os conceitos e definições a que outros pesquisadores chegaram foram utilizados para alicerçar a fundamentação teórica que serviu de base para o desenvolvimento da presente pesquisa. A seleção das bibliografias se deu em livros e artigos científicos à luz dos referenciais teóricos da Educação do/no Campo, dirigindo o estudo para a questão agroambiental, abordando de maneira específica sobre a ocorrência da questão agrária no Brasil e no Estado do Mato Grosso do Sul, considerando neste tema a importância da reforma agrária para as populações em busca de condições dignas para o sustento da sua família por meio da terra.

No levantamento bibliográfico para a pesquisa também foi observado a pertinência da questão agrária e agroambiental no debate da exploração agrícola e da necessidade de conservação dos recursos naturais, de forma a contemplar a produção e a sustentabilidade do meio ambiente. Particularmente nesta questão, buscou-se debater como foi criado o Assentamento Itamarati, apresentando os recursos naturais presentes no espaço do Assentamento. Nesta linha, foram abordados os alicerces fundamentados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), além dos seguintes autores: Almeida (2003), Oliveira (2007), Camacho (2008, 2014), Terra (2009, 2010), Borges (2018) e Fabrini (2019).

Para o estudo de caso, foram realizadas entrevistas a partir de um questionário estruturado como instrumento de pesquisa, aplicado na Escola Estadual Nova Itamarati no período de cinco de março de 2019 a agosto de 2021, direcionado à Coordenadoria Regional de Educação (CRE), à Direção, aos professores do eixo temático Terra-Vida e Trabalho e a uma amostra de estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da referida

escola (Apêndices A, B, C e D). Há que se considerar que a pesquisadora atua como professora na Escola Estadual Nova Itamarati, e conhecendo bem a realidade do sistema escolar, viu a oportunidade de aplicar a referida pesquisa junto aos sujeitos descritos. Na pesquisa com os sujeitos da Escola, os professores e estudantes não foram nominalmente identificados, sendo adotado a sigla Professor 1, Professor 2, Estudante 1, Estudante 2, e assim sucessivamente.

O objetivo da aplicação do questionário foi identificar a inserção de conteúdos que abordam às questões agroambientais na estrutura curricular da escola, bem como a percepção dos participantes quanto às práticas agroambientais de forma a compreender como esses temas são abordados nas práticas escolares, e se há entre os estudantes da escola do Assentamento Itamarati a preocupação com o meio ambiente e sua preservação.

Os moradores do Assentamento Itamarati II também foram ouvidos, sendo que as entrevistas com alguns deles foram transcritas durante o texto. Nas entrevistas, procurou-se abordar a história contada pelos próprios moradores sobre a sua luta em busca de um lugar, bem como as dificuldades, desafios e as suas vivências durante o processo de construção do assentamento.

Os participantes das entrevistas foram escolhidos de forma aleatória, excetuando-se a Direção e os professores, sendo que estes últimos fazem parte do eixo temático TVT. Os alunos foram entrevistados conforme a solicitação da pesquisadora entre aqueles que gostariam de participar da pesquisa e respondessem ao questionário. E os moradores foram entrevistados a partir de uma visita ao Assentamento Itamarati, realizada no período de setembro de 2020 a maio de 2021, quando na oportunidade alguns sítios foram visitados.

O levantamento documental pôde contribuir com o estudo de caso na medida em que foi buscado na Escola Estadual Nova Itamarati as referências que norteiam o processo de ensino e aprendizagem da construção das práticas socioambientais, tendo sido consultado o PPP da escola, no intuito de conhecer quais Projetos são desenvolvidos dentro da perspectiva da educação agroambiental e, assim, conhecer como a temática socioambiental é trabalhada a partir dos eixos temáticos.

A partir da questão agroambiental, procurou-se expor como o ensino de Geografia, inserido na estrutura curricular da Escola, contribui para a educação na Escola do Campo, aí incluindo o debate crítico quanto aos aspectos sociais e ambientais a partir da constituição do Assentamento Itamarati e sua função na formação das comunidades ali presentes.

CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: O DIREITO DE ACESSO À TERRA

Esse capítulo aborda uma discussão teórica sobre os conflitos e lutas dos movimentos socioterritoriais de resistência ao modo de produção capitalista no campo que desapropria o camponês e os menos favorecidos trazendo exclusão e miséria graças a uma hierarquia capitalista-patriarcal formada por latifundiários, que resulta como consequência uma grande concentração de terra nas mãos de poucos. Com a globalização e a modernidade perversa no campo, o agronegócio se territorializa com um sistema insustentável de produção baseado na utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos, maquinários, sementes geneticamente modificadas, modelo que leva ao aumento da concentração de terra e renda e destruição da biodiversidade.

No contraponto, os movimentos organizados reivindicam o direito a reforma agrária, sendo uma garantia instituída pela Constituição Federal de 1988 e que consagra princípios de cidadania e estabelece garantias fundamentais da pessoa humana. Essas normas protetivas consagradas pela Constituinte dão ensejo a importantes políticas públicas que visem o bem comum e a diminuição das desigualdades. Neste contexto, o princípio da função social da propriedade busca valorizar o bem-estar social, no sentido de punir os proprietários que não atendem a esta norma principiológica. Uma das formas de punição é a desapropriação do latifúndio para fins de Reforma Agrária.

1.1 A Questão Agrária no Brasil

A questão agrária é parte estruturante dessa pesquisa, partindo do processo histórico das relações sociais, conflitualidades e disputa por território constituídas no campo. Para compreendermos a dinâmica da sociedade diante dessa realidade socioespacial o estudo agrário torna-se fundamental assim como os demais processos investigativos – a questão agroambiental no eixo temático desenvolvido na Escola Estadual Nova Itamarati no Assentamento Itamarati II - uma vez que a reforma agrária representa justiça social através da distribuição de terras e reprodução social, pois ao adquiri-la possibilita a recriação do modo de vida camponês com práticas de manejo mais ecológicas e sustentáveis. No âmbito da Geografia, o termo “Questão

Agrária” é utilizado geralmente “para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território” (STEDILE, 2011, p. 15).

Camacho (2017) apresenta dois paradigmas a respeito da questão agrária, tratando-se do Paradigma da Questão Agrária (PQA) *versus* o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Esse processo é fruto de um contexto histórico, político, social e econômico conduzidos desde o período colonial conforme o uso e a posse da propriedade da terra.

No Brasil colonial quem detinha o monopólio da terra era a coroa portuguesa, que destinava grandes extensões a donatários. As capitanias hereditárias foram uma das primeiras formas de administração de terras. Funcionava através de doação de terras, transformando os espaços geográficos conforme a dinâmica da sociedade e seu período histórico. Neste sentido, a questão agrária deve ser entendida começando pelo modelo de colonização brasileira baseada na exploração de riquezas como o extrativismo do pau brasil e, posteriormente, de minérios, praticadas em latifúndios monocultores e com a utilização de trabalho escravo. Esses modelos de oligarquia rural resultaram na formação de latifúndios concentrando a acumulação de capital nas mãos de poucos. Por isso, de fato, durante todo esse processo histórico o campo brasileiro esteve controlado por uma aristocracia ruralista que utiliza a hegemonia econômica e a política para garantir o monopólio de grandes extensões rurais. Segundo Camacho (2008, p. 41):

O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, logo, o problema de acesso à terra não era para existir dentro do espaço brasileiro. No entanto, não é isso que verificamos analisando a nossa estrutura fundiária, via dados oficiais do INCRA. De nossa área territorial total de 850,2 milhões de hectares, temos 170,0 milhões de terras devolutas, ou seja, terras que deveriam pertencer ao Estado e a União, e poderiam, assim, ser utilizadas para a reforma agrária.

Diante deste cenário pode-se perceber que o problema agrário brasileiro não é por falta de terra, mas sim desse modelo, que se instalou desde a colonização, causando grandes injustiças sociais e conflitos entre as classes. Injustiças essas que são manifestadas pela baixa qualidade de vida do trabalhador camponês e até pelo próprio processo de migração para a cidade, explicada principalmente pela expulsão do camponês, pois, sendo explorados e sem alternativas, são obrigados a deixarem o meio rural e buscar alternativas de trabalho na cidade.

Procurando entender essas transformações ocorridas no campo, Oliveira (2007, p. 08) afirma que “o processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações

nas relações de produção na agricultura e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo”.

Neste sentido, não se pode dissociar o modo de produção capitalista da questão agrária, por isso, ressalta-se que o liberalismo econômico no discurso capitalista é uma ideologia que busca a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção (CAMACHO, 2008). Os meios de produção do capital no campo excluem o pequeno agricultor e fazem um discurso de liberdade para vender sua força de trabalho despossuído dos meios de produção.

O desenvolvimento do capital no campo se intensificou no Brasil a partir do século XX com grandes avanços técnicos no setor agropecuário. Segundo Silva (2015), este salto inicia-se na década de 1960, a partir da Revolução Verde, com a vinda de empresas multinacionais produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas, com os incentivos governamentais através dos programas de financiamento, e ao início das pesquisas agropecuárias em instituições públicas e privadas. Ampliou-se assim a reprodução do capital através da extração da renda e do lucro. De acordo com a pesquisa de Silva (2015, p. 03):

Na década de 1970, que o país deu um salto em sua modernidade, quando muitos médios e grandes agricultores passaram a implementar nos processos produtivos o pacote tecnológico vindos dos países desenvolvidos (principalmente Europa e EUA) para a agricultura, denominada de Revolução Verde, que inclui fertilizantes, agrotóxicos, mudas e sementes melhoradas, maquinários e implementos, calendário agrícola, etc.

Ao implementar esses processos produtivos e tecnológicos com incentivo das políticas públicas, participação do Estado com a criação de indústrias, ofertas de créditos, baixa taxas de juros para a compra de maquinários e insumos químicos, a intensão é de elevar ao máximo o nível de produção. Artifício esse denominado de “Modernização da Agricultura” contribui para concentração de terra não modificando em nada a questão agrária e sua estrutura fundiária, pelo contrário, fragiliza o acesso à terra, pois o camponês não tem condição de competir com os médios e grandes produtores, provocando expropriação e expulsão dos pequenos produtores gerando grandes conflitos, além de acelerar a destruição do meio ambiente através do desmatamento, da exploração dos minérios, uso intensivo de agrotóxicos, utilização de maquinários em grande escala, colocando em risco a soberania alimentar, e recentemente por meio do uso de sementes geneticamente modificadas, aumentando a resistência de determinadas pragas a alguns herbicidas. Dentre esses grandes conflitos, há que se ressaltar que eles não ficam somente no campo, o inchamento das cidades, o aumento da violência, da miséria, do

desemprego, etc., são problemas “urbanos” que surgem como desdobramentos do processo de expulsão dos camponeses e pequenos produtores do campo, o chamado êxodo rural.

Nesta perspectiva, não é possível dissociar a questão agrária das questões ambientais, e a produção agrícola deve ocorrer em equilíbrio com a natureza, por isso a terra não deve ser transformada em um negócio, ou em objeto de troca como ocorre no modo de produção capitalista. Neste sentido,

[...] temos de um lado o trabalhador camponês, que produz sua vida e sua cultura na terra de trabalho e, do outro lado, temos o agronegócio latifundiário que, com a posse da terra de negócio, expropria o camponês e destrói a sua cultura. Gerando a desigualdade social e colocando em risco a soberania alimentar. Este é, pois, o retrato do capital que procura se desenvolver em sua plenitude no campo. (CAMACHO, 2008, p. 46).

A partir dessa premissa pode-se entender que o camponês tem um olhar diferente sobre a terra, sua produção é para, primordialmente, o autossustento familiar, vendendo apenas o excedente, esse modelo de agricultura tem origem nos nossos antepassados povos da terra, como os indígenas, quilombolas e camponeses, que constrói culturas através de seu trabalho na terra, contribuindo para conservação dos recursos naturais e seus ecossistemas. Diferente da lógica capitalista que explora a terra em grande escala visando apenas o lucro e o capital, causando desigualdades sociais e problemas ambientais. Diante desses fatos pode-se compreender que a questão agrária está presente no cotidiano há anos, através dos conflitos, das lutas para manter seus territórios e está presente até nos dias atuais.

Se analisados os anos de 1980, observa-se uma continuação da modernização dolorosa e perversa, na qual foi ampliada a subordinação da agricultura, colocando-a como apenas mais um setor econômico, expandindo a concentração da terra nas mãos de poucos (BORGES, 2018). Porém, no campo de lutas dos movimentos socioterritoriais, homens e mulheres, enunciavam força no embate político entre os interesses públicos e privados e reivindicavam a terra.

Seja “na lei ou na marra” umas das palavras de ordem dos sem-terra e inspiração para muitas lutas (BORGES, 2018). Portanto, foi possível perceber a luta e a força dos movimentos socioterritoriais tanto no campo quanto na cidade, contando com apoio de algumas entidades como da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que influenciaram e incentivaram muitos movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Os anos de 1980 e 1990 foram períodos de fortalecimento dos movimentos socioterritoriais tanto no campo quanto nas cidades devido às ações de violência ocorridas e

impostas pela política neoliberal que motivaram os sujeitos a lutarem. Mas, por outro lado, no mesmo período surgia também a União Democrática Ruralista (UDR) como entidade representativa dos grandes proprietários. Esta entidade detém grande parte do poder político, interferindo fortemente nas discussões e nos rumos da questão agrária, no congresso fazem parte da bancada ruralista⁵. Os latifundiários representam o atraso e usam do poder legislativo para impedir aprovação de leis que beneficiem o processo de reforma agrária no Brasil. No tempo presente, a bancada ruralista se fortalece e mantém a violência física e simbólica, substanciadas na defesa do *status quo* e da propriedade (BORGES, 2018).

Na década de 90 houve ainda a constatação de concentração de terras nas mãos de inúmeros grupos econômicos e centenas de ocupações por áreas privadas resultante de áreas devolutas que foram ocupadas de forma irregular, formando grandes extensões de terras que no Brasil funciona como reserva de valor ou como reserva patrimonial.

Foi, portanto, na década de 90, que as lutas pela reforma agrária se aprofundaram, e o Estado teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários. Mesmo assim, a realidade existente nos dados cadastrais do INCRA em 1998, indicava que 1,6% (57.881) dos imóveis com mais de 1.000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, continuavam ocupando 52,9% (216.824.528 ha) de uma área total de 415.570.812 ha. Enquanto isso, as pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais (3.061.525), e ocupavam uma superfície de 16,5% (68.674.638 ha). Assim, o índice de Gini que era de 0,833 em 1992, passou para 0,843 em 1998, aumentando a concentração fundiária no Brasil (OLIVEIRA 2007, p.133).

Apesar das organizações dos movimentos socioterritoriais de lutas pela reforma agrária e a pressão sobre o Estado, e o mesmo cedendo com políticas públicas de assentamentos fundiários, os dados mostram um aumento da concentração fundiária no Brasil na década de 90, resultando em reservas patrimonial o que garante ao acesso de financiamentos bancários e políticas de incentivos governamentais. Esse cenário de incompletude da questão agrária, com uma estrutura fundiária ferozmente concentrada e pautada no desenvolvimento capitalista, gera uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis que são excluídos do próprio campo.

Os dados disponíveis na década de 90 revelavam que havia no Brasil, mais de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria absoluta, ou seja, quase 7 milhões de famílias (18% do total) classificadas como indigentes. E mais, 38% das famílias, ou seja, mais 14 milhões foram classificadas como pobres (OLIVEIRA, 2007, p.133).

⁵ Esta entidade ao passo em que investia no cenário político também constituía e armava milícias, particulares por todo o país. Exemplo disso pode ser encontrado no Pontal do Paranapanema, área que vivenciou inúmeros conflitos entre sem terra, fazendeiros e suas milícias, assim como com a força policial. Em fevereiro de 1997 ocorrera inclusive um fato que marcou o processo de lutas na região: a ocupação da fazenda São Domingos, em que nove sem terra foram baleados, dois em estado grave (BORGES, 2010).

Conforme explica Oliveira (2007), a maioria dos filhos dos camponeses com propriedades inferiores a 10 hectares jamais terão condições de se tornarem camponeses nas terras dos pais, a eles caberá apenas um caminho, a estrada. As informações fornecidas pelo autor revelam a lógica desigual e contraditória do capitalismo, que exclui uma parte da população do campo que, sem alternativa, vai para as áreas urbanas, aumentando a pobreza e a miséria. A estrada que os levará à cidade é mesma estrada que os guiará à reconquista da terra.

Dessa forma, o campesinato se constitui num processo contínuo de recriação. Por isso o debate sobre a questão agrária torna-se fundamental, pois a reforma agrária se configura em uma importantíssima ferramenta para a justiça social, caracteriza-se pelo potencial de gerar renda e ocupação no campo, além de aumentar a possibilidade de oferta de alimentos mais saudáveis, uma vez que a produção agrícola em pequena escala tende a demandar menos insumos químicos, o que permite também o aumento e manutenção da biodiversidade. Um desenvolvimento baseado na reforma agrária e na agricultura camponesa deve possibilitar atividades agrícolas mais adaptadas às características naturais dos ecossistemas e a utilização mais racional dos recursos naturais (SAUER, 1998).

No entanto, a agricultura capitalista, atualmente, denominada de agronegócio é uma palavra nova, que surgiu na década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista (FERNANDES, 2019). Percebe-se que de novo só tem o nome porque a lógica continua a mesma, se baseia na troca de mercadorias, acumulação e territorialização de capital, tratando a terra apenas como uma mercadoria, buscando transformar o camponês em proletariado. Seu sistema de origem *plantation*, utiliza grandes extensões de terra para produção de monocultura (*commodities*)⁶ para exportação. Esse modelo perverso de produção capitalista procura manter sua hegemonia sobre as políticas públicas mantendo assim um amplo espaço de dominação territorial. E tudo que não se encaixa na dialética do agronegócio está fora, como a reforma agrária.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa

⁶ Commodities (significa mercadoria em inglês). Sendo definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As commodities são negociadas em bolsas de mercadorias e seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista (FERNANDES, 2005, p. 4).

Essa lógica de dominação das relações capitalistas procura enfraquecer os movimentos socioterritoriais que ocupam a terra, pois o agronegócio busca de diversas formas controlar a maior parte do território, concentrando riquezas, aumentando as desigualdades sociais e a miséria. “Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI” (FERNANDES, 2005, p. 5). Isso nos mostra que a questão agrária sempre esteve associada por disputas e conflitos por terra e território, esses conflitos são formados entre a burguesia que detém o capital e o camponês. A conflitualidade é um artifício constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo, pode-se afirmar que sempre houve luta pela conquista da terra.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

Percebe-se que, com o passar dos anos, a modernidade chega e os conflitos no campo e violência só aumentam, uma modernidade perversa e cruel que só cresce pela exclusão do pobre tanto na cidade quanto no campo. Uma modernização conservadora que trouxe também mudanças na forma de produzir e trabalhar no campo seguindo a lógica de mercado do capital. Portanto, essa modernidade representada pelo agronegócio, de reprodução do passado regida pelo mundo dos negócios do capitalismo, destrói a cultura, os saberes, a natureza e desterritorializa o camponês e os povos da terra. Assim, o campo e seus povos vêm enfrentando uma série de conflitos resistindo e lutando contra a violência dos jagunços, de muitos governos e até mesmo a opinião da mídia representante das elites, mesmo com todas essas barreiras parte dos trabalhadores camponeses não desistem da longa luta para conquistarem a tão sonhada terra.

[...] São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam,

acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (OLIVEIRA, 2007, p.153).

Fica evidente que os movimentos socioterritoriais tem uma grande capacidade organizativa autônoma de se reinventar conforme as necessidades vigentes, tendo um potencial de conduzir e transformar as relações sociais através de suas ações as estruturas de elites dominantes. Ao refletir sobre os movimentos sociais é possível compreender que a luta não é apenas para a conquista da terra, mas também a luta por dignidade, direito à educação, reconhecimento de sua cultura e por políticas públicas que garantam esses direitos.

As transformações ocorridas no século XX revelam as modificações profundas que a agricultura brasileira sofreu revelando as necessidades que os movimentos socioterritoriais têm de redefinir as formas de organização e de políticas públicas, para reconquistar sua autonomia de trabalho, sua experiência de lutas coletivas, ressignificando suas conquistas e lutas pelo campo. Portanto, os conflitos entre os movimentos socioterritoriais e os latifundiários, sempre estarão presentes no debate sobre a questão agrária, tendo em vista que os problemas da questão agrária no Brasil estão longe de acabar, assim como a luta dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para conseguirem entrar na terra e se transformarem em camponeses. Em Mato Grosso do Sul, o cenário da questão agrária não se constituiu de forma diferente tendo em seu cerne o processo de apropriação capitalista de terras.

1.2 A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul

Ao analisar a questão agrária, percebe-se que a luta pela posse de terras no Brasil ocorre há anos e inúmeros conflitos foram desenvolvidos no campo com o objetivo de dominação territorial. Esse passado histórico e atual representa a continuidade de um modelo político concentrador de terra e renda, é também um período marcado por inúmeras lutas sociais de resistência. Neste aspecto, tendo como parâmetro esse contexto determinante no desenvolvimento das relações capitalistas no campo, faz-se necessário compreender a luta pela posse e o uso da terra em Mato Grosso do Sul. Entender, também, as características do espaço nacional que surgem através da concentração fundiária declaradas no mercado de trabalho, na ação do Estado e na resistência dos movimentos socioterritoriais.

A apropriação da terra no Sul de Mato Grosso do Sul foi realizada de modo concentrado desde passado distante, ainda no período colonial, quando europeus oriundos de Portugal e Espanha notadamente chegaram ao continente americano. Posteriormente à ocupação colonial, no final do século XIX, a Companhia Mate Laranjeira recebeu uma área de arrendamento aproximada a um milhão de hectares (FABRINI, 2019, p.148).

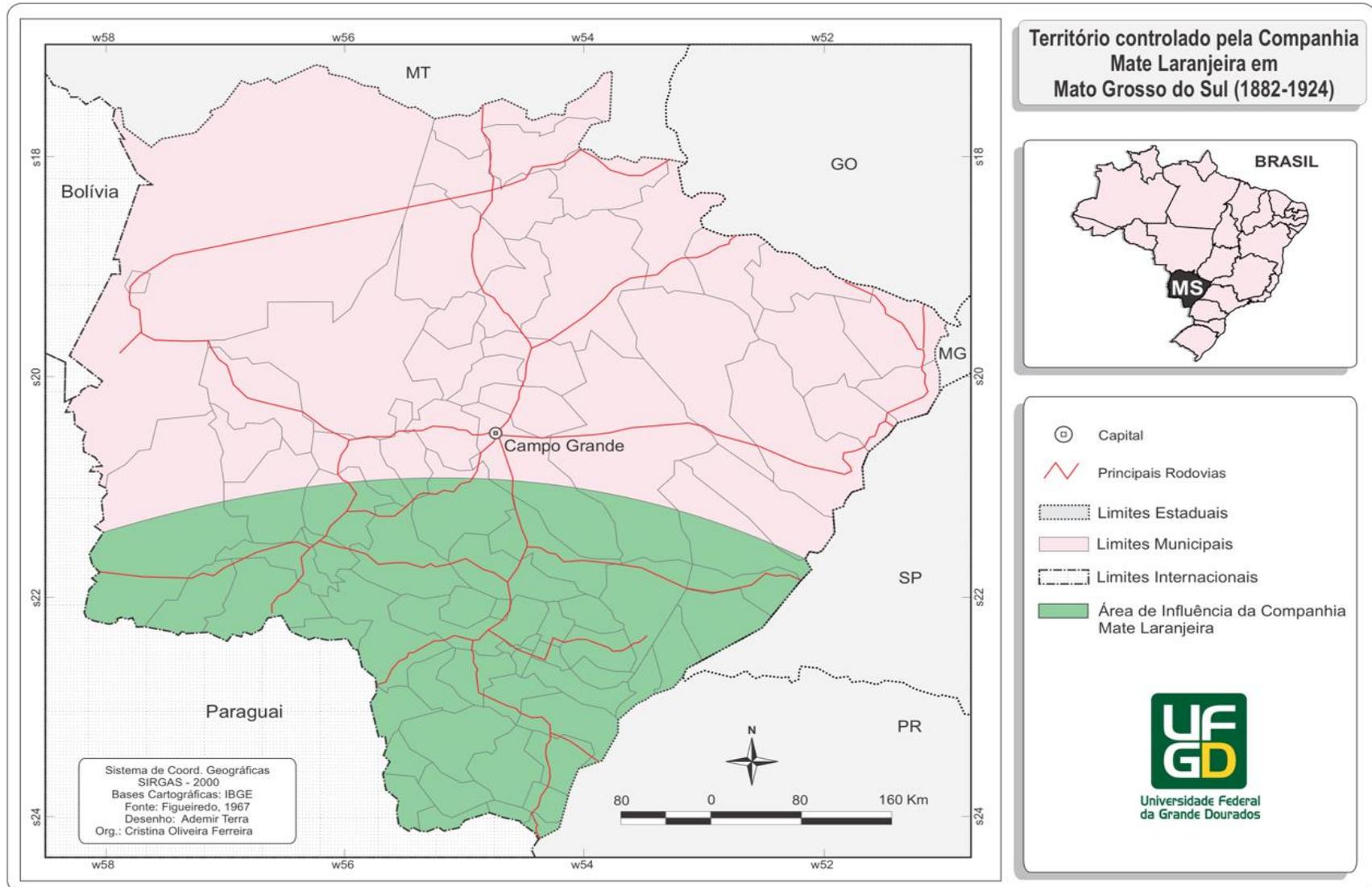
Através dessas evidências históricas percebe-se que o Mato Grosso do Sul traz a marca dos grandes projetos constituídos por megaempreendimentos formando imensos latifúndios. Essa apropriação e concentração da propriedade capitalista da terra se deram basicamente por políticas e leis que promoveram a apropriação capitalista e, conseqüentemente, a formação desses latifúndios. Assim, [...] “o processo de ocupação do sul do antigo Estado de Mato Grosso, privilegiou a grande propriedade e a atividade pecuarista, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dominou e dirigiu Mato Grosso do Sul desde sua fundação, em 1977” (ALMEIDA, 2003, p.114). Segundo Terra:

A Companhia Mate Laranjeira foi o primeiro grande empreendimento privado implantado nesta porção do território brasileiro, criado em dezembro de 1882, por Tomaz Laranjeira, que conseguiu o monopólio para explorar a erva-mate em terras devolutas na fronteira Brasil-Paraguai, ao sul do planalto de Amambai. A Companhia, no auge de sua hegemonia e por força das constantes renovações de contratos com o governo do estado, chegou a dominar uma área de aproximadamente dois milhões de hectares [...] (TERRA, 2009, p. 54).

A apropriação da terra impedia a expansão da pequena propriedade, havendo nesse processo de concentração de terras uma forte presença de fazendeiros vindos de outros estados do país para desenvolver a atividade ervateira e pecuarista a fim de conseguir terras na região. “Os gaúchos representavam uma grande fissura no poder disciplinar da Companhia, pois, desafiando-a, instalavam-se nos seus domínios mais recônditos, o que provocava confrontos constantes que remontam ao início do século XX” (TERRA, 2009, p. 55). É nítido que as relações sociais e alianças entre os empresários nessa época cogitavam para os interesses de oligarquias políticas para conter o poder político e econômico da região com a tendência de concentração de terras e riquezas. Enquanto isso, os anseios coletivos e a participação democrática da população por uma autonomia econômica, cultural e de autogestão política acabava ficando em segundo plano.

Dentro deste contexto, a companhia Mate Laranjeira controlava praticamente todo o espaço territorial sul-mato-grossense, como apresentado no Mapa 1, com isso obtinha o monopólio e o controle para explorar a erva mate e suas terras, que continha, não apenas, campos propícios para a criação de gado, mas também matas.

Mapa 1 - Território controlado pela Companhia Mate Laranjeira em MS (1882-1924)



Fonte: a partir de Terra (2009, p. 56)

A concentração de terras no Sul de Mato Grosso, teve como consequência a expulsão dos povos originários da terra como os indígenas e posseiros, além disso, os moradores que viviam das atividades nos ervais foram proibidos de exercer essa atividade, devido ao monopólio da empresa.

Os conflitos entre a Companhia Mate Laranjeira e os posseiros datam do início do século XX e não se trata de um fenômeno isolado na história de Mato Grosso do Sul. Entretanto em julho de 1934 o governo do Estado Sul-mato-grossense autoriza o arrendamento de terras, havendo um enfraquecimento da empresa com surgimento de novos opositores e algumas especulações. Porém, mesmo após o declínio da companhia suas atividades continuaram ativamente durante anos, ficando evidente o poder de articulação da empresa sobre o território (TERRA, 2009).

Nesta perspectiva, o espaço Sul-mato-grossense constituía-se como uma possibilidade de expansão do capital, principalmente o capital rentista a partir da apropriação e concentração de terras. Desse modo, a ocupação e desenvolvimento do estado obedeciam aos interesses de empresas estrangeiras ligadas a exploração do minério e extensos ervais nativos concentrando grandes extensões de terra. Fabrini (2019, p. 51) afirma:

Assim, a concentração de terras no Sul de Mato Grosso do Sul foi resultado da política de apropriação promovida pelo Estado e não necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada, o que se desdobrou em conflito e exclusão dos camponeses da terra.

Através dessa premissa é possível considerar que esse processo de ocupação de terra no Sul de Mato Grosso do Sul, articulada junto com a atuação do Estado, resultou na estrutura fundiária de grandes concentrações de terra existente, evidenciando o período de formação econômica do Brasil até os dias atuais. Ao observar a concentração fundiária⁷ fica evidente às ilegalidades na apropriação de terras.

Entretanto, nos interstícios da apropriação concentrada da terra foram criados projetos de colonização privados ou estatais, que abriam possibilidade de recriação camponesa por meio de pequenas propriedades, surgindo nesse espaço um camponês incluído à terra, mas subordinado. A recriação camponesa em território latifundiário está inserida no contexto de acumulação capitalista rentista, principalmente, a partir dos projetos de

⁷ “verifica-se a concentração fundiária em Mato Grosso do Sul, onde os imóveis agropecuários de até 200 hectares (69,92%) ocupam 2.783.542,71 hectares, ou seja, 7,18% da área total, enquanto que os imóveis acima de 1.000 hectares (9,37%) ocupam 26.983.441,78 hectares, o que corresponde a 69,58% da área total dos imóveis do Estado” (FABRINI, 2019, p. 152).

colonização, por meio dos quais camponeses adquiriram ou receberam pequenas glebas, como na região de Dourados (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), Naviraí (Colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso), Ivinhema (Sociedade de Melhoramentos e Colonização), dentre outras (FABRINI, 2019, p. 152).

Como afirma o autor esse projeto de colonização, ao mesmo tempo, que abriu possibilidades para recriação camponesa, o próprio camponês se via subordinado a lógica de produção capitalista atendendo aos interesses do Estado. Segundo Terra (2010, p. 174), a implantação da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, um grande projeto criado pelo governo federal que tinha como um de seus objetivos garantir aos pequenos trabalhadores rurais o acesso à terra e representou “as primeiras mudanças significativas na estrutura fundiária desta porção do território matogrossense”. O Projeto CAND foi desenvolvido entre 1943 e 1946 e representou uma campanha conhecida como Marcha para o Oeste do governo Vargas que visava ocupar diversas áreas da Região Centro-Oeste com interesse de nacionalizar a fronteira, em cooperação aos negócios do capital internacional. Afirma que esse empreendimento não se consolidou, pois tinha como manifestação uma conjunção de interesses associados à reprodução internacional do capital. Portanto, o alvo não era os pequenos agricultores, mas a produção internacional e nacional, além da ocupação do território nacional.

No entanto, a CAND foi fundamental, pois possibilitou a concessão de terras aos pequenos agricultores, permitindo uma produção agrícola na região e, conseqüentemente, um mercado consumidor. Como nos conta Fabrini (2019, p. 154):

Embora subordinados à dinâmica produtiva capitalista, os camponeses desenvolvem produção de resistência porque têm a posse/propriedade da terra, principalmente. Nessa produção de resistência a família tem sob seu domínio e comando um pedaço do espaço, o que lhe confere alguma independência e autonomia, formando assim o território camponês, em disputa com o capital.

Desta maneira, inicia-se a resistência camponesa através de seu trabalho e autonomia sobre a posse e uso da terra, desenvolvendo sua própria identidade camponesa, e apesar de ser subordinada ao capital, criou-se uma relação de resistência formando o território camponês, entrando em disputa contra o capital. O campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo⁸.

Constata-se que o projeto de colonização da CAND no Sul de Mato Grosso do Sul representava os interesses do capital e do Estado, pois necessitavam de povoar a região para atrair as empresas multinacionais e para que isso fosse possível precisaria de um mercado consumidor.

⁸ A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra (FERNANDES, 2005).

Os primeiros vestígios de luta e iniciativas coletivas começam a se formar no estado a partir do projeto CAND representando a primeira experiência de assentamento na região de Mato Grosso do Sul. Contudo, mesmo que pequenos lotes de terra tenham sido distribuídos, esse foi um empreendimento, cujo objetivo era atender outros interesses e não o das famílias de trabalhadores rurais assentados. Diante destes fatos os projetos de colônias agrícolas resultaram em fracasso, devido à falta de recursos financeiros e o seu isolamento (TERRA, 2009).

Esse processo atraiu um grande contingente de produtores para o estado contribuindo para o fluxo demográfico da região de Dourados, possibilitando uma produção de resistência dos camponeses com iniciativas coletivas. A construção dos movimentos socioterritoriais e suas formas de organização permanecem na luta até os dias atuais como as cooperativas, associações, entidades e até o movimento dos pequenos produtores que produzem a partir dos conhecimentos agroecológicos associados a APOMS.

Verifica-se ainda no espaço remanescente da CAND que existe uma produção de resistência dos camponeses a partir de iniciativas coletivas, como a formação de cooperativas, associações diversas, entidades, movimentos, entre outros. Um exemplo dessa resistência coletiva de pequenos agricultores é a produção a partir de conhecimentos agroecológicos, como fazem os camponeses associados à Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms) em diversos municípios do Sul de Mato Grosso do Sul, inclusive naqueles que possuem grande número de famílias assentadas da reforma agrária (FABRINI, 2019, p. 154).

A estrutura fundiária em Mato grosso do Sul é resultado desse processo histórico de formação de concentração de grandes propriedades de terra e desvalorização da pequena propriedade. As ocupações de terra no estado demonstram a luta pela terra e a importância do debate da questão agrária, pensando a realidade regional. Fica claro que historicamente sempre houve disputas pela posse de terras, dominadas pela burguesia agrária de Mato Grosso do Sul, ou seja, os grandes proprietários de terra que detém o domínio de grande parte do território e possui grande influência sobre a política e até mesmo na mídia brasileira. Por outro lado, o campesinato que luta não só por um pedaço de terra, mas pela continuidade de sua cultura e seus costumes, formando movimentos de resistência através da coletividade. Esses movimentos socioterritoriais buscam cobrar das autoridades públicas as leis que asseguram seus direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e interligados ao princípio da dignidade da pessoa humana, e a cobrança da aplicação do Estatuto da Terra e sua função social, no tocante da reforma agrária.

1.3 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Cidadã de 1988: o direito de acesso à Terra por meio da Reforma Agrária

O direito à propriedade privada está hoje relacionado a diversos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e interligados ao princípio da dignidade da pessoa humana, buscando garantir a segurança jurídica ao proprietário em poder ter acesso de forma integral à sua propriedade, bem como o direito da sociedade em ter assegurado o cumprimento da função social da propriedade de forma eficaz, dando a ela uma destinação útil e econômica, visando o bem comum e a proteção ao meio ambiente.

Na Constituição Federal de 1988, os princípios e normas que regem e fiscalizam a concretização das garantias estabelecidas em diversos preceitos legais, estão presentes em todos os momentos, em especial no seu Título II, que diz respeito aos Direitos e Garantias Fundamentais, que conforme estabelece o § 1º, do art. 5º da CF, tem aplicabilidade imediata. Os princípios deixam transparecer a ideia de direção das normas jurídicas, de modo que se estas se opuserem aos preceitos fundamentais e assim se afastarem da direção indicada, devem imediatamente tornar-se inválidas.

Além disso, os princípios são ferramentas de compreensão e interpretação das normas postas e daquelas que ainda serão introduzidas no ordenamento jurídico, limitando direitos e impondo deveres. São os princípios, em sentido amplo, as origens das normas. Nas palavras de Silva (1980, p. 299):

Ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas. Na acepção lógica da palavra, arremata Miguel Reale que os princípios são 'verdades fundantes' de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades de pesquisa e da práxis.

Como todos os outros princípios, o da dignidade da pessoa humana é visto como fundamental e primordial à garantia de direitos humanos, como um valor espiritual e moral inerente à pessoa, atribuindo aos demais o dever de respeito a esses valores, que só excepcionalmente podem sofrer limitações. Conhecida como Constituição Cidadã, a Carta de 1988 trouxe inserido no Título I, denominado “Dos Princípios Fundamentais”, no art. 1º, inciso II, o “Princípio da Dignidade da Pessoa Humana”, considerado o mais amplo de todos os princípios. Ainda de acordo com Silva,

A dignidade da pessoa humana encontra-se no epicentro da ordem jurídica brasileira, tendo em vista que concebe a valorização da pessoa humana como sendo razão fundamental para a estrutura de organização do Estado e para o direito. O legislador constituinte elevou à categoria de princípio fundamental da República a dignidade da pessoa humana (um dos pilares estruturais fundamentais da organização do Estado brasileiro), prevista no art. 1º, inc. III, da Constituição de 1988 (SILVA, 2000, p. 146).

A descrição e a valorização do princípio da dignidade da pessoa humana pela Constituição Federal de 1988 consagraram garantias individuais do cidadão em desfavor de qualquer forma de violação, tanto por parte do poder coercitivo do Estado quanto pelo setor privado, estabelecendo a impossibilidade de se permitir a existência de condições desfavoráveis de convivência na sociedade. Como argumenta Sarlet (2001), a dignidade da pessoa humana deve ser entendida como:

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2001, p. 60).

Atendendo aos preceitos arraigados por esta norma principiológica, o processo de distribuição de terras pela reforma agrária assegura o exercício de direitos individuais e coletivos, a liberdade, o bem-estar, o desenvolvimento e a autonomia das famílias beneficiadas por políticas de inclusão social. Tal constatação sugere, também, a necessidade de reflexão sobre a supremacia do interesse público e da relação entre o princípio da função social da propriedade e o direito de propriedade. Ou seja, a conquista da terra, por intermédio da reforma agrária, tem, entre outros fundamentos, o princípio da supremacia do interesse público, que vem sendo atualmente um dos alicerces de toda atividade desenvolvida pela administração pública. Como sugere Carvalho Filho:

A supremacia do interesse público sobre o privado se configura como verdadeiro postulado fundamental, dado que confere ao indivíduo condições de segurança e de sobrevivência. A estabilidade da ordem social depende dessa posição privilegiada do Estado e dela dependem a ordem e a tranquilidade das pessoas (CARVALHO FILHO, 2009, p. 735).

Apesar de não estar expressamente delineado na Constituinte de 1988, este princípio está de forma implícita descrito em todos os seguimentos da referida norma. Nesse contexto, enfatiza Medina Osório (2000, p. 87):

Diz ser a supremacia do interesse público sobre o privado um princípio constitucional implícito, extraído da leitura sistemática de diversos dispositivos que protegem o interesse público na Constituição Federal, segundo ele, as situações de vantagens da Administração em detrimento do particular encontram raízes na existência de fins de utilidade pública almejados pelo poder público.

Em função do princípio da supremacia do interesse público, dois outros direitos garantidos pela Constituição Federal são colocados em contraponto, no que diz respeito às garantias fundamentais do cidadão, quais sejam, o princípio da função social da propriedade e o direito de propriedade.

O direito de propriedade vem sendo garantido por nossas constituições desde 1824, de forma plena ao proprietário, podendo ele usufruir sem nenhuma restrição ou limitação, apenas com algumas exceções já anteriormente estabelecidas pela norma. A garantia de assenhorear-se da propriedade e poder usufruí-la sem intervenções, descrita na Constituinte de 1824, foi ratificada pelo Código Civil de 1916, que em seu art. 524 estabelecia que “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua”.

Nesse sentido, o direito de propriedade ficou caracterizado pela única e expressa concepção da proteção ao possuidor, que poderia dispor da forma que lhe convinha da sua propriedade, tudo em observância à legislação da época. Cretella Junior (1967), ao discorrer sobre o assunto, esclarece que:

Propriedade é o direito ou faculdade que liga o homem a uma coisa, direito que possibilita a seu titular extrair da coisa toda utilidade que está lhe possa proporcionar. Propriedade é o poder jurídico, geral e potencialmente absoluto, de uma pessoa sobre uma coisa corpórea (CRETELLA JUNIOR, 1967, p. 146).

Nessa mesma linha de pensamento, Rizzardo argumenta o seguinte:

É a propriedade um direito complexo, pois assegura ao titular a faculdade de disposição. Ou seja, à pessoa se autoriza dispor da forma que entender da coisa, como usá-la, abandoná-la, aliená-la e destruí-la. Reveste-se, outrossim, do caráter de direito absoluto, do que decorre da oponibilidade *erga omnes*, impondo a todos o dever de respeitá-la. Daí exercer o titular o poder de dominação da coisa, mesmo que deva se submeter a certas limitações. É perpétuo o direito, durando ilimitadamente, e não se perdendo ou desaparecendo pela falta de uso. Considera-se direito exclusivo, ficando os terceiros proibidos de exercer sobre a coisa qualquer dominação (RIZZARDO, 2004, p. 169).

Assim, o direito de propriedade era visto como um direito absoluto, surgindo de um contexto individualista, transparecendo a tendência da natureza humana de tornar-se dono, assenhorear-se dos seus bens. No entanto, essa noção de direito à propriedade passa a sofrer

mutações no campo jurídico, já que passa a impor ao proprietário o dever legal de atender ao princípio da função social da propriedade, sob pena de sofrer a intervenção Estatal.

O princípio da função social da propriedade é um direito fundamental consagrado no art. 5º, XXIII, da Constituição Federal de 1988, anunciando que “a propriedade atenderá a sua função social”. O referido dispositivo, no que tange a propriedade rural, está regulamentado no mesmo diploma legal, no art. 186, com a seguinte redação:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Como se verifica, a legislação brasileira cuidou de estabelecer as diretrizes da propriedade rural para o cumprimento de sua função social, evitando, desta forma, a expropriação por parte do Estado. Para Celso Ribeiro Bastos “a chamada função social da propriedade nada mais é do que o conjunto de normas da Constituição que visa, por vezes até com medidas de grande gravidade jurídica, a recolocar a propriedade na sua trilha normal” (BASTOS, 1992, p. 210).

Observando os princípios norteadores estabelecidos pela Constituinte de 1988, a qual renunciou ao caráter individualista e absoluto da noção de direito de propriedade, o Código Civil de 2002, revogando o Código de 1916, passou a consagrar uma nova redação, colocando a função social da propriedade em todo seu contexto.

Art. 1.228: O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. §1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas, sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas. [...].

§3º O proprietário pode ser privado da sua coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

Essa nova definição do direito de propriedade tem embasamento voltado às mudanças sociais ocorridas na própria concepção de sociedade, que prioriza o bem-estar social, coletivo, ilustrado por uma linguagem constitucional da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, esclarece Bandeira de Mello que:

[...] existe função quando alguém está investido no dever de satisfazer dadas finalidades em prol do interesse de outrem, necessitando, para tanto, manejar os poderes requeridos para supri-las. Logo, tais poderes são instrumentais ao alcance das sobreditas finalidades. Sem eles, o sujeito investido na função não teria como desincumbir-se do dever posto a seu cargo (BANDEIRA DE MELO, 1996, p. 21).

Verifica-se que a propriedade assume a função de atingir o bem comum, podendo servir ao seu titular, que poderá assumir uma postura individual no que tange ao uso, gozo e fruição, sem, no entanto, deixar de observar o direito da coletividade que tem as mesmas garantias que o primeiro, caso este não lhe destinar o proveito necessário.

Por ser um direito humano fundamental, a propriedade passa a ter uma destinação útil e econômica, visando o bem comum e a proteção ao meio ambiente, cumprindo o titular com as diretrizes estabelecidas pela função social da propriedade, podendo, em caso de descumprimento das normas jurídicas, perder o direito ao seu bem, em face de quem possa desempenhá-lo com atendimento à sua correspondente função.

Concluindo este entendimento, expõe Clóvis Beznos (2006, p. 109):

À luz de nosso ordenamento jurídico, não há incompatibilidade entre o direito de propriedade e a função social da propriedade, desde que compreendido o direito subjetivo em um momento estático, que legitima o proprietário a manter o que lhe pertence, imune a pretensões alheias, e a função em um momento dinâmico, que impõe ao proprietário o dever de destinação do objeto de seu direito aos fins sociais determinados pelo ordenamento jurídico.

Assim, na interpretação do autor, o direito de propriedade e a função social da propriedade são garantias que não se contrapõem, mas se completam, buscando atender ao princípio da supremacia do interesse público, pois, ao mesmo tempo em que a coletividade deve ser respeitada, o proprietário deve ter assegurado legalmente o seu bem, podendo reivindicá-lo de quem o detenha irregularmente.

A função social da propriedade é o dever jurídico imposto ao proprietário de exercer o direito correspondente à coisa, dar a devida utilidade econômica, sob pena de ver esse direito ser atribuído a outrem, para que este produza e retire benfeitoria útil a si próprio, à família e a coletividade. Segundo Gasparini (2009, p. 812), a intervenção na propriedade privada nada mais é que “toda ação do Estado que, compulsoriamente, restringe ou retira direitos dominiais do proprietário”. Marquesi ainda acrescenta que:

Um dos principais fundamentos da desapropriação é a busca da redução das desigualdades sociais, esclarecendo que o fundamento da desapropriação repousa na supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares, quando

incompatíveis. Em se tratando de expropriação para fins de reforma agrária, a supremacia se verifica na necessidade de produção de riquezas e de redução de desigualdades sociais, que são um interesse coletivo, sobre o direito de propriedade, que é um direito privado (MARQUESI, 2001, p. 156).

Logo, a expropriação é um tipo de sanção imposta ao particular por não ter dado a destinação estabelecida nas disposições legais. Consiste na privação do direito de exercer suas garantias em detrimento do interesse público, com o escopo de fazer daquela propriedade um espaço de produção e renda para a região. Assim, a política de reforma agrária vem sendo uma das formas de reestruturação fundiária. Essa previsão legal vem fundamentada na Constituição Federal vigente em seu Art. n. 184, o qual determina que a “união desapropriará, por interesse público, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não cumpra sua função social” (BRASIL, 2020).

Dessa forma, o direito de propriedade está juridicamente condicionado ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo princípio da função social, posto que, no caso de seu descumprimento, cabe ao Estado o dever de dispor as propriedades para distribuição das terras, conforme preconiza a Lei. Mas, é importante considerar que o Art. n. 184 da Constituição Federal de 1988 esclarece que será objeto de expropriação somente aquela propriedade que não atinja a sua função social. Neste quesito, os parâmetros a serem atingidos estão explicitados no Art. n. 186: aproveitamento racional e adequado; utilização apropriada dos recursos naturais, bem como o respeito ao meio ambiente; a observação às normas legais estabelecidas a respeito das relações de trabalho; o bem-estar dos proprietários e dos que nela trabalham.

A reforma agrária e a distribuição de terras são alternativas para diminuir as desigualdades sociais e estabelecer a dignidade da pessoa humana. Hoje o direito à propriedade privada está relacionado a diversos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e interligados ao princípio da dignidade da pessoa humana, buscando garantir a segurança jurídica ao proprietário em poder ter acesso de forma integral à sua propriedade, bem como o direito da sociedade em ter assegurado o cumprimento da função social da propriedade de forma eficaz, dando a ela uma destinação útil e econômica, visando o bem comum e a proteção ao meio ambiente. Como argumenta Sarlet, a dignidade da pessoa humana deve ser entendida como:

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover

sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2001, p. 60).

Atendendo aos preceitos arraigados por esta norma principiológica, o processo de distribuição de terras pela reforma agrária assegura o exercício de direitos individuais e coletivos, a liberdade, o bem-estar, o desenvolvimento e a autonomia das famílias beneficiadas por políticas de inclusão social.

Tendo como referências esses princípios constitucionais, e com o objetivo de dar uma destinação às propriedades que não cumprem com sua função social, formas de distribuição de terras passaram a ser instituídas pelo poder público, permitindo o acesso de pequenos produtores a essas propriedades, tendo a política de reforma agrária como uma das formas de distribuição. Apesar de colecionar vários entendimentos contrários, a reforma agrária no Brasil tem proporcionado a muitas famílias a oportunidade de conquistar a dignidade através do seu trabalho na terra. Para os pequenos camponeses que alcançam seu sustento através da produção familiar, o assentamento é um espaço de transformação econômica, social e ambiental.

Neste contexto, para que uma determinada área seja desapropriada para fins de reforma agrária é necessário cumprir uma série de requisitos, dentre eles, segundo esclarece Alexandre de Moraes (2005), quando o imóvel deixar de cumprir sua função social. Assim, a política de reforma agrária tem, entre outros objetivos, o fundamento na inclusão social e na erradicação de grandes propriedades consideradas improdutivas. Para Rocha (1992, p. 81), a reforma agrária:

Visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, à propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com gradual extinção do minifúndio e latifúndio.

Com o escopo de tornar mais justa a distribuição das terras no país, a administração pública busca uma série de procedimentos legais para modificar o uso e a posse de grandes áreas que não estão atendendo a sua função social. O Assentamento Itamarati, por exemplo, surgiu a partir da aquisição da Fazenda Itamarati pelo Governo Federal em troca do pagamento de dívidas do proprietário, negociadas com o Banco Itaú. O projeto de reforma agrária implantado no início da década de 2000 deu origem aos Assentamentos Itamarati I e II.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO AGRÁRIA E AGROAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Esse capítulo traz informações sobre o Assentamento Itamarati como um importante propagador da visão transformadora e humanitária da reforma agrária no Brasil, pois, com sua efetivação, resultante do processo de luta das famílias em consonância com os movimentos socioterritoriais, configura-se em novas possibilidades de inserção e desenvolvimento socioeconômico, ambiental e político.

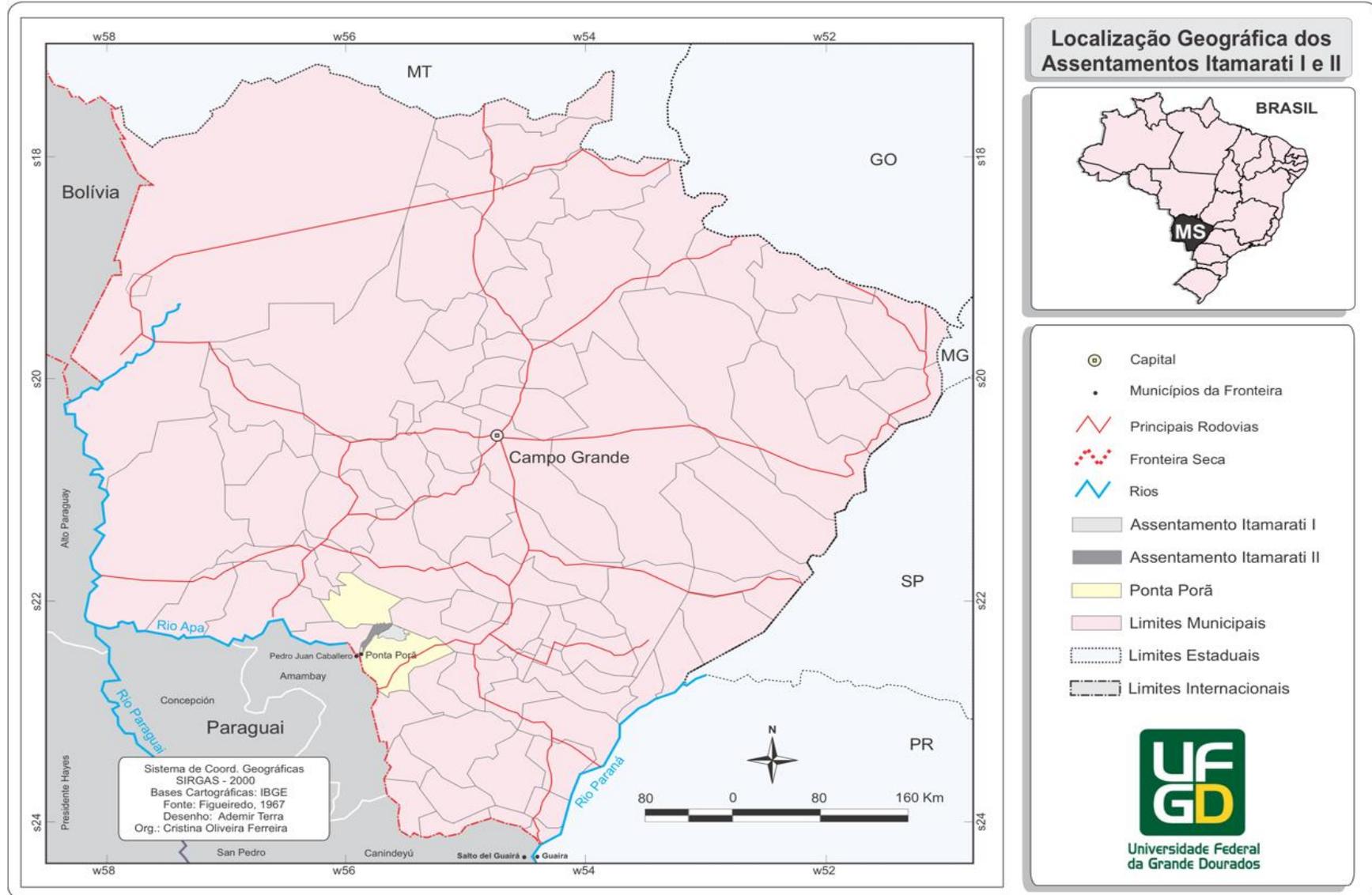
Na sua estrutura, o capítulo apresentará entrevistas com as famílias sobre a luta pela conquista da terra, demonstrando um pouco da sua experiência após o processo de assentamento. Abordar-se-á um histórico do Assentamento Itamarati que, em função da sua dimensão e peculiaridades, apresenta problemas de ordem organizacional, econômica e ambiental, sendo que as famílias assentadas enfrentam o desafio de superar o modelo agrícola herdado da Fazenda Itamarati totalmente pautado na monocultura e na intensa utilização de insumos químicos, transformando-o gradativamente em um modelo agrícola mais sustentável, diversificado e permeado pelo respeito ao meio ambiente.

Também, será abordada uma discussão sobre as questões agroambientais e agrárias, visto serem estas indissociáveis quando se trata da questão ambiental. Assim, a exploração agrícola deve ocorrer em harmonia com a conservação dos recursos naturais. Neste sentido, serão abordadas as questões agroambientais presentes no Assentamento Itamarati e as ações de cunho ambiental que estão sendo desenvolvidas pelas famílias assentadas.

2.1 A Conquista do Assentamento Itamarati

O Assentamento Itamarati situado no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, com uma população superior a 15.800 habitantes, ocupando mais de 50 mil hectares, divididos em duas unidades, I e II, situados no extremo Sul do Estado. O assentamento tem capacidade para ocupar o 38º município entre os 79 de Mato Grosso do Sul (INCRA, 2012). Considerado o maior assentamento rural do Brasil, o Itamarati reúne diversidades de origens e histórias de famílias que ali vivem. O Mapa 2 apresenta a localização geográfica dos Assentamentos Itamarati I e II, no Estado do MS.

Mapa 2 – Localização dos Assentamentos Itamarati I e II no Estado do MS.



Fonte: a partir de Terra (2009, p. 47)

Segundo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o Assentamento possui um núcleo urbano de 80 hectares, sendo considerado o maior Assentamento com área destinada ao núcleo urbano. Nele existem 330 moradias e 130 edificações destinadas ao comércio.

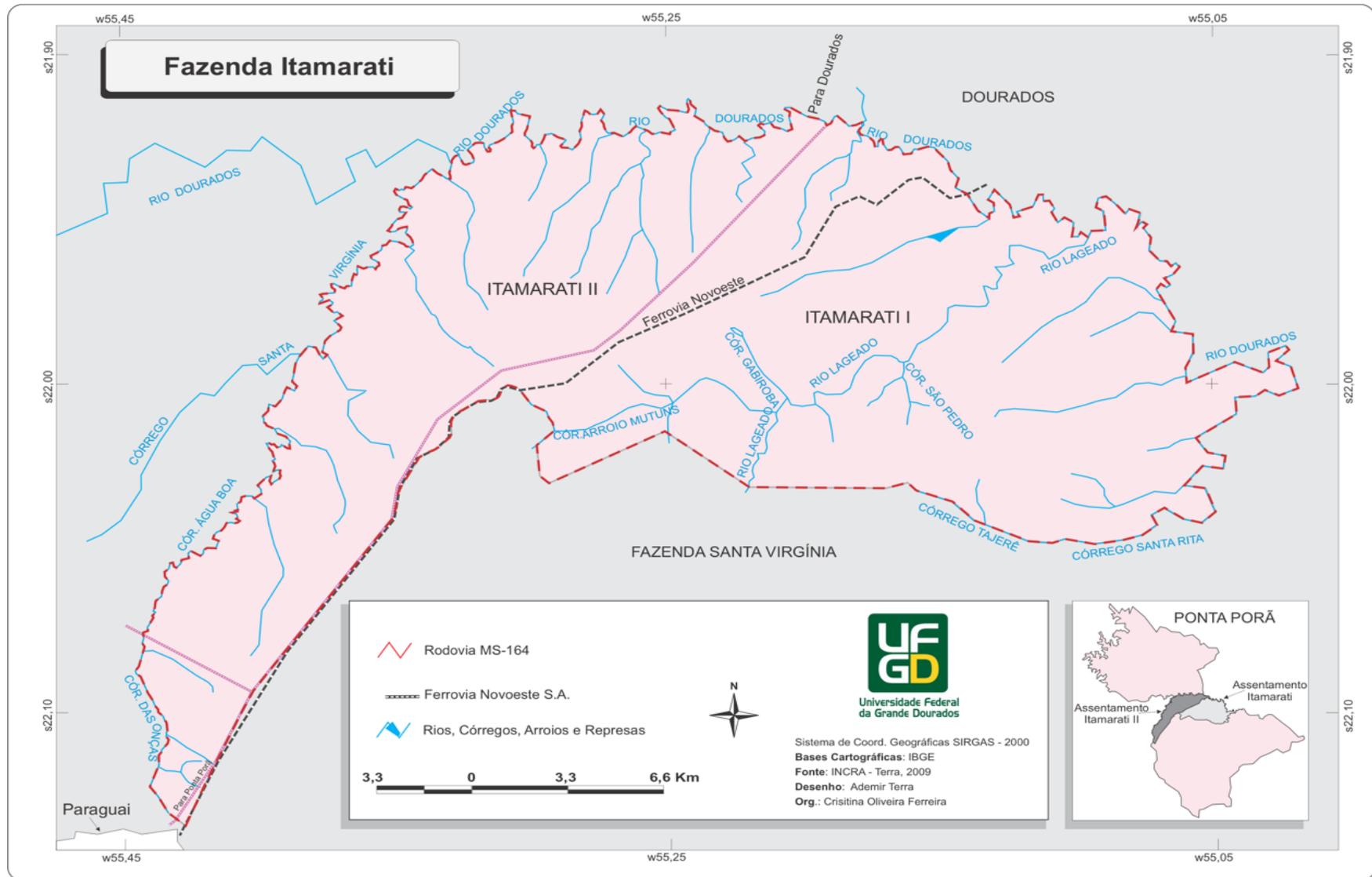
O projeto de Reforma Agrária da totalidade do Assentamento Itamarati é constituído por uma área de 25.100,000 ha. A propriedade foi incorporada ao Plano Nacional de Reforma Agrária por via da aquisição de imóvel rural, na modalidade de compra e venda. Por se tratar de uma área de demanda de trabalhadores rurais, sua aquisição pelo Governo Federal foi de grande importância para o desenvolvimento da região. A obtenção da área decorreu em face da necessidade de solucionar um grave problema social existente na região, decorrente de inúmeros acampamentos de trabalhadores rurais.

A área em que se encontra o Assentamento Itamarati, pertencia ao Grupo Itamarati de propriedade do Olacyr de Moraes. A Fazenda Itamarati (Mapa 3) foi, no passado, símbolo de produtividade, chegando a conquistar o título de maior produtora de soja do Brasil, atingiu também a segunda maior produção de algodão e recordes na produção de milho, no entanto, problemas econômicos, aliados ao fim dos subsídios, baixos preços dos produtos agrícolas, queda na produtividade e mais uma série de outros fatores levou o que antes era considerado símbolo de admiração nacional a ser visto como algo preocupante, em real declínio.

Diante da crise e do estado falimentar o Grupo Itamarati entregou a área de mais de vinte e cinco mil hectares ao Banco Itaú como forma de garantir o pagamento de dívidas. Em novembro de 2000 o Governo Federal comprou esta área do Banco Itaú para fins de reforma agrária. Em maio de 2001, o Governo Federal repassou a área ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando foi implantado o Assentamento Itamarati I onde foram assentadas 1.143 famílias (MATO GROSSO DO SUL, 2003).

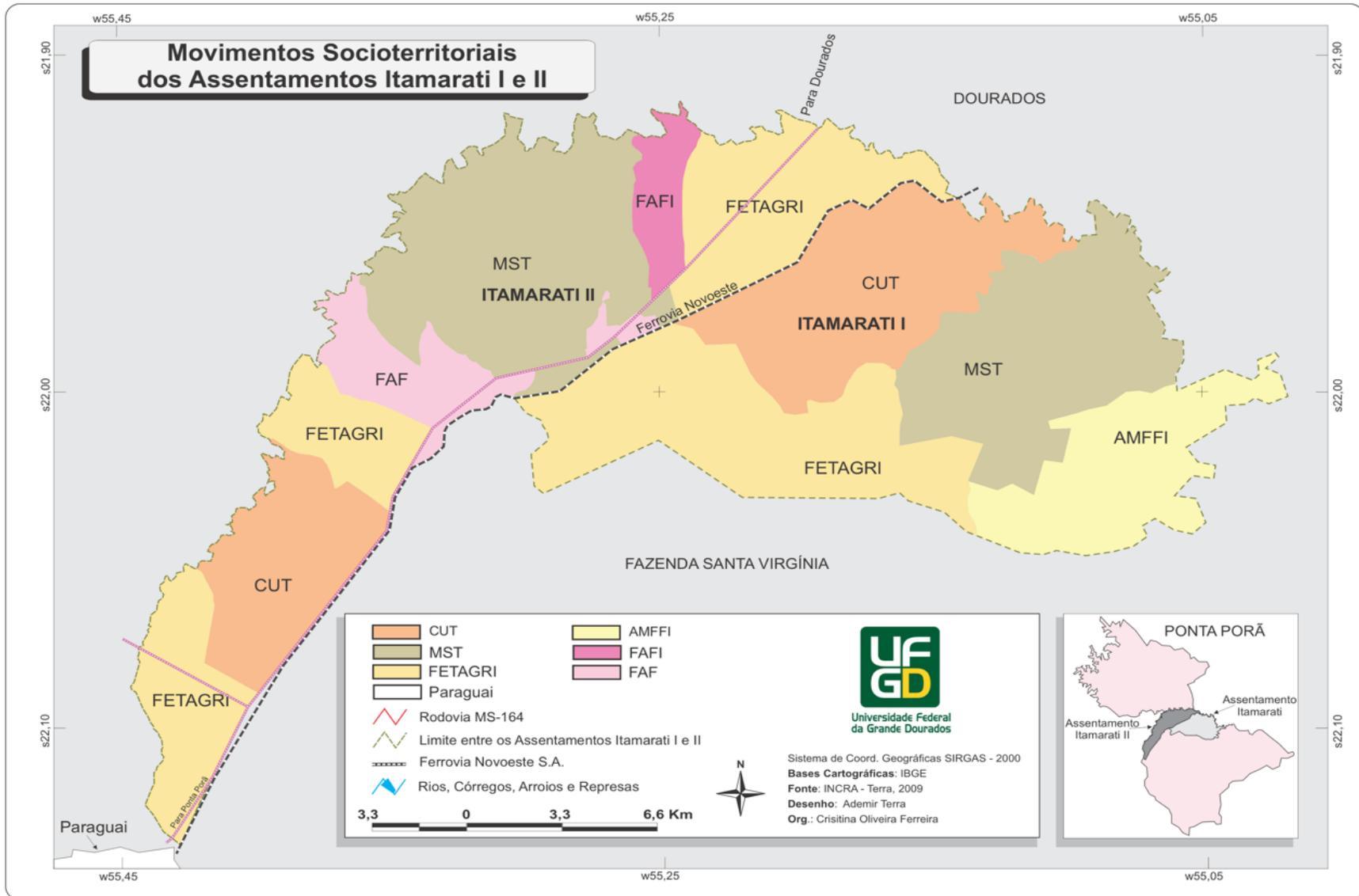
A área do Assentamento Itamarati I está dividida em quatro subáreas, sendo uma para cada organização social que conduziu o processo de assentamento das famílias, quais sejam: Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (TERRA, 2009). As 1.143 famílias foram distribuídas e organizadas seguindo critérios previamente estabelecidos pelos movimentos socioterritoriais e pelo INCRA em que se considerou o tamanho da área, características e aptidão das famílias, ficando da seguinte forma, conforme exposto no Mapa 4.

Mapa 3 - Fazenda Itamarati



Fonte: Terra (2009, p. 68)

Mapa 4 - Disposição das áreas dos Grupos Sociais no Assentamento Itamarati I e II



Fonte: Terra (2009, p. 113)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (2006), o Assentamento Itamarati II foi implantado no ano de 2004, no antigo megaempreendimento denominado “Fazenda Itamarati”, símbolo do agronegócio e do capitalismo. Na área de 24.946 ha foram assentadas 1.692 famílias pertencentes aos seguintes movimentos socioterritoriais sendo: 588 famílias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), 568 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), 270 famílias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), 150 famílias da Federação da Agricultura Familiar (FAF) e 116 famílias da associação denominada Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI), o complexo Assentamento Itamarati I e II totalizam juntos 2.835 famílias assentadas.

A área do Assentamento Itamarati II encontra-se descaracterizada quanto à vegetação original, pois, as culturas anuais e pastagens substituíram a vegetação nativa, exceto nos remanescentes junto aos córregos e nascentes, onde há maiores limitações do solo para o uso agrícola (associações complexas e encharcamento). Contudo, considera-se que o conhecimento da vegetação original, quando considerado em adição aos fatores edafoclimáticos, é de grande importância, visto que este pode apoiar o planejamento conservacionista do assentamento, principalmente nos processos de classificação da aptidão agrícola e de capacidade de uso das terras. (EMBRAPA, 2002)

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a área destinada para a Reserva Legal é constituída de extratos vegetais de regular aspecto remanescente de cobertura vegetal nativa, com conformação fechada, com espécies características da flora local, e encontram-se preservadas, com características propícias para a preservação da flora e da fauna existente no local.

O Assentamento Itamarati, como uma possibilidade de inserção e desenvolvimento socioeconômico, ambiental e político facilitada pela Reforma Agrária, confere uma visão de desenvolvimento, que pode ser tratada como um conjunto de melhorias tanto no campo econômico como também no político e social, capazes de promover um maior bem-estar para a população local. Conforme explica Oliveira (2002, p. 40):

[...] o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Neste sentido, distinguem-se as visões de desenvolvimento local e crescimento econômico. Se este último era até pouco tempo entendido como um processo de mudança de abordagem quantitativa de certa estrutura econômica e social, o desenvolvimento por sua vez era interpretado como um processo de mudança, mas na forma qualitativa de tal estrutura. Para que haja desenvolvimento, torna-se importante considerar o incremento produtivo, constituindo-se dessa forma o crescimento econômico uma dimensão do desenvolvimento. O crescimento econômico, portanto, “apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Esta condição poderá ser atingida, como alternativa, através da valorização e apoio a iniciativas de desenvolvimento local, aí fazendo sentido a visão transformadora e humanitária da reforma agrária, passando a entendê-lo enquanto resultado da organização e mobilização da sociedade local, a partir da sua realidade – matriz cultural, social, relação com o meio natural – definindo e explorando suas potencialidades e especificidades, como condição de inserção na economia em condições de vantagem. Tal iniciativa proporciona uma capacidade de ampliação da análise crítica dos recursos humanos, na qual o domínio do conhecimento e da informação tornam-se elementos centrais da competitividade sistêmica (BUARQUE, 1999).

Em termos de origem das famílias, há um diferencial quanto à diversidade de origem das famílias que ali vivem e trabalham, pois as mesmas migraram de várias regiões do Brasil e até mesmo de outros países.⁹

A luta pela reforma agrária se configura em possibilidade do camponês antes proletariado reintegrar-se a um modo de vida campesina com oportunidades de trabalhos, moradia e reprodução social. Assim como a construção de um futuro promissor contribuindo com o progresso da região de forma socialmente sustentável.

Pode-se dizer que o Assentamento Itamarati está dividido em grupos nos quais sejam: os que vieram de outras regiões do estado e do país; e os brasileiros que foram embora para o Paraguai e mais tarde retornaram para o Brasil, além dos ex-funcionários da antiga Fazenda Itamarati. Os dois primeiros grupos foram os que vivenciaram mais intensamente o processo de

⁹ Essa mudança das pessoas não pode ser entendida simplesmente como um deslocamento geográfico, necessitando considerá-la também como uma mobilidade social e cultural. Nesse sentido, faz-se necessário o emprego do entendimento da cientista política Eunice Durhan (2005, p. 03) que afirma que “uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar, vai morar com outras pessoas, desse modo a movimentação é definida frequentemente, antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência”. Essa diversidade de valores culturais e históricos trazidos pelas famílias contribui para a construção de um espaço social renovador.

reforma agrária iniciando com a vida nos acampamentos. Por meio dos movimentos socioterritoriais aos quais pertencem, ocuparam parte das terras da então Fazenda Itamarati. Com o intuito de acelerar a distribuição das terras, participaram do fechamento de rodovias, ocupações de instituições públicas e privadas, tudo para apressar o processo de reforma agrária na região.

A emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Sua ampla disseminação se dá, porém, quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas e exploratórias. Assim, a reforma agrária surge como alternativa de trabalho, moradia e reprodução social [...] (SILVA, 2018, p. 60).

As famílias vieram dos mais diversos estados do Brasil, como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, dentre outros, além de cidades do Mato Grosso do Sul. Dentre os moradores do Assentamento Itamarati II, encontrou-se a Sra. M.B.F., que é produtora rural no grupo Antônio João. Ela afirma que veio da região de Antônio João/MS, ficou acampada por mais de quatro anos juntamente com sua família e passou por inúmeras dificuldades, tudo para conseguir o tão sonhado lote.

Eu vim com a minha família bem no início do ano de 2000. Veio eu, meu esposo, minha filha caçula e meus dois netos, filhos dela. Eu tenho mais dois filhos, mas moram na cidade de Paranhos aqui no estado. A decisão de vir pro acampamento tentar pegar terra foi na verdade dos meus filhos que não moram comigo. Eles ficaram sabendo do acampamento aqui na Itamarati e então buscaram se informar como era e eu acabei vindo pra cá. Eu não tinha nada, pois morava em casa cedida pelo patrão (Entrevista com M.B.F, 2021).

Hoje com 53 anos de idade, a entrevistada afirma que já trabalhava em fazendas na região de Antônio João junto com seu esposo. Assim, tiveram mais facilidade quando conquistou o lote, diferente de outros companheiros que não viveram essa realidade anteriormente e tiveram dificuldades em conhecer e trabalhar no campo. Ela compara as condições de vida atual com a do período do acampamento:

A vida no acampamento era muito sofrida, não é bom morar em barraco, você está sujeito a tudo, tanto sol quanto chuva, ainda com dois netinhos pequenos, eles sofreram muito. Nós recebia cesta básica do governo, era pra vir todo mês, mas tinha mês que vinha e tinha mês que não vinha. Quando não vinha tinha que se socorrer aos filhos que moravam fora, e também não tinham muitas condições, mas ajudava um pouquinho. [...] Hoje no meu lote, tá tudo muito melhor, agora tenho minhas coisas, tenho minha terra, sei que tudo que eu plantar vai ser meu, a terra aqui não é das melhores, mas produz de tudo um pouco. Podia ser melhor, ter mais ajuda do governo, mas tá bom, melhor do que estava antes (Entrevista com M.B.F, 2021).

O depoimento da Sra. M.B.F. traduz a importância que foi para ela e sua família conquistar o seu espaço no assentamento. Esse mesmo sentimento tem as demais famílias que se identificam com esta realidade.

Outro grupo, que também participou de forma incisiva do processo de reforma agrária no Assentamento Itamarati, é o grupo do Sr. J.S.F., que é brasileiro, mas morou por três anos em outro país e veio para o acampamento em busca do lote. Este grupo é formado por brasileiros que viveram no Paraguai, mas devido às más condições oferecidas resolveram retornar ao país de origem e obtiveram na reforma agrária o seu território de reprodução camponesa. O entrevistado conta os motivos que o levou a vir com sua família para o assentamento.

Morava no Paraguai, em Pindoty Porã, divisa com Sete Quedas. Minha irmã foi assentada, primeiro com seu esposo e convidou a minha família a vir para o acampamento em busca de terra para um futuro melhor para minhas filhas e esposa, já que no Paraguai ficava difícil para elas estudarem, pois tinham que atravessar a fronteira andando porque não tinha transporte e sempre sonhei morar no Brasil, para reivindicar meus direitos (Entrevista com J.S.F., 2021).

Hoje com 55 anos de idade, o Sr. J.S.F. mora com sua esposa, sua filha e sua sogra, em uma parcela rural, no grupo Recanto, pelo movimento da CUT, no Assentamento Itamarati I, e nos falou ainda sobre a trajetória da conquista da luta pela terra.

Fiquei acampado três anos. Durante esse período recebia uma cesta, chamada fome zero. Para conseguir a terra teve algumas reivindicações como: trancar a BR em forma de protesto e vários debates a respeito de como seria entregue a terra. O povo queria todos os hectares individual, e o projeto estava para ser entregue quatro hectares individual com moradia e oito hectares, sendo trabalhado junto com outras famílias. Os órgãos responsáveis argumentavam que seria melhor dessa maneira, pois as casas ficariam mais próximas, facilitando o acesso à energia e água, diminuindo assim as estradas, melhorando o ingresso de transporte. Antes da entrega dos lotes teve entrevista como uma seleção para ver se realmente os acampados, eram da roça. Depois foi dividido os grupos de noventa famílias com quatro hectares individual e oito no societário. [...] Hoje no assentamento tenho várias coisas no lote como: gado, lavoura, pomar, mas faltam recursos para as estradas, cooperativismo e saúde. No entanto a reforma agrária nos possibilitou uma moradia e direitos de viver em nossa nação (Entrevista com J.S.F., 2021).

Ao analisar estes depoimentos é possível observar que para esse grupo que vivenciou a política de reforma agrária pela expropriação da então Fazenda Itamarati, o Assentamento Itamarati representa não apenas sua casa, mas também seu trabalho e sua vida, onde conquistam sua dignidade. Por essa razão, apostam no crescimento e no progresso do assentamento, pois buscam fazer do local sua moradia definitiva. Embora haja reclamações sobre a situação das estradas que raramente sofrem manutenção, a divisão dos lotes em quatro unidades individuais e

mais a parte social, ou comunitária, é visto como uma decisão acertada, que possibilitou o melhor acesso às estradas e aos demais sistemas de infraestrutura do assentamento.

O outro grupo de famílias que trabalham como produtores rurais no Assentamento Itamarati II são os ex-funcionários da antiga fazenda. Verificou-se que neste grupo dos ex-funcionários, em sua grande maioria, foi relatado que logo no início do assentamento houve muita insatisfação por parte das pessoas, devido ao fato de não ter esse grupo presenciado o processo de reforma agrária, mas sim vivenciado a forma como essa política retirou o que já haviam construído durante muito tempo no local. A maioria dos ex-funcionários trabalhou por mais de 10 anos na Fazenda Itamarati e tiravam do seu trabalho como assalariados o sustento de suas famílias.

Ao entrevistar o Sr. P.L.G.M., com 42 anos de idade e que mora no Assentamento Itamarati II com sua esposa e mais três filhos menores, pode-se observar o quanto foi difícil à transição:

Eu trabalhei na fazenda por 12 anos, tinha tudo, tinha meu salário, meus filhos iam pra escola, tinha segurança, esporte, tudo que você imagina. Pra nós, no início, foi uma perda muito grande a desapropriação da Itamarati. Sabemos que beneficiou um número muito maior de pessoas, mas no meu entender, os ex-funcionários saíram prejudicados. A fazenda nos dava todo o apoio, tínhamos uma estrutura financeira considerável. Podemos dizer que tínhamos estabilidade no nosso emprego. As casas eram cedidas pela fazenda, não pagávamos água, luz, associação, sindicato, nada (Entrevista com P.L.G.M., 2021).

Constata-se, assim, que para este grupo de pessoas o processo de luta pela reforma agrária teve seu lado contraditório, pois não houve preocupação com as condições das famílias que já habitavam o local, que tinham sua vida estabilizada e que jamais imaginavam passar por um processo semelhante ao que ocorreu. Contudo, ao questionar qual a atual situação do entrevistado no Assentamento Itamarati II, a resposta foi a seguinte:

Hoje é diferente, hoje eu tenho meu sítio¹⁰, tenho minha casa no sítio, já que nossas casas ficaram na vila da sede. Hoje planto no que é meu, antes plantava na terra alheia, hoje não. Tenho muita coisa no lote, tenho galinha, porco, vaca. Minha esposa faz queijo, doce, tenho meu sossego e da minha família. Melhorou muito do começo pra cá (Entrevista com P.L.G.M., 2021).

Insistido quanto à possibilidade de retornar à situação anterior da Fazenda Itamarati, o mesmo foi veemente em dizer que não, o que nos faz concluir que para os ex-funcionários a

¹⁰ Uma das denominações da pequena propriedade camponesa.

expropriação da Fazenda Itamarati trouxe profundas mudanças, já que contavam com estabilidade no emprego e outras vantagens. No entanto, logo que conquistaram suas parcelas rurais constataram que o fato de serem proprietários e não mais empregados, acarretou maiores benefícios para suas famílias, já que conquistaram sua moradia própria e seu trabalho individual, sem subordinação e, ainda, com melhor qualidade de vida.

Dessa forma, verifica-se que o Assentamento Itamarati passa por constantes transformações desde seu projeto inicial, pois abrange grupos diversificados no que diz respeito aos fatores sociais, econômicos e culturais, contemplando famílias de diversas regiões, desde aquelas que participaram da luta pela reforma agrária, até as famílias que já estavam ali na região como os ex-funcionários da fazenda. Percebe-se que para essas famílias a reforma agrária representou a grande conquista pela terra com a oportunidade de ter concretizado o sonho de acesso à sua pequena propriedade rural e, em consequência disso, a satisfação de uma vida melhor. Porém, diante dos relatos dos moradores durante as entrevistas, percebe-se que apesar do acesso à terra ter significado um marco para as famílias assentadas, é importante haver uma organização entre essas famílias com os movimentos socioterritoriais para reivindicar melhorias na educação, saúde, lazer, transportes entre outros. Assim como nos conta Silva (2018, p. 74):

Para fortalecer a luta camponesa são necessárias mais que políticas compensatórias, é preciso avançar com políticas públicas voltadas para a permanência do camponês na terra, permitindo sua reprodução social através dos incentivos financeiros, desenvolvimento de técnicas e assistência nos modos de cultivo que possam aumentar a produção em articulação com a conservação dos recursos naturais essenciais à sua sobrevivência, proporcionando assim, a autonomia camponesa, e não sua subordinação ao sistema capitalista.

Constatou-se que as políticas públicas de incentivos à produção e comercialização dos produtos proveniente da agricultura familiar¹¹ são fundamentais para a permanência do camponês. Além desse fator é necessária também uma educação que valorize a luta dos movimentos socioterritoriais e as questões agrárias para que o jovem do campo tenha participação ativa e uma reflexão crítica sobre sua realidade. Para que isso de fato se concretize, o progresso com políticas públicas se torna primordial.

¹¹ Esclarece-se que o uso do conceito de agricultura familiar relaciona-se ao fato de que, em termos de políticas públicas e nomenclatura do IBGE, essa é a denominação dada para a agricultura camponesa, ou seja, nessa pesquisa não tem o caráter de conteúdo elaborado pelos teóricos do PCA que entendem o agricultor familiar como uma superação do campesinato.

2.2 Os Recursos Naturais no Assentamento Itamarati

Segundo a EMBRAPA (2002), a área do Assentamento Itamarati caracteriza-se pela grande disponibilidade de recursos hídricos. O grande número de unidades de pivô central encontrado no Assentamento Itamarati se deve, dentre outros fatores, a essa disponibilidade de recursos hídricos. Dos mananciais de maior porte, destacam-se: o Rio Dourados, que delimita o assentamento a norte e nordeste; o Rio São João que, juntamente com a Fazenda Santa Virgínia, compõe o limite sul/sudeste; e o Rio Lajeado, afluente do Rio Dourados, que corta toda a área. Aos canais de maior ordem, agregam-se ainda uma série de córregos e arroios cujas nascentes encontram-se dentro dos limites do assentamento. O Arroio Mutuns, o Córrego Gabiroba e o Córrego São Pedro deságuam no Rio Lajeado, ao passo que o Córrego Tajhire, o Córrego Quiri-quiri e o Arroio Santa Rita deságuam no Rio São João. Os Córregos Areião, Ledesma-Cuê e Cerrito, por sua vez, correm diretamente para o Rio Dourados.

Através da intrincada rede de drenagem que serve a área do Assentamento Itamarati é possível amenizar efeitos negativos do clima, particularmente no que diz respeito à ocorrência de períodos de menor disponibilidade hídrica, tais como veranicos e estiagens prolongadas. Este potencial foi intensamente aproveitado pela antiga Fazenda Itamarati - Gleba II, que operava com 63 unidades de pivô central e que atualmente possui 58 pivôs centrais.

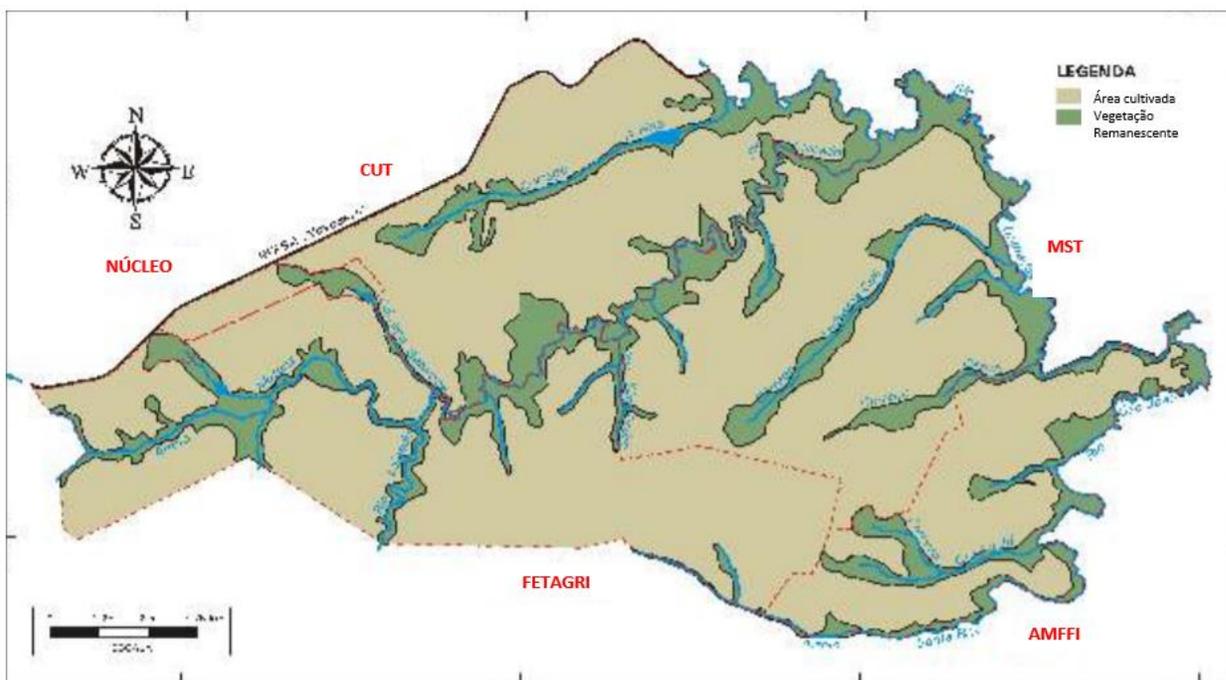
Na avaliação dos recursos hídricos de que o Assentamento Itamarati dispõe, deve-se frisar que, se por um lado, o fato de se localizar em uma região com grande disponibilidade hídrica traz uma série de benefícios às famílias ali assentadas, por outro gera uma grande responsabilidade. O uso dos recursos deve respeitar critérios técnicos previamente estabelecidos, que deverão considerar, dentre outros aspectos, a capacidade de suporte dos mananciais utilizados como fonte para o sistema de irrigação. Em outras palavras, há de se definir o número máximo de pivôs a operar simultaneamente, sem que haja impacto sobre o meio ambiente dado por variações bruscas no nível fluviométrico. Este fator atualmente não vem sendo respeitado tão pouco acompanhado por técnicos ou órgãos responsáveis, o que acarreta um risco ao meio ambiente principalmente a fauna aquática da região (EMBRAPA, 2002).

Há de se atentar também para o uso de práticas conservacionistas dentro do sistema de produção tais como plantio direto ou cultivo mínimo e a manutenção dos terraços (curvas de níveis) existentes. Desta forma, além de evitar a degradação dos recursos naturais, se estaria assegurando a prática de uma agricultura (e pecuária) mais racional, aumentando a

sustentabilidade e viabilidade dos recursos naturais no assentamento.

O Mapa 5 mostra a vegetação remanescente e os recursos hídricos do Assentamento Itamarati.

Mapa 5 - Vegetação remanescente e recursos hídricos do Assentamento Itamarati – Ponta Porã, MS



Fonte: EMBRAPA (2002, p. 25)

Pesquisar a temática ambiental no contexto escolar do Assentamento Itamarati é de suma relevância, uma vez que o complexo universo que compõe o Assentamento Itamarati I e II, além de se destacar pela sua dimensão territorial, tem no bojo do seu modelo a obrigatoriedade da exploração coletiva de parte da área, em função da existência de 86 pivôs centrais, que totaliza uma área irrigada de aproximadamente 9.000 ha. O assentamento apresenta potencialidades importantes para o processo de desenvolvimento agropecuário, no entanto, devido a sua dimensão territorial e o modelo de exploração da terra preconizado quando da conquista do assentamento, também apresenta uma gama de problemas de ordem organizacional, socioeconômica, produtiva e ambiental.

Estes problemas desafiam as famílias assentadas a superar o modelo agrícola vigente, sobretudo nas áreas irrigadas e áreas de sequeiro de uso coletivo, ainda, totalmente pautado na produção da monocultura soja/milho e na intensa utilização de insumos químicos e agrotóxicos herdado da Fazenda Itamarati.

As famílias assentadas neste contexto, orientadas pelo mercado e pelo Estado, adotam o manejo agrícola convencional, no qual é completamente dependente de insumos externos e subordinados às demandas estabelecidas pelo mercado, culminando na perda da autonomia e da soberania alimentar, uma vez que o modelo de produção convencional os obriga a permanecer no cultivo das *commodities* soja e milho nas áreas irrigadas e de sequeiro de exploração coletiva. Ou seja, além de serem reféns da dinâmica mercadológica do sistema capitalista, inviabiliza as práticas agrícolas equilibradas ambientalmente.

Nessa perspectiva as famílias assentadas enfrentam o desafio de superar o modelo agrícola herdado da Fazenda Itamarati totalmente pautado na monocultura e na intensa utilização de insumos químicos, transformando-o gradativamente em um modelo agrícola mais sustentável, diversificado, permeado através de sua cultura e pelo respeito ao meio ambiente. Neste sentido, no próximo item serão abordadas as questões agroambientais no Assentamento Itamarati e as ações de cunho ambiental que estão sendo desenvolvidas pelas famílias assentadas e posteriormente, analisar essas questões no contexto escolar.

Seguindo a análise das condições ambientais no Assentamento, por exigência legal, as propriedades rurais devem conservar a vegetação de ocorrência natural nas áreas definidas como de preservação permanente (APP) e de Reserva Legal (RL). As APPs são basicamente aquelas em que a vegetação nativa é essencial para conter processos de erosão e proteger rios e mananciais como ao longo dos cursos ou corpos d'água (artificiais ou naturais), junto às nascentes nos topos dos morros, nas montanhas e serras (em altitude acima de 1.800 m) nas encostas com declividade acima de 45°, em borda de tabuleiros e chapadas e nas restingas. Tais áreas não podem ser modificadas por seus proprietários.

Além destas áreas toda propriedade rural deve ainda manter uma Reserva Legal como é chamada a porcentagem da área útil da propriedade que deve permanecer com vegetação nativa. De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente esta reserva é necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativa. Estas determinações constam no Código Florestal Brasileiro (CFB) (BRASIL, 2012).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, ocorreu uma expressiva expansão das matas e/ou florestas - naturais destinadas à APP ou RL notadamente pela agricultura familiar (64.3%), sendo um mérito dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que teve como ponto de inflexão a aprovação do Código Florestal (TEIXEIRA, 2019). O autor

apresenta na Tabela 1, a variação no período de 2006 e 2017 da utilização da terra, considerando as lavouras permanentes e as temporárias.

Tabela 1 - Utilização da terra, por agricultura familiar e não familiar: Lavouras-permanentes e Lavouras-temporárias

	Lavouras Permanentes			Lavouras temporárias		
	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação
Total	11.679.152	7.755.817	-33,6%	44.609.043	55.642.060	24,7%
	Lavouras – área para cultivo de flores			Pastagens naturais		
Total	100.607	119.928	19,2%	57.633.189	47.323.399	-17,9%
Não familiar	82.250	77.287	-6,0%	43.083.447	35.096.945	-18,5%
Agricultura familiar	18.357	42.640	132,3%	14.550.742	12.226.454	-16,08%
	Pastagens plantadas			Matas e/ou florestas naturais destinadas à APP ou RL		
Total	102.408.873	112.174.148	9,5%	50.933.736	74.961.830	47,2%
Não familiar	80.708.039	85.422.315	5,8%	42.813.085	61.619.960	43,9%
Agricultura familiar	21.700.833	26.751.834	23,3%	8.120.651	13.341.870	64,3%

Fonte: Teixeira (2019) Org. Cristina Oliveira Ferreira

Os dados demonstram uma redução da área com lavouras temporárias, houve queda no setor de grãos. Segundo o Censo do IBGE (TEIXEIRA, 2019), há hipótese de que na agricultura familiar ocorra processo de conversão de áreas de lavouras temporárias em pastagens plantadas; o incremento de áreas com pastagens plantadas foi de 5 milhões hectares (23.3%); o equivalente a 51% da expansão da área total com pastos plantados no período (9.8 milhões). A opção é de substituir pastos naturais por plantados, conforme demonstram os dados da Tabela 1, as reduções com áreas de pastagens são de (-10.3 milhões de hectares). Apesar do expressivo aumento das áreas destinadas APP ou RL percebe-se uma diminuição nas lavouras temporárias e aumento de pastagens plantadas o que infelizmente indica avanços na substituição dos ecossistemas naturais, afetando o meio ambiente e a sociedade em um momento de profunda reflexão frente à crise humana e social ocasionada pelo modo de produção e consumo das sociedades modernas.

Num primeiro olhar, parece inacreditável que algo tão relevante como as RLs e APPs seja passível de questionamento nos dias atuais; no entanto, o fato é, além de questionada, essa legislação é negligenciada e sua efetiva aplicação ainda está num horizonte distante, ou seja, a maioria dos proprietários rurais que não possui RL ou APP não tem sido devidamente cobrados e aqueles que as mantêm não recebem nenhum prêmio social.

Apesar da incoerência na decisão de retirar a vegetação dos ecossistemas naturais pelos agricultores, cabe ressaltar que pouco ou quase nada tem sido feito para promover a percepção sobre a importância dessas áreas em suas propriedades, tanto a nível individual quanto coletivo. Na perspectiva mercadológica, manter a vegetação nativa por exclusivo civismo significa reduzir a área plantada e, conseqüentemente, perder dinheiro.

No entanto, conforme tem sido verificado nos trabalhos em agricultura de base ecológica, a exemplo das pesquisas realizadas, as RLs e APPs têm papel estratégico para a saúde dos cultivos, criações e pessoas que residem em uma determinada área rural.

Os ecossistemas naturais têm a capacidade de estabilizar os fluxos de energia e ciclos materiais, propiciando as condições ideais para a vida. Como exercício pedagógico, poder-se-ia dizer que a manutenção das RLs e APPs em uma unidade de produção equivale ao mesmo princípio que recomenda a manutenção da floresta Amazônica – maior floresta natural do mundo. Ambas contribuem de forma decisiva para o equilíbrio e manutenção da produtividade dos sistemas que elas integram, estando as RLs e APPs no nível sistema local (agro ecossistemas) como a floresta Amazônica está para o sistema global (Biosfera) (FRANCHINI, 2010).

Mantendo-se as devidas proporções, as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes têm uma importância tão estratégica para o futuro da agricultura brasileira quanto a Amazônia tem para o futuro da humanidade, portanto faz-se necessária uma ação agressiva na direção da recomposição dessas áreas, com aplicação de programas de Educação Ambiental sobre a importância dos ecossistemas naturais para áreas cultivadas a todos os agricultores, definição de prazos para ajustamento de conduta para os irregulares e criação de instrumentos de política pública que recompensem a averbação de Reserva Legal (FRANCHINI, 2010).

Estas ações significariam um passo importantíssimo na direção de um modelo de agricultura mais sustentável, principalmente em respeito à formação, sendo um momento ímpar para se questionar as práticas da agricultura convencional, que defende altas produtividades a qualquer custo e desconhece os princípios ecológicos que sustentam a importância dos ecossistemas naturais como espaços reguladores das condições ambientais e de conservação da biodiversidade.

As demais ações que orientam a recuperação e manutenção das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes estão previstas em lei e possuem um aparato institucional fiscalizatório e de registro já devidamente organizado, além de promover o ajustamento de

conduta dos inadimplentes e compensação dos adimplentes que tenham ou queiram suas áreas averbadas.

Por fim, certifica-se de que, sem resolver questões aparentemente pontuais, como é o caso das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes, dificilmente se alcançará metas tão ousadas como a tão propalada agricultura sustentável. Visto que, devido ao sistema de agricultura capitalista, muitos pequenos produtores, sem saída, acabam arrendando a terra, algo muito comum nas áreas irrigadas no Assentamento Itamarati, o que implica na utilização de insumos químicos e uso de agrotóxicos, como explica Camacho (2008, p. 27), “existe a necessidade de refletirmos a respeito das consequências negativas existentes nas relações entre sociedade e natureza que estão subordinadas ao modo de produção capitalista”. Apesar da difícil empreitada de resistir contra essa lógica que o capital impõe, as famílias camponesas resistem por meio da criação do Núcleo de Agroecologia desenvolvido por alguns produtores do Assentamento Itamarati I e II, permitindo a conservação e manutenção dos recursos naturais, assim como na conservação RLs e APPs.

2.3 A Questão Agroambiental

Na busca pelo desenvolvimento territorial com sustentabilidade,¹² a questão agrária é indissociável da questão ambiental. Assim, a exploração agrícola deve ocorrer em harmonia com a conservação dos recursos naturais. De acordo com Cordeiro, Petersen e Almeida (1996), a agricultura é uma das atividades com maior impacto sobre o meio ambiente, pois os sistemas agrários ocupam cerca de 45% da superfície total dos ecossistemas brasileiros, sendo a maior parte apropriada pelo agronegócio.

Lima (1999) apresenta uma definição para a questão ambiental como:

o conjunto de contradições resultantes das interações internas ao sistema social e deste com o meio envolvente. São situações marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial; na expansão urbana e demográfica; na tendência ao esgotamento de

¹² Desde que surgiu pela primeira vez em 1987, na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, o termo desenvolvimento sustentável tem sido constantemente utilizado para os mais diversos fins, inclusive de cunho político e em textos governamentais. Seu uso a princípio, na Comissão de Brundtland, foi para alertar sobre as mudanças climáticas que aconteciam diante da crise social e ambiental vista em todo o planeta a partir do século XX, onde as populações marginalizadas das comunidades globalizadas estavam à mercê de políticas e incentivos sugeridos com a integração das economias mundiais, necessitando assim conciliar garantias de bem-estar às populações à conservação e utilização racional dos recursos naturais (BARBOSA, 2008).

recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades sócio-econômicas intra e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social; no avanço do desemprego estrutural; na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros.

São, portanto, todas as situações que implicam em alguma desvantagem sobre a qualidade da vida humana, e que devido a exaustão do modelo de sociedade em voga coloca em risco as populações na medida em que surgem outros problemas derivados do modelo, acarretando em um sistema contínuo de necessidades não atendidas (LIMA, 1999).

Ao analisar a agricultura recente, percebe-se que o agronegócio é um setor de grande peso e influência sobre a economia do país, principalmente por sua produção ser voltada à exportação de *commodities*, como soja, milho, café, fumo, entre outros produtos, uma produção baseada no modelo de agricultura patronal voltada aos interesses do capital e do mercado mundial (agronegócio).

Esse modelo de agricultura busca o aumento da produtividade, utilizando grandes quantidades de insumos químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, produtos esses que são patenteados e monopolizados por empresas multinacionais visando apenas o lucro, um sistema hegemônico que exclui o camponês e os povos da terra e coloca em risco a soberania alimentar tornando-se insustentável. Como aponta Almeida (2014), o Brasil tem sido palco primordial do desenvolvimento no campo via agronegócio isso implica no controle do território (envolvendo os bens inalienáveis da natureza como água e terra) criando normas e padrões para assegurar a apropriação de riquezas.

O modelo de agricultura do agronegócio causa grandes impactos aos sistemas agroambientais, além de colocar em risco a soberania alimentar, pautado no uso de agrotóxicos, tudo para aumentar a produtividade. Apesar de ter aumentado a produção, não é capaz de matar a fome dos brasileiros, devido a um sistema que monopoliza a distribuição de alimentos e exclui parte da população. Diferentemente, a agricultura camponesa produz na terra para sua subsistência e de sua família e comercializa apenas o excedente da produção. O camponês trabalha conforme seu modo de vida com um olhar diferente sobre os meios de produção, um exemplo disso é a conservação das sementes crioulas mantidas por anos, pelas gerações camponesas. Pode-se dizer que este fator contribui para a preservação e conservação dos recursos naturais.

Nesse modelo de agricultura camponesa a produção é diversificada e atende ao mercado interno do país, baseia-se na produção de arroz, feijão, mandioca, batata, abobrinha, hortaliças entre outros alimentos, que fazem parte das principais refeições do prato das famílias brasileiras.

O Censo Agropecuário (2017) registrou uma expressiva redução nos estabelecimentos familiares e queda nas áreas com lavouras temporárias, sendo demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Número e área dos estabelecimentos, por agricultura familiar e não familiar

	2006		2017	
	N. de estabelecimentos	Área	N. de estabelecimentos	Área
Agricultura não familiar	809.369	253.577.343	1.175.916	270.398.732
Agricultura familiar	4.366.267	80.102.697	3.897.408	80.891.084

Fonte: Teixeira (2019) Org. Cristina Oliveira Ferreira

Através dos dados observa-se uma expressiva queda nos estabelecimentos da agricultura familiar com redução de 10.7%. Foram 468.859 unidades que desapareceram, em que pese o incremento relativamente pequeno da área total, de 788.4 mil hectares, essa expressiva redução também implica no aumento do número de estabelecimentos patronais ampliando para 366.5 mil unidades, colocando em risco os sistemas agroambientais devido ao uso excessivo de agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, a supressão da vegetação para o aumento de pastagens e produção de monocultura. Como é possível constatar nos dados do Censo Agropecuário 2017, houve um crescimento do agronegócio em todas as regiões, com destaque, em termos relativos, para a região Norte, que experimentou crescimento de 64.5%, o que se deve à expansão do agronegócio na Amazônia, e em seguida do Centro-Oeste, com 32.1%.

As quedas no número de lavouras temporárias em 2.6 milhões hectares, ou 21.5% de 2006 para 2017, tratam de um fenômeno muito preocupante, já que as lavouras temporárias incluem alimentos essenciais da mesa dos brasileiros (IBGE, 2017).

A expansão do capital no campo engloba a apropriação dos recursos naturais, colocando em risco a biodiversidade dos ecossistemas. Segundo Porto-Gonçalves (2000), para aumentar os ganhos, as máquinas vão sendo implantadas pouco a pouco visando potencializar o trabalho e gerar lucro. O autor contribui argumentando que:

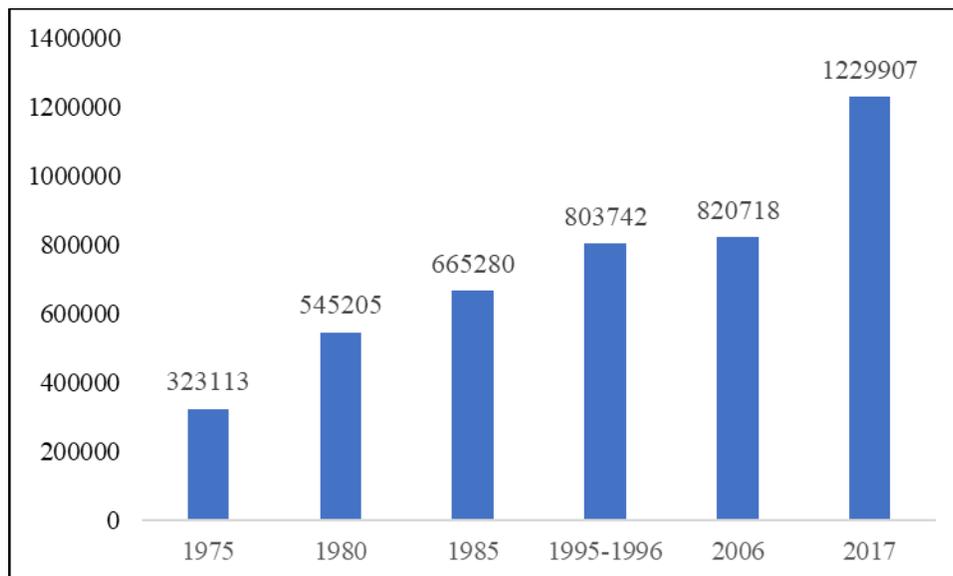
No caso da agricultura, a mecanização será mais tardia, pois as máquinas tendem a ser especializadas, exigindo para isso a homogeneização dos processos de cultivo. Já sabemos que essa prática, a formação de plantações homogêneas, implica simplificações e torna os ecossistemas muito mais vulneráveis. A tentativa recente chamada “Revolução Verde” mostrou a impossibilidade de transplantar a lógica do mundo físico-mecânico para o campo biológico-orgânico. Os gastos cada vez maiores com adubos

químicos para garantir o equilíbrio dos ecossistemas (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 111).

Percebe-se que quanto mais a sociedade capitalista avança utilizando o desenvolvimento técnico e científico ao seu favor, mais a população se torna dependente desse sistema, ficando subordinada ao capital, como no caso do camponês, que acaba aprisionado pelas técnicas de cultivo moderno que monopoliza e seleciona as sementes devido a Revolução Verde, quando implantou-se um conjunto de técnicas no qual o produtor teria que adquirir as sementes pelo banco, fazendo com que com a homogeneização da seleção genética as plantações se tornassem cada vez mais dependentes de insumos químicos, agrotóxicos e fertilizantes, causando a dependência financeira do camponês e o desequilíbrio dos ecossistemas, deixando-os vulneráveis.

Com os avanços e a modernização no campo houve um aumento expressivo na utilização de insumos químicos, defensivos com destaque para a mecanização do setor, em consequência do aumento do número de estabelecimento do agronegócio. Como demonstra A Figura 1, que ilustra a evolução do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários, de 1975 a 2017.

Figura 1 - Evolução do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários – 1975 a 2017



Fonte: Teixeira (2019, p. 20) Org. Cristina Oliveira Ferreira

A Figura 1 demonstra a evolução do número de tratores nos estabelecimentos com mecanização intensa, entre os anos de 1975 a 2017, na qual percebe-se um incremento de 50% no

número de tratores sendo superado no período de 1975 a 1980 (68.7%) (TEIXEIRA, 2019). Isso se deve à modernização da agricultura, com base em financiamentos altamente subsidiados pelo Banco do Brasil.

Interpretando os dados do Censo, significa que, em 2006, somente 10.2% dos estabelecimentos tinham trator. Esta participação subiu para 14.5% em 2017. Nesta perspectiva, o mercado atual influencia e moderniza as técnicas utilizadas no campo, sendo comandado pelo capital. A ideia de progresso é associada a industrialização como um sinônimo de modernização. A modernização da técnica acredita-se, torna possível os menores custos de produção, a maior produtividade, a maior quantidade e em menos tempo de trabalho (PORTO-GONÇALVES, 2000).

Com relação aos tratores utilizados na agricultura familiar e não familiar, em 2017, Teixeira (2019, p. 13), diz que:

Em 2017, dos 1.229.907 tratores contabilizados, 549.572 pertenciam a agricultores familiares (44.7%), dos quais, 487.986 com menos de 100 CV. Essa intensa mecanização das camadas plenamente integradas ao mercado da agricultura familiar foi resultado do programa com a denominação *sui generis* de 'Mais Alimentos'.

Observa-se que houve um aumento no número de tratores adquiridos pela agricultura familiar, resultado do incentivo para crescimento da produtividade. Sem dúvida que o uso de tratores e maquinários agrícolas possibilita um aumento na capacidade produtiva da lavoura, pois, influenciam na padronização da mesma, na contenção do desperdício das sementes, bem como na produtividade da mão de obra, já que com o maquinário é possível realizar mais em menor tempo, ainda considerando o fator de escassez na mão de obra, dado que os filhos, quando existem, pouco conseguem ajudar as famílias. A utilização da mecanização agrícola vem suprir esta carência de trabalho braçal no campo.

Paralelamente, percebe-se o domínio dos avanços técnicos como ideia de progresso, influenciando a agricultura camponesa. Também, observa-se um aumento no uso de defensivos químicos, como demonstra os dados do Censo Agropecuário o qual, de 2006 para 2017, houve um aumento de 17% no número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos. O IBGE divulga os dados do uso de agrotóxicos por grupo de área de lavoura e por grupos de área total, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Estabelecimentos com grupos de área de lavoura de 200 ha que mais utilizaram agrotóxicos

Grupos de área de lavoura	Uso de agrotóxicos		
	Total (a)	Utilizou (b)	a/b
Até menos de 20 há	3.566.911	1.286.113	36,1%
De 20 há a menos de 200 há	203.961	157.864	77,4%
De 200 há e mais	40.952	37.703	92,1%

Fonte: Teixeira (2019) Org. Cristina Oliveira Ferreira

Os dados sintetizam que quase todos os estabelecimentos com grupos de áreas de lavoura de 200 hectares ou mais utilizaram agrotóxicos. Esse desenvolvimento da agricultura capitalista caminha para destruição dos ecossistemas (erosão do solo, arenização, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, poluição e perda da biodiversidade), colocando em risco a vida no planeta. Os dados revelam que tanto na “agricultura familiar” (camponesa) como na “não familiar” (agronegócio) foram utilizados agrotóxicos em 2017, o equivalente a 33% no número total de estabelecimentos. Esse desempenho da agricultura camponesa no uso dos agrotóxicos se deve ao crescimento do Pronaf¹³ (TEIXEIRA, 2017). Isso significa um grande avanço no fortalecimento da agricultura camponesa através do aumento dos projetos de financiamento de geração de renda para as famílias assentadas. No entanto, orientados pela lógica dominante de mercado um grande número de pequenos produtores utiliza defensivos em suas propriedades, sendo influenciados pelo modo de produção capitalista. O sistema agroalimentar mundial atravessa uma crise aguda motivada não apenas pela fome, mas também pelos efeitos negativos oriundos do modelo organizacional da produção, que tem provocado riscos à saúde humana e ao meio ambiente pela perda do sócio biodiversidade (SEVILLA-GUZMÁN, 2002 *apud* ALMEIDA, 2014).

Almeida (2014) aponta a respeito das atividades agrícolas que caminham para a destruição dos ecossistemas apontando uma crise agroambiental, neste aspecto o campesinato tem um papel importante de enfretamento nas crises. Porém, os produtos provenientes da agricultura camponesa, apesar do Censo Agropecuário 2017 averiguar terem utilizados defensivos, utilizam em menor quantidade e, muitos, nem tem acesso a essa técnica devido aos custos. Este padrão de agricultura dito “moderno” não se instalou completamente entre os pobres do campo, em virtude da falta de acesso destes produtores ao pacote tecnológico, o que fortalece

¹³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como um projeto que financia tanto projetos individuais quanto coletivos, visando à geração de renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, permitindo o desenvolvimento da produção camponesa (SILVA, 2018).

a esperança de recuperação das bases de uma agricultura realmente sustentável (ALTIERI, 2004 *apud* ALMEIDA, 2014).

Nesse sentido, é fundamental a formação de uma consciência crítica a respeito da questão ambiental pela população que compõem os assentamentos rurais. Assim como é necessário o manejo adequado do uso dos recursos naturais em assentamentos provenientes da reforma agrária, visando evitar a degradação dos solos, a poluição das águas, a destruição das reservas legais, permanentes e matas ciliares, com vistas a construir um desenvolvimento de sistemas produtivos que propiciem a harmonia entre os produtores assentados e o meio ambiente.

Portanto, seria muito interessante e coerente se o processo de assentamento fosse sustentado buscando desenvolver uma tomada de consciência no seio das famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária sobre a importância do meio ambiente. Por isso, um desenvolvimento baseado na reforma agrária e na agricultura camponesa deve possibilitar atividades agrícolas mais adaptadas às características naturais dos ecossistemas e a utilização mais racional dos recursos naturais.

Os assentamentos rurais constituem-se em espaços onde as famílias podem reconstruir seu modo de vida camponesa. Essa consideração de reconstrução na perspectiva do camponês se dá em função de que das pessoas assentadas, um grande número, se quer teve algum vínculo com a terra, não tendo sequer noção dos cuidados básicos com os materiais com os quais vai trabalhar, pois trazem consigo um histórico de vida urbano, muitas vezes marcado pela exclusão. Pois, o processo de reforma agrária, não agrega somente pessoas do meio rural, conforme pontua Marques:

As dificuldades inerentes ao meio urbano, ocasionadas pelas más condições de saúde, educação, habitação e também pelo desemprego, tem ocasionado o movimento de pessoas da cidade para o campo. Assim, muitas pessoas que vivem no meio urbano se agregaram aos movimentos de luta pela terra, sendo incluídas nos projetos de assentamentos (MARQUES, 2004, p. 4).

Nessa perspectiva, os sujeitos participantes do processo da reforma agrária necessitam de um processo educacional que se enquadre com a realidade vivenciada por eles, nos projetos de assentamentos rurais. Sendo primordial que o poder público promova meios para que as famílias assentadas pela reforma agrária possam construir uma Educação Ambiental que resulte em mudanças de atitudes no espaço rural. Segundo Trigueiro (2003, p.17), “[...] a expansão da consciência ambiental dá-se na exata proporção em que percebemos o meio ambiente como algo

que começa dentro de cada um de nós, alcançando tudo que nos cerca e as relações que estabelecemos com o universo”.

Trigueiro (2003) deixa claro que a expansão da Educação Ambiental se configura a partir do momento em que o agricultor perceber a natureza como parte integrante de sua história e extremamente dependente dessa natureza, passando então a agir conscientemente em cada atitude diária, afirmando a agricultura enquanto uma atividade dependente da natureza.

Nesse sentido, é inegável a relação entre a reforma agrária, agricultura e as questões agroambientais para a construção do processo de desenvolvimento territorial com sustentabilidade, segundo Romeiro (1988, p. 1), “[...] desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável”. Na concepção de Carmo (1998, p. 219), o termo sustentável refere-se ao “desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais”.

A sustentabilidade nos aspectos ambientais implica no controle da degradação do solo e da deterioração na qualidade das águas, o que significa, entre outros aspectos, o controle da erosão, do desmatamento e do uso de fertilizantes e defensivos que possam vir a afetar os lençóis freáticos. Para se trilhar os caminhos permeados pela sustentabilidade ambiental demanda que as famílias assentadas se conscientizem da importância do meio ambiente. Assim, é necessário considerar o assentamento rural como um espaço natural de trabalho e as relações que se dão em seu interior determinam processos educativos, dessa forma, a consciência ambiental se dará pelo processo de Educação Ambiental formal e não formal.

O desenvolvimento territorial com sustentabilidade dos assentamentos rurais precisa ser entendido como um processo contínuo que requer mudanças de paradigmas, hábitos, ideias, e novas formas de se relacionar com o meio ambiente resultando em ações constantes e de forma integrada envolvendo todas as famílias assentadas e os órgãos governamentais. Assim como demanda a implantação de projetos sustentáveis que permitam o desenvolvimento econômico aliado à preservação e conservação ambiental, nesse sentido Jacobi (2003, p. 190) enfatiza que a produção de conhecimento nos assentamentos rurais deve:

[...] necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Para Cavalcanti (2003) a sustentabilidade ambiental significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Nesta linha de pensamento, Cavalcanti (2003, p. 436) destaca que existem dois tipos de paradigmas de sustentabilidade: “O desenvolvimento numa visão econômica classificando a natureza como um bem capital e a sustentabilidade como algo ambiental; a outra que tenta romper com a dominação do discurso econômico, ou seja, a sustentabilidade de algo ético”. Para o autor a sustentabilidade demanda que o consumo dos recursos naturais existentes considere igualmente a eficácia e a viabilidade econômica e ambiental.

A sustentabilidade ambiental encontra-se intimamente ligada à capacidade dos ecossistemas suportarem e reagirem às ações depredatórias oriundas do ser humano. Para tanto, faz-se necessário o equilíbrio na utilização dos recursos naturais de forma a se atingir um desenvolvimento territorial com sustentabilidade no processo de reforma agrária. Rodriguez define sustentabilidade ambiental como:

[...] gestão e administração dos recursos e serviços ambientais e a orientação das mudanças tecnológicas e institucionais, no sentido de assegurar e alcançar a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras, dentro dos limites da capacidade de sustentação dos sistemas ambientais (RODRIGUEZ, 1997, p. 55).

Nessa perspectiva, faz-se necessário a conscientização quanto a problemática ambiental que resultem em mudanças na forma de pensar, de agir, de produzir e de consumir. Assim como são necessários o compromisso e o empenho dos órgãos governamentais e da sociedade civil no sentido de melhorar as ações e as relações dos indivíduos para com a natureza em âmbito local e global. Para isso, é fundamental um programa de reforma agrária formule ações que possibilitem a transformação das condições de vida de seus beneficiários através de estratégias produtivas que assegure a sustentabilidade e a preservação ambiental (DAVID *et al.*, 1997a).

Nesse sentido, o envolvimento das famílias assentadas nos projetos de desenvolvimento territorial com sustentabilidade dos assentamentos rurais é fundamental, uma vez que a terra é o ponto de referência das famílias e que as ações destas na exploração agrícola podem afetar os ecossistemas. A recuperação e recomposição das áreas degradadas nas áreas de Reservas Legais e de preservação permanente nos assentamentos de reforma agrária demandam um significativo esforço institucional e um esforço operacional por parte das famílias assentadas.

2.4 O Núcleo de Agroecologia e sua atuação nos Assentamentos Itamarati I e II

O Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati I e II foi constituído em 2006, após alguns produtores visitarem a Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, que é realizada anualmente no município de Juti – MS. Nesta ocasião, as diversas palestras focaram o tema organização e produção agroecológica, despertando o interesse dos produtores e produtoras para o processo de produções diferenciadas com ênfase na agricultura orgânica. As informações tanto por parte dos produtores da linha agroecológica que apresentaram suas experiências, quanto às de cunho técnico, foram o ponto de partida para a criação do Núcleo, demonstrando aos produtores a necessidade de promover alternativas de diversificação de produção pautadas em práticas ambientalmente sustentáveis, assim como novas formas de agregar valor aos produtos.

Motivados e estimulados pelo trabalho do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), um pequeno grupo de produtores conheceram a forma de organização da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) e a partir daí, começaram a estabelecer contato, surgindo assim o interesse em formar um grupo sólido com a proposta de trabalho focado na Agroecologia. Este contato inicial foi intermediado pela educadora popular Irmã Olga Manosso, lutadora do povo e defensora dos princípios agroecológicos. Os trabalhos desenvolvidos pela educadora foram fundamentais para a elaboração da proposta que levou a organização do Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati.

Após o processo de discussão interna o grupo amadureceu conceitos e decidiu trabalhar com uma agricultura menos agressiva tanto para o ser humano quanto para o meio ambiente. O processo de organização propiciou buscar novos conhecimentos tecnológicos e políticos que pudessem ser aplicados neste modelo de produção baseado na agroecologia, possibilitando fomentar a ideia da soberania alimentar justa e igualitária capaz de desenvolver um contexto socialmente justo e ecologicamente correto, além de procurar sua viabilidade econômica.

No início o Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati foi composto por 10 grupos de agricultores pertencentes a diversos movimentos socioterritoriais, que de forma organizada produzem e comercializam recuperando os ideais e anseios antes sonhados.

Dentre os projetos desenvolvidos no contexto do Núcleo de Agroecologia destaca-se o cultivo do gergelim e de soja orgânica no ano de 2007 direcionados ao mercado externo em parceria com uma empresa do setor que financiou a certificação dos produtores e forneceu parte da Assistência Técnica. Houve também o interesse por parte de alguns produtores do Núcleo pelo

cultivo do algodão e do milho orgânico. Este projeto recebeu apoio da empresa YD Confecções que dentro de um projeto guarda-chuva trabalhou a questão da certificação junto aos produtores envolvidos com estes plantios. Outra atividade que merece destaque é a produção de hortaliças que tem como proposta melhorar a qualidade da alimentação das famílias. E o incentivo à produção de artesanato, sendo realizada com o intuito de criar a visão da multidimensionalidade da agricultura camponesa.

O Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati, em 2010 apresentou uma crescente solidificação por intermédio das inúmeras parcerias já consolidadas rumo ao fortalecimento da proposta, dentre elas: As Irmãs de São José de Chambery; a Comissão Pastoral da Terra - MS; a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), a Associação dos Produtores Orgânicos de MS (APOMS); o Serviço de Assessoria a Agricultura Familiar (SECAF); Prefeitura Municipal de Ponta Porã; a Empresa Gebana Brasil; a Embrapa Agropecuária Oeste; o SEBRAE-MS; o Instituto Maytenus e a YD Confecções.

Ainda no ano 2010, o Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati contava com 74 famílias cadastradas na Rede de Agroecologia APOMS, sendo que destas: 13 (treze) famílias estavam em processo de certificação como área orgânica pela garantia social, constituindo um Organismo de Controle Social (OCS); 7 (sete) certificadas pelo Instituto Biodinâmico de Botucatu (IBD) e 25 (vinte e cinco) famílias trabalhando em prol de conquistarem a certificação pelo Sistema Participativo de Garantias (SPG).

Os produtores do Núcleo de Agroecologia contavam com a comercialização garantida, um dos principais resultados que se pode citar é o fato do desenvolvimento de um trabalho que visa em primeiro momento à preocupação com a saúde humana e o respeito pelo meio ambiente.

Dentre os principais pontos positivos resultante desta forma de organização está o surgimento de um maior número de eventos voltados à agroecologia, como por exemplo, feiras, seminários, congressos, criação de novos grupos e o fortalecimento da imagem do sistema e sua comercialização (local e externa) dentro de um conjunto de fatores que anteriormente favoreciam apenas o modelo convencional predominante.

O Núcleo de Agroecologia procura pleitear o registro como OCS junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse registro permitirá que os produtores

orgânicos¹⁴ comercializem seus produtos diretamente ao consumidor, sem intermediários. Após o cadastro na OCS, o MAPA emitirá a Declaração de Cadastro. Cada membro receberá também a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS.

Assim o produtor familiar poderá se identificar como orgânico através da apresentação de sua declaração de cadastro, e o rótulo de seus produtos e os locais de comercialização poderão conter a expressão "Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados não sujeitos à certificação de acordo com a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003".

A Foto 1 apresenta um registro da reunião realizada para tratar da Certificação Social.

Foto 1 - Reunião do Núcleo de Agroecologia – Organização de Controle Social (OCS)



Fonte: Ferreira (2010)

Ao investigar a percepção ambiental das famílias assentadas, na pesquisa realizada em 2010 para a conclusão do Curso de licenciatura em Geografia (FERREIRA, 2010), o diálogo com o Coordenador Técnico do Núcleo de Agroecologia, Valtair Prata, permitiu constatar que a

¹⁴ Apesar de existir um debate teórico-político-ideológico acerca das diferenças entre produção orgânica e agroecológica, estar-se-á utilizando ambos como sinônimos, tendo em vista que todos os produtores de alimentos orgânicos que fizeram parte da pesquisa estão inseridos na condição de produção agroecológica, pois trata-se de uma produção camponesa em pequena escala produzido com relações de trabalho não-capitalistas, ou seja, trabalho familiar/associativo/cooperativo visando não a acumulação de capital, mas a reprodução social das famílias envolvidas.

agricultura ecológica não usa fertilizantes químicos ou agrotóxicos. Fertiliza a terra com matéria orgânica e adubação verde, respeita o ciclo dos nutrientes no solo, usa intensamente o trabalho humano e o de animais domésticos. Tem como um de seus objetivos aumentar e preservar a biodiversidade dos agroecossistemas a fim de que seja alcançado auto regulação e sustentabilidade.

Nesta perspectiva da agricultura ecológica tem-se como prioridade o sustento do próprio agricultor e a produção para o mercado interno; o trabalho geralmente é associativo e cooperativado; a comercialização geralmente é feita diretamente com o consumidor, pautada na premissa do comércio justo e solidário. Na agroecologia, considera-se muito a vida do solo, evitando a sua contaminação com agrotóxicos. O alimento produzido orgânico e ecologicamente tem maior valor biológico. O alimento em que foi usado adubo químico possui uma quantidade maior de água não metabolizada, sendo comprovadamente menos nutritivo.

Em entrevista com uma moradora do Assentamento Itamarati I, Sra. C.V, concedida também para a pesquisa do Curso de Licenciatura em Geografia (FERREIRA, 2010)¹⁵, a referida moradora informou que sua propriedade se encontrava certificada como orgânica e desde a implantação do assentamento sua prática sempre foi agroecológica. Para a agricultora orgânica:

A agricultura ecológica é uma excelente alternativa para os produtores assentados porque permite aproveitar melhor a mão de obra familiar, diminui os custos de produção, aumenta às possibilidades de comercialização direta, melhora a saúde da família e traz benefícios a todos os seres da natureza humana ou não (Entrevista com a Sra. C.V., 2010).

Em visita a propriedade agroecológica da Sra. C.V, em 2010, acompanhada do coordenador do Núcleo de Agroecologia, foi possível perceber a diferença na conduta da produtora em relação ao meio ambiente.

Na foto 2, a produtora C.V. está relatando que as varas que se encontram no chão, são oriundas da sua propriedade, da sua própria plantação, serão utilizadas nos 300 pés de uvas plantados para que estes possam subir.

¹⁵ Ferreira, C.O. **A Percepção Ambiental das Famílias Assentadas no Projeto do Assentamento Itamarati I do Município de Ponta Porã - MS.** Monografia Apresentada ao curso de Geografia – FAP (2010) para obtenção do grau em licenciatura em Geografia.

Foto 2 - Visita a Propriedade ecológica da produtora C.V.



Fonte: Ferreira (2010)

A agricultora enfatizou com orgulho que nunca retirou nem mesmo uma única vara de áreas de reserva. Logo que foi assentada preocupou-se em plantar várias árvores frutíferas e outras espécies. A produtora estava se dedicando ao cultivo de frutíferas dentro dos preceitos orgânicos para colocá-las futuramente no mercado.

Em 2021, a Sra. C.V. continua trabalhando com agricultura orgânica, pois sempre teve uma conduta agroecológica na sua propriedade de respeito com o meio ambiente, no entanto no Itamarati I, apenas 5 famílias estão certificadas pela APOMS, sendo que a Sra. C.V. continua resistindo frente aos avanços do modo de produção capitalista, a dificuldade em acesso a financiamentos, créditos, acesso às políticas públicas, e diante das dificuldades como a falta de transporte no Assentamento, o escoamento da produção e outras. Quanto à assistência técnica, após o vencimento do contrato firmado com a APOMS, o Valtair Prata passou a desenvolver outros trabalhos, porém, sempre ajuda os produtores com dicas.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, houve queda acentuada no número de estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica, a queda no número dos produtores de orgânicos é acentuada em várias regiões, não só no Assentamento Itamarati. Em 2006, a agricultura orgânica envolvia 90.948 estabelecimentos (1.8% do total de estabelecimentos); em

2017, esse número caiu para 64.690 estabelecimentos (1.3% do total). A redução em 2017 em comparação com 2006 foi de 29% (TEIXEIRA, 2017). Constatou-se através dos dados um retrocesso de democratização no campo, com a diminuição dos estabelecimentos tanto da agricultura orgânica quanto da agricultura familiar camponesa, são dados preocupantes tendo em vista o âmbito de democratização do campo e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, principalmente no atual desgoverno que priva condições de sobrevivência para o trabalho no campo.

A Tabela 4 mostra os números da agricultura orgânica, no ano de 2017, considerando dados da agricultura familiar e da não familiar.

Tabela 4 - Estabelecimentos que praticavam agricultura orgânica em 2017, por agricultura familiar e não familiar

Brasil e Grande Região	N. de estabelecimentos (a)	Uso de agricultura orgânica		b/a
		Agricultura/pecuária orgânica – não faz	Agricultura/pecuária orgânica – sim, faz (b)	
Brasil	5.072.152	5.003.436	68.716	1,4%
Norte	580.446	272.512	7.934	1,4%
Nordeste	2.322.495	2.303.347	19.148	0,8%
Sudeste	969.258	949.574	19.684	2,0%
Sul	853.232	839.116	14.116	1,7%
Centro-Oeste	346.721	338.887	7.834	2,3%

Fonte: Teixeira (2019) Org: Cristina Oliveira Ferreira

Verifica-se que em 2017, a região Centro-Oeste com 2,3% foi a que apresentou a maior proporção dos estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica. O NE com 0,8% é a região com o menor número relativo de estabelecimentos com a prática da agricultura orgânica. O desafio de se produzir orgânicos é grande, pois esse processo agroecológico exige esforço e mão de obra humana, os trabalhos são baseados na utilização de técnicas tradicionais, consiste no desenvolvimento agrícola em equilíbrio com a natureza. Portanto os desafios são inúmeros, sendo necessárias políticas públicas para incentivar a produção e comercialização desses alimentos saudáveis, dando autonomia para os agricultores cultivar dentro dos princípios agroecológicos com condições imprescindíveis para a sua produção e reprodução social no campo e da vida no planeta.

No Itamarati II foi constatado em uma propriedade certificada pela APOMS próximo a BR 164, no grupo MST, que as atividades orgânicas na área começaram a ser formadas a partir

de 2007, assim através de cursos, formações e seminários, os produtores orgânicos foram adquirindo conhecimentos para começarem as atividades agroecológicas.

A Foto 3 demonstra que no lote há plantação de várias árvores frutíferas e até algumas nativas.

Foto 3 - Propriedade agroecológica – lote 774, do MST



Fonte: A autora (2019)

Logo de início nota-se uma placa de certificação demonstrando que a propriedade faz parte da rede MS de Agroecologia da APOMS, trazendo a seguinte inscrição: “mais produção de alimentos saudáveis, patrocínio Petrobras para agroecologia”. Ao adentrar no “sítio”, está presente o canto dos pássaros, das cigarras e dos grilos, caracterizando uma propriedade agroecológica. A agricultura ecológica é desenvolvida em harmonia com a natureza e equilíbrio com os ecossistemas, demonstrando que esses produtores se preocupam com a nutrição do solo, conservação dos recursos naturais e o meio ambiente.

O Sr. A.J.S. conta um pouco de sua trajetória como camponês produtor agroecológico.

Fiquei acampado quatro anos e pouco, em 2005 fui assentado no lote não tinha nada só capim braquiária, não tinha uma árvore, comecei a trabalhar com agroecologia em 2007 primeiro tivemos que fazer cursos para depois começar com os trabalhos, de início tivemos uma assistência técnica muito boa, com projetos bons para comercializar os produtos, contávamos com o apoio das irmãs de São José que além do técnico Valtair Prata, tinha um agrônomo que vinha do Paraná que deu assistência por três anos era financiado pelo SEBRAE de Dourados, depois que o contrato venceu, não renovaram os contratos, hoje temos que pagar os técnicos 20 reais por mês e esses trabalham mais com

comercialização dos produtos e pagamos 300 reais por ano para a certificação. Muitos não valorizam os produtos para comprar ou na comercialização, outros acham que não são orgânicos e questionam como pode ser orgânico num campo minado de veneno em volta, mas tudo que nos orientam a fazer nós fazemos como a barreira de quebra vento, não aplicando nem um tipo de defensivo químico, nem fertilizante, o ministério da agricultura garante que é orgânico (Entrevista com Sr. A.J.S., 2019).

Através desse depoimento percebe-se as mudanças que ocorreram do início do núcleo de agroecologia para os dias atuais, muitos agricultores orgânicos acabaram desistindo ao longo de sua trajetória diante das dificuldades que foram surgindo. Em 2021, os Assentamentos Itamarati I e II contam apenas com 08 famílias, sendo que duas estão em processo de certificação. O trabalho orgânico é desenvolvido em sua propriedade e uma vez por mês as famílias se reúnem na propriedade um do outro revezando, para analisar o desenvolvimento do trabalho e orientações, uma exigência para manter a propriedade certificada. Para essa questão contam com o apoio da AGRAER que registra em Ata. Durante as entrevistas, houve o relato de que os produtos são comercializados nas modalidades Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do governo Federal.

Segundo Almeida (2014), esses programas constituem políticas públicas importantes para a resistência das famílias camponesas que sobrevivem a estes tempos de hegemonia do agronegócio. Diante dessa premissa, o Sr. A.J.S. nos conta o que levou a produzir de forma agroecológica:

Eu gosto de trabalhar com agricultura agroecológica, faço porque gosto, não visando o lucro, dá pra viver, mas a gente tem que fazer aquilo que gosta dá trabalho, mas sei que faz bem para saúde, para o meio ambiente, de início é mais difícil, depois quando você dá condições para natureza ela trabalha a seu favor, produzi maracujá dois anos sem nenhum esforço, a lagarta que aparecia a corrói-la o sábio João de barro se encarrega de comer, você planta as frutas como banana, mamão atraí os pássaros que come as lagartas não precisa usar defensivos nem agredir a natureza. Quando era criança meu pai tinha 25 ha de terra no Paraná o governo financiava sítio para estocar mato, para plantar soja, depois tivemos que vender a terra para pagar financiamento do banco, saímos da terra fomos para Mato Grosso, até para no acampamento, eu não planto soja na minha terra por causa dela fui parar no barraco. Tem gente que reclama que a terra aqui é pouca e ruim, mas pra mim tá bom, você sabendo trabalhar nela dá para sobreviver tranquilo (Entrevista com A.J.S., 2019).

Durante a entrevista do Sr. A.J.S seu filho estava junto, pois, encerravam os serviços na horta. Na ocasião, filho da entrevistada foi questionado se pretende continuar a trabalhar com agricultura orgânica. Disse que sim, que no momento gosta de ajudar o pai e trabalhar com agricultura orgânica, mas não sabe do futuro. Foi estudante da Escola Estadual Nova Itamarati, concluiu o ensino médio em 2016. Referente a escola ele nos diz que:

Gostei de estudar lá acho importante a escola ser no campo, quanto a disciplina de Eixos Temáticos: Terra-Vida e Trabalho aborda vários conteúdos sobre a importância de preservar o meio ambiente, como estudei a noite quase não participei das aulas práticas na horta, na época ficávamos mais na sala de aula. O pai as vezes é convidado a participa de eventos na escola (Entrevista com o filho do Sr. A.J.S., 2019).

O Sr. A.J.S. destacou que a direção da escola o convidou a participar de um sábado letivo para expor o trabalho proveniente da agricultura orgânica, incentivando a comunidade participar da escola, aproveitar para vender alguns produtos como mudas de árvore, verduras e legumes. Esse dia teve apresentação dos estudantes e exposição de trabalhos desenvolvido pelos estudantes durante o semestre (assunto que será aprofundado no decorrer da pesquisa).

Um dos grandes desafios da Educação do Campo é fazer essa integração entre escola e comunidade pois a inter-relação escola-comunidade é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. Assim, como se faz necessário que a escola e professores tragam a comunidade para discutir os problemas ambientais locais, para que encontrem as soluções conjuntamente, pois a escola é uma extensão da comunidade.

Na Foto 4 é apresentado um cartaz com exposição dos trabalhos realizados pelo Grupo Ecológico Ponta Porã II, com o envolvimento dos agricultores do Assentamento Itamarati II. Diante dos registros constatou-se a importância de trazer o trabalho do Núcleo de Agroecologia do assentamento para a escola fortalecendo o debate sobre a cultura orgânica no âmbito escolar. A criação do Núcleo de Agroecologia com o engajamento gradativo dos agricultores buscando uma produção mais sustentável merece destaque por ser uma iniciativa que surgiu nas bases das famílias assentadas. A agricultura agroecológica é uma opção com aspectos inovadores de produção na agricultura camponesa por se configurar em um espaço alternativo de resistência porque se busca construir novas formas de relação, baseadas na cooperação, na solidariedade e no respeito à vida e ao meio ambiente.

Foto 4 - Exposição do cartaz de apresentação do Grupo Ecológico Ponta Porã II



Fonte: A autora (2019)

A Foto 5 mostra a exposição da cultura orgânica, permitindo à comunidade conhecer um pouco mais sobre esse modo de produção.

Foto 5 - Exposição da cultura orgânica, venda de produtos na Escola Estadual Nova Itamarati



Fonte: A autora (2019)

Pode-se perceber que apesar das dificuldades e dos desafios enfrentados pelos moradores do assentamento, algumas famílias continuam resistindo, conservando, porque reconhecem que a sustentabilidade ecológica caminha no sentido de preservar o que for possível para manter e recuperar a base de recursos naturais locais que sustentam o funcionamento dos ecossistemas e conservar, no caso dos agroecossistemas. Para que esse objetivo possa ser alcançado, antes de tudo, é preciso reunir pessoas interessadas em processos produtivos sustentáveis, tais como técnicos, pesquisadores e assentados, para juntos discutirem qual a melhor forma de lidar com a questão ambiental. Essa é, sem dúvida, uma maneira extremamente participativa e democrática de discutir-se Educação Ambiental. Diante desses fatos faz se necessário uma educação que respeite e contemple as especificidades dos camponeses, para que a construção de novos projetos possa se concretizar e resistir.

Diante do exposto, percebe-se que a Educação Ambiental tem uma importante função a desempenhar, no sentido de colaborar para uma maior integração dos assentados com o meio ambiente, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente sustentável.

Em 2021, o núcleo de agroecologia encontrava-se com 8 famílias produzindo pela rede de agroecologia (APOMS), sendo duas em processo de certificação. Contavam ainda, com apoio da (AGRAER) que registra a propriedade para certificação, encontravam-se em parcerias para comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Nesse capítulo, traz-se o debate paradigmático sobre a Educação do Campo para a sua compreensão no interior do conhecimento científico. Para cumprir esse objetivo, discutiu-se algumas diferenças entre os paradigmas¹⁶ da educação rural e da Educação do Campo.

Este capítulo é particularmente importante para esta pesquisa, pois apresenta um panorama da Educação do Campo preconizada no Brasil e no estado do Mato Grosso do Sul, formando uma base consistente para que se possa apresentar a Educação do Campo promovida na Escola Estadual Nova Itamarati, nossa unidade de estudo.

Os paradigmas fazem a ponte entre a teoria e a realidade por meio da elaboração de teses científicas, que são utilizadas na elaboração de programas e sistemas, na execução de políticas públicas e de projetos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004).

Neste sentido, as pesquisas científicas interpretam realidades e procuram explicá-las, sem que o rigor teórico e metodológico exclua o político-ideológico. Assim, analisou-se os pressupostos teórico-político-ideológicos da Educação do Campo e também, discorrendo um breve histórico sobre a Educação do Campo no Brasil e em MS.

3.1 A Educação do Campo: pressupostos teóricos

A luta dos movimentos socioterritoriais não é apenas pela conquista da terra, mas sim uma luta constante por direitos e políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades camponesas, isso significa lutar pelo trabalho, pelo direito de manter sua identidade territorial, pela preservação do meio ambiente, pela soberania alimentar e por uma educação de qualidade, o que implica na construção e manutenção de escolas nas áreas rurais provenientes da reforma agrária. De acordo com Caldart:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para

¹⁶ Thomas Samuel Kuhn definiu o conceito de paradigma como as realizações científicas universalmente reconhecidas e que fornecem problemas e soluções para a questão da comunidade acadêmica. Essas realizações são processos de construção do conhecimento que elaboram teorias, sofrem rupturas e superações por meio do que Kuhn chamou de revolução científica (KUHN, 1994).

não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2010, p. 29).

Ao refletir sobre as formas de resistência e organização dos movimentos socioterritoriais por políticas educacionais no campo é nítido que a construção da Educação do Campo se torne possível através desses movimentos, conduzidos por sua persistência, esperança, luta e resistência que vão compondo a história de aversão da expropriação dos povos do campo e da floresta causada pelos latifundiários, ou seja, pela territorialização capitalista como um processo de exclusão que toma o campo como um lugar de negócio.

Neste sentido, os movimentos de luta dos trabalhadores sem-terra, buscam primeiro o direito a reforma agrária e depois uma educação que valorize sua cultura, seu trabalho e respeite seu território. Para Fernandes e Molina (2004) o conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio já que ambos projetam distintos territórios. Esses territórios entram em conflitos e disputam o desenvolvimento dos territórios materiais e imateriais.

O território é marcado pelas relações de poder e pelas correlações de forças que estão implícitas e explícitas nas relações sociais. O conceito de território carrega no seu interior noções como o poder, a ideologia, a disputa e o conflito. Existe uma relação dialética entre os territórios materiais e os territórios imateriais, tendo em vista que na medida em que os territórios imateriais influenciam as mudanças sociais, na formação das leis, nas políticas públicas, na direção da economia etc. estes influenciam a formação de territórios materiais e na mesma medida, dialeticamente, o processo de construção/desconstrução/reconstrução de territórios materiais influenciam na construção/desconstrução/reconstrução de territórios imateriais (CAMACHO, 2014b, p. 98).

Os territórios são em si relações de poder que influenciam em mudanças sociais, como na formação de leis no âmbito das políticas públicas na direção econômica da sociedade. A dialética dos territórios materiais no campo do conhecimento científico¹⁷ e ideológico contribui para a formação e desconstrução dos territórios imateriais. Pode-se perceber que há formação dos diferentes territórios materiais e imateriais: como no campo do agronegócio, como no campo da agricultura camponesa. Para compreensão desses territórios no conhecimento científico e na pesquisa são apontadas algumas diferenças entre os paradigmas da educação rural e da Educação do Campo.

¹⁷ No processo de construção do conhecimento científico tem-se diferentes interpretações da realidade que formam conceitos, teorias, categorias, paradigmas, métodos, ideologias, etc., elementos que compõem a formação do pensamento científico. Essas diferentes leituras da realidade disputam a hegemonia do processo de avanço do conhecimento científico (CAMACHO, 2014, p. 98).

A construção do paradigma da Educação do Campo é resultado de inúmeros esforços e articulações entre os movimentos socioterritoriais e diversas entidades que promoveram a primeira conferência nacional em 1998 chamada “Por uma Educação Básica do Campo”. As entidades pertinentes a criação deste projeto foram: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Universidade de Brasília (UNB) e o Grupo de Trabalho da Reforma Agrária (GTRA) (CAMACHO, 2014b). Portanto, a luta desses movimentos deve ter o reconhecimento de sua especificidade, por isso as escolas no/do campo devem aderir em seu currículo a materialidade e o histórico da construção deste novo paradigma.

Nas palavras de Caldart (2009, p. 40), “os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os ‘movimentos socioterritoriais camponeses em estado de luta’, com destaque aos movimentos socioterritoriais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST”. Como diz Camacho (2017, p. 655):

O MST defende a melhoria da qualidade da escola pública desde os anos de 1990, sendo que seus militantes colaboraram na formação de professores para trabalhar em escolas do campo, em assentamentos e/ou acampamentos. Essas iniciativas contrastavam com o descaso histórico do governo brasileiro para com a escola pública do campo no Brasil. As escolas no campo eram constituídas de salas de aula (multi)seriadas, professores sem formação superior e falta de infraestrutura. O Movimento, então, desenvolve uma concepção de pedagogia denominada de "Pedagogia do Movimento". As experiências educacionais do MST passaram da escala local para a escala nacional. Esta proposta se desenvolveu e se transformou em um paradigma, denominado de Educação do Campo.

O MST se vincula ao propósito de conceber esse novo paradigma de Educação do Campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. Não basta ter escolas do campo, ou seja, são necessárias escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

Para a compreensão do debate paradigmático sobre a construção e consolidação da Educação do Campo será discutido as relações sociais a partir da vertente camponista do PQA em contraponto a proposta de educação rural.

Ao refletir sobre a educação rural tradicional é possível compreender que esta funciona como um sistema educacional voltado aos interesses e o controle do capital. Esse modelo de educação tem como histórico uma educação precária, com pouca qualidade e poucos recursos, pois estava arraigada em um conceito arcaico de que o campo é inferior. Deste modo a educação rural tradicional seguia um modelo econômico e cultural que não continha a identidade dos povos que vivem no campo, ignorando a própria realidade. O paradigma tradicional da educação rural tem como referência o sistema capitalista de produção com o objetivo de preparar os povos do campo para trabalharem como mão de obra na agricultura empresarial, que detém o controle da terra e da política. Para Fernandes e Molina (2004, p. 37):

A origem da Educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepara-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura.

Durante anos a força de uma ideologia predominou no campo brasileiro com um discurso de que o camponês que trabalha com a terra, de forma “braçal”, não precisa de estudo. Como cita Camacho (2014b), a força da ideologia dominante, que foi composta por oligarquias agrárias que prevalecem no país desde os tempos coloniais, tem defendido que era inútil e supérflua para os camponeses aprender a ler e escrever. Deste modo a sociedade capitalista-patriarcal elege e seleciona o que interessa como modelo econômico, político e cultural, assim tudo o que está fora deste contexto é estranho e excêntrico, excluindo os povos que vivem no campo.

No contexto das relações sociais dominantes, campo/cidade são marcadas por diferenças entre o desenvolvimento na cidade e o atraso no campo dos territórios camponeses, gerando alguns estereótipos culturais preconceituosos, como “Jeca Tatu” que é visto como sinônimo de atraso e retrocesso. Já a cidade, sempre ligada aos avanços da técnica-ciência-informação, representando a modernidade. Dessa forma, muitos que foram criados e educados na área rural foram induzidos a acreditar que ser do campo e viver “na roça” é ser inferior aos sujeitos da cidade.

Conforme Fernandes e Molina (2004), a educação rural, em suas correntes mais conservadoras tem uma visão exterior que ignora a própria realidade que se propõe a trabalhar. Neste sentido, a educação rural sempre foi vista pelos governantes a partir de uma concepção de

território alienado em um modelo de desenvolvimento que exclui e desterritorializa. As consequências negativas para as populações do campo desse modelo de educação, deixam claro o tratamento desigual e discriminatório com relação à população rural. Um cenário que teve alguns avanços após a consolidação de políticas públicas de Educação do Campo:

De acordo com os dados do IBGE, a taxa de analfabetismo continua maior na zona rural do que nas cidades. Considerando todos os maiores de 10 anos, o percentual de analfabetos nas cidades passou de 9,6% em 2000 para 6,8% em 2010. No campo, nesses 11 anos, o índice caiu de 27,7% para 21,2%, no mesmo período, entre as pessoas de 10 a 14 anos, a redução do analfabetismo no campo ocorreu de forma mais acentuada. Passou de 16,6% para 8,4% - queda de 49,39%. Nas cidades, dentro da faixa etária no período, o percentual de analfabetos caiu de 4,6% para 2,9% - redução de 36,95% (IBGE, 2010)¹⁸.

Com relação aos dados constata-se que há uma explícita desigualdade socioespacial com relação a questão educacional entre a cidade e o campo e apesar de uma considerável redução no percentual do número de analfabetos, o campo continua com uma taxa maior de analfabetos. Isso resulta desse processo histórico discriminatório e desigual decorrente da falta políticas públicas para atender as especificidades do campo, acarretando em falta de escolas na área rural, índice elevado de reprovação de alunos, evasão escolar etc. Essa realidade demonstra que os problemas das escolas do campo são complexos e estão longe de acabar.

Por isso, os povos do campo resistem e seguem lutando por uma educação de qualidade e para a formação específica com sua cultura e seus territórios, colocando em questão novas ideias e valores oportunizando gerar novos paradigmas. De acordo com Camacho (2014a, p. 655):

A criação de um projeto de Educação do Campo está relacionada com as experiências educativas alternativas que os movimentos socioterritoriais camponeses, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desenvolvem em acampamentos e assentamentos. Elas foram sistematizadas nos seminários e encontros regionais e nacionais a partir da segunda metade da década de 1990. Com os esforços conjuntos de algumas entidades, formaram em 1998 a Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”. Este movimento foi criado para fazer frente à realidade de abandono da educação no campo por parte do Estado.

O movimento por uma “Educação do Campo” traz novos ideais e conceitos de educação rompendo com o paradigma da educação rural. Constrói um novo debate para fazer frente à realidade de descaso com a educação no campo por parte do Estado. Através da organização dos

¹⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html> . Acesso em 20 out. 2019.

movimentos socioterritoriais, concebem o campo como um espaço de luta e resistência frente à realidade de exclusão e desigualdade. Para Camacho (2014b, p. 342):

A Educação do Campo – na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária– é, necessariamente, um projeto de oposição ao agronegócio, pois é formado pelos sujeitos da resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo que pretende desterritorializar os camponeses. A oposição da Educação do Campo ao agronegócio reflete a luta de classes no campo, bem como a disputa territorial travada pela classe camponesa com os empresários do agronegócio no espaço rural.

Neste aspecto a Educação do Campo, entra em disputa com o capital tendo como oposição o agronegócio e a lógica capitalista. Para Caldart (2009, p. 53), “uma política de Educação do Campo deve tomar posição (prática) por um projeto popular de agricultura, de desenvolvimento do campo, do país, que ajude a formar os trabalhadores para lutar contra o capital”. Então tem-se a compreensão que a Educação do Campo se constitui na vertente do PQA que defende a recriação do campesinato¹⁹ representando a luta e conflitos do camponês para a formação e construção de seus territórios. Isso implica em políticas de educação que contribua para o desenvolvimento desses territórios e sua diversidade, diferente dos pressupostos do PCA que está embasando no modelo conservador de educação engrenado nos moldes do capitalismo e do agronegócio²⁰ que integra o camponês de uma forma subordinada.

Destaca-se que para este o PQA não existe Educação “para” o campo, mas, sim, Educação “no” campo e “do” campo. Este “no/do campo” implica se pensar em um território

¹⁹ O PQA é formado por autores que entendem que a questão agrária é um problema estrutural, logo, somente poderá ser resolvido com a luta contra o capitalismo, defendendo a necessidade de superação do mesmo. Neste paradigma, o fim ou permanência camponesa no capitalismo é uma problemática discutida desde as obras seminais. A primeira concepção presente na primeira obra que originou o PQA: “A Questão Agrária” de K. Kautsky é a afirmação de que o desenvolvimento do capitalismo no campo tende a, necessariamente, expropriar o campesinato e proletariá-lo, ou seja, ocorrerá uma inevitável destruição do campesinato (OLIVEIRA, 2004; FERNANDES, 2008). Todavia, existe outra vertente, no qual somos parte desta, que defende a existência da recriação camponesa. É o que estamos denominando de a vertente campesinista do PQA. Esta entende que o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz a partir de um movimento desigual e contraditório (CAMACHO, 2014).

²⁰ O PCA, que tem como principal representante no Brasil, Ricardo Abramovay, e sua tese de doutorado publicada em 1992 com o título Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Nessa tese, ao romper com o PQA, ou com o debate marxista da questão agrária, o autor defende que os camponeses nem vão se proletariar e nem se transformarão em capitalistas, como diziam os clássicos marxistas. O que o autor defende é que esses sujeitos sofreram/sofrerão uma metamorfose a partir da sua integração plena ao capital, auxiliados pelas políticas públicas, e se tornaram/tornarão os agricultores mais eficientes de nossa época. Neste caso, esses sujeitos, ex-camponeses, passaram a serem denominados de agricultores familiares, por serem profissionais, modernos, integrados etc. Criando, assim, uma dicotomia onde o arcaico, ineficiente, miserável e condenado a desaparecer é o camponês e, por outro lado, o moderno, eficiente, próspero e compatível com o mercado é o agricultor moderno/profissional (CAMACHO, 2014).

diferenciado, resultado do modo de vida desses povos, então é uma educação que busca valorizar os saberes desses homens e mulheres que vivem no/ do campo.

Amaral (2007, p. 27) ressalta que “falar em Educação do Campo é pensar numa educação voltada para os sujeitos sociais que vivem no campo, uma educação diferenciada que atenda a demanda desta população, com métodos e formas de lidar com esta realidade de uma forma especial”. Em função das especificidades do campo, este modelo de educação é indispensável para a construção e o fortalecimento da identidade territorial dos povos do campo.

Neste sentido, de acordo com Camacho (2011), deve-se partir da realidade socioespacial dos alunos ao querer produzir um ensino contextualizado e comprometido com a construção de um processo emancipatório auxiliado pela educação e que deve ser efetivado desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Diante disso, faz-se necessário uma educação que contemple as especificidades do campo, que respeite o modo de vida camponês contribuindo para ações socioambientais nos territórios camponeses.

Nesta perspectiva a educação oferecida aos sujeitos do campo deve atender as exigências e expectativas características do contexto rural, oferecendo conhecimentos que sejam de fato relevantes para o seu desenvolvimento; para as suas necessidades de vida e de trabalho no campo, permitindo interagir de forma produtiva e consciente dentro desse contexto, como sujeito criador e capaz.

Segundo Demo (1998, p. 49), “quando a educação está fora do contexto imediato da vida, ela não consegue tornar-se autossustentada de interesse comunitário, e está fortemente propensa a regressão, porque esquecemos o que não usamos”. O autor deixa claro que o processo de ensino e aprendizagem seja do campo ou da cidade deve proporcionar a oportunidade de ampliar e aprofundar o estudo de conteúdos mais úteis e com aplicabilidade mais imediata pelos estudantes, nas soluções dos problemas cotidianos dentro da sua propriedade e no seu entorno.

Nesta construção cotidiana, a escola do campo democrática e cidadã têm papel fundamental, uma vez que esta deve ser pensada e constituída a partir das particularidades, especificidades e necessidades dos sujeitos que habitam o campo, na perspectiva de estabelecer condições mais adequadas para atender a diversidade dos indivíduos que dela participam. De acordo com Caldart (2002, p.24) “construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo”. Assumir, compreender e respeitar a diversidade própria do campo é requisito essencial para orientar a transformação de uma sociedade historicamente pautada pela exclusão. Caldart argumenta ainda, que construir uma escola do campo significa:

[...] pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudos com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo (CALDART, 2002, p. 24).

Nesse sentido, a Escola do Campo converge com a Educação Ambiental Crítica, pois ambas se efetivam em práticas diárias, conduzindo assim, os sujeitos do campo a percepção de que é parte integrante do meio ambiente, portanto, suas ações podem diminuir ou aumentar os impactos negativos sobre o meio ambiente. Assim como a Educação do Campo, a Educação Ambiental segue os princípios do pensamento crítico e inovador de manter-se como processo permanente e continuado de educação que promova a transformação social e ambiental bem como a compreensão da interdependência econômica, social, política e ecológica, em todos os espaços sociais. Dito de outra forma: a “Educação Ambiental segue os princípios do pensamento crítico e inovador de manter-se como processo permanente e continuado de educação que promova a transformação social e ambiental” (BRASIL, 2007, p.17).

3.2 Breve histórico da conquista da Educação do Campo no Brasil e em Mato Grosso do Sul

Partindo do princípio da conquista jurídica da Educação do Campo, as lutas dos movimentos socioterritoriais contribuíram para que essa dialética se torne realidade, sendo incorporada a legislação educacional. No Brasil, os primeiros sinais de educação considerada para a área rural estavam previstos em 1824 e 1891, conforme os dados Ministério da Educação (2007):

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a Educação do Campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (PARECER n. 36/2001, p. 03).

Porém, não foi considerado a educação rural na constituinte desses anos 1824 e 1891 o que comprova o despeito dos dirigentes com a Educação do Campo, isso só confirma os elevados índices de analfabetos existente na área rural²¹, evidenciados através da escolha de uma matriz

²¹ Ipea analisou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2007) sobre educação, juventude e raça. Segundo o estudo, a taxa de analfabetismo caiu de 17% para 10% entre 1992 e 2007. Mas a

curricular dominada por uma cultura hegemônica vinculada a economia agrária do latifúndio baseado na expropriação dos camponeses e no trabalho escravo. Apenas em 1923, ocorreu a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro, nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. Todavia, o modelo de educação rural pensado na época era um modelo patronal (CAMACHO, 2014b), ou seja, um padrão de educação baseado no controle político e econômico das classes dominantes no meio rural.

Na Constituição de 1934 (BRASIL, 1934) somente um artigo dispõe sobre educação no campo de forma superficial, na qual orientava um ensino para a zona rural constituído num modelo dominante. Em 1937 (BRASIL, 1937), o descaso permanece explícito, porém é um período, marcado por profundas reformas educacionais, como o Movimento Renovador, que culminou com o Manifesto dos Pioneiros, que expressa claramente os impactos de uma nova relação de forças que se instalaram na sociedade a partir das insatisfações de vários setores cafeicultores, intelectuais, classes médias e até massas populares urbanas (PARECER n. 36/2001 *apud* CAMACHO, 2014b).

Em 1946 (BRASIL, 1946), a educação rural foca no conhecimento técnico científico, segundo Brasil (2007):

No que se refere à Lei Orgânica do Ensino Agrícola, objeto do Decreto-Lei 9613, de 20 de agosto de 1946, do Governo Provisório, tinha como objetivo principal a preparação profissional para os trabalhadores da agricultura. Seu texto, em que pese a preocupação com os valores humanos e o reconhecimento da importância da cultura geral e da informação científica, bem como o esforço para estabelecer a equivalência do ensino agrícola com as demais modalidades, traduzia as restrições impostas aos que optavam por cursos profissionais destinados aos mais pobres (PARECER n. 36/2001, p. 07).

O decreto lei deixa claro que tinha como objetivo a preparação profissional para os trabalhadores do campo, frisando a importância da cultura geral e da informação científica e remonta às diretrizes da Carta de 1934, enriquecida pelas demandas que atualizavam, naquele

redução ainda não foi suficiente para amenizar o problema: a cada cinco brasileiros com mais de 15 anos, um é analfabeto. A situação também é preocupante no meio rural. Em 2007, 23% da população do campo era analfabeta, enquanto, nas cidades, o índice era de 4,4%. As desigualdades se mantêm quando o assunto é tempo de estudo. A população urbana acima de 15 anos fica na escola em média 8,5 anos. Já quem mora no campo estuda em média 4,5 anos. Mas, ainda no quesito estudo, a pesquisa mostra que a situação melhorou. Em 1992, a média de anos de estudo na zona rural era de apenas 2,6 anos. O Ipea também analisou indicadores específicos para a juventude. Em 2007, o nível de escolaridade entre os jovens das zonas rurais era 30% inferior ao dos jovens urbanos. O instituto alerta para a necessidade de mais investimentos do governo em educação. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/taxa-analfabetismo-campo-ainda-preocupa-49817/>. Acesso em: out. 2019.

momento, as grandes aspirações sociais. (CALDART, 2002). Entretanto diferentemente desta, transfere à empresa privada, inclusive às agrícolas, a responsabilidade pelo custeio desse incremento.

Conforme Caldart (2002), no inciso III, do Art. n. 168 do Parecer n. 36/2001, fixa como um dos princípios a ser adotado pela legislação de ensino, a responsabilidade das empresas com a educação, nos termos a seguir:

Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. [...] III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e para os filhos destes (PARECER n. 36/2001 *apud* CALDART, 2002, p. 42).

Neste princípio as empresas industriais, comerciais e agrícolas ficam responsáveis pela educação no ensino primário, demonstrando a falta de interesse por parte do estado da aprendizagem rural, delegando a educação rural às empresas privadas. Na constituição de 1967 a obrigatoriedade das empresas agrícolas continua tendo como base o regime militar. Em 1969, promulgada a emenda à Constituição de 24 de janeiro de 1967, tem-se a obrigatoriedade das empresas, inclusive das agrícolas, ofertarem o ensino primário gratuito dos filhos dos empregados, entre os sete e quatorze anos (CAMACHO, 2014b). Contata-se assim que esse estilo de educação estava baseado na qualificação de mão de obra para as indústrias, totalmente voltado para a dependência dos trabalhadores a elite dominante.

Legalmente o histórico de conquista da Educação do Campo pode ser analisado desde Constituição da República Federativa do Brasil até o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, como afirma Camacho (2014b):

A Constituição da República Federativa do Brasil, notadamente nos Art. 205, 206 e 207; o Plano Nacional de Educação – Lei n.º 10.172, de 09/01/2001; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20/12/1996), regulamentada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997; o Decreto 7.352/2010, de 04 de novembro de 2010, que “Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária”, art. 11-18; as Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas às normas para o Ensino Superior no Brasil, normas para os cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação Tecnológica; a Resolução CNE/CEB n.º 01/2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; a Resolução CNE/CEB n.º 01/2006 – relativo à Pedagogia da Alternância (BRASIL/PRONERA, 2011). E acrescentamos, ainda, o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (CAMACHO, 2014b, p. 411).

Neste contexto a Educação do Campo apesar de estar, indiretamente, incorporada à Constituição da República Federativa do Brasil e a LDB, continuava numa conjuntura de

realidade de ensino com características urbanas. Entretanto os movimentos socioterritoriais permaneceram organizados para reivindicar seus direitos, esse processo de luta resultou na primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1998²². Para Caldart (2004,) foi um momento de batismo coletivo de um novo jeito de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. Nessa Conferência os movimentos reafirmam o campo como um espaço de vida digna de resistência e de luta, por políticas públicas específicas para a construção de projetos educativos para os sujeitos que vivem no/do campo.

A Carta Magna de 1988 garante que a educação básica é direito de todos, dever do Estado sendo obrigatória e gratuita, proporcionando a educação no âmbito urbano e rural, inspirando uma Educação do Campo com possibilidades de um espaço específico de liberdade. Apesar de não se referir direta e especificamente ao ensino rural no corpo da Carta, possibilitou às Constituições Estaduais e à LDB o tratamento da educação rural no âmbito do princípio de direito à igualdade e do respeito às diferenças (CALDART, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, estabelece que:

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2005, p. 16).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, significou uma grande conquista para Educação do Campo, garantido o direito a educação básica para a população rural com adaptações e adequando as suas peculiaridades e especificidades. O conteúdo curricular deve ser organizado e direcionado as reais necessidades e interesses dos alunos da área rural, adaptação do calendário escolar conforme as fases do ciclo agrícola e adequação da natureza do trabalho agrícola.

Nesta premissa, a Educação do Campo se concretizou no Brasil como política pública no início do século XXI, sendo incorporada à legislação educacional do país via aprovação no

²² Nossa caminhada enquanto articulação nacional Por uma Educação do Campo começou no processo de preparação da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998. A ideia da Conferência, por sua vez, surgiu durante o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) feito em julho de 1997. A Conferência, promovida a nível nacional pelo MST, pela CNBB, UnB, UNESCO, e pelo UNICEF, foi preparada nos estados através de encontros que reuniram os principais sujeitos de práticas e de preocupações relacionadas à Educação do Campo (CALDART, 2002).

Conselho Nacional de Educação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, em 03 de abril de 2002, situação que se fez também realidade no estado do Mato Grosso do Sul, em 2003.

As diretrizes operacionais representam um marco para os sujeitos do campo em relação à Educação do Campo que apesar da fragilidade de conteúdos permite um embate entre a sociedade e o Estado, sendo o Estado responsável por garantir uma educação para a população rural de forma livre sem repressão da elite latifundiária. E quanto às adequações ao calendário escolar:

A metodologia da Pedagogia da Alternância é um importante instrumento de ensino-aprendizagem para adequar a educação a realidade dos educandos do campo. Sua utilização é garantida pela LDB, tendo em vista que a mesma se enquadra no requisito a respeito da necessidade de adequação do calendário escolar aos ciclos agrícolas (períodos do plantio e da colheita) e as condições climáticas (períodos de secas e de cheias) (CAMACHO, 2014b, p.417).

Levando em consideração as intempéries do campo, a pedagogia da alternância é uma ótima opção para adequar o sistema de produção rural ao calendário escolar, a fim de evitar uma defasagem de alunos na escola do campo melhorando a qualidade do ensino, respeitando o modo de vida camponês e os períodos do seu trabalho no campo podendo alternar conforme as necessidades da comunidade camponesa.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo deve ser voltada para territórios/territorialidades do campo. Uma educação que defenda as lutas, o trabalho, a história e a cultura camponesa, que o represente e seja parte inerente desse território.

Com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, observamos como ponto de chegada de nossa caminhada. Mas como toda chegada é um movimento, estamos em um novo ponto de partida para a realização efetiva das resoluções das Diretrizes. Afinal, sabemos pelo duro aprendizado de conquista da cidadania que a luta faz a lei e garante os direitos. Mas, as conquistas só são consolidadas com pertinência. No momento histórico recente temos aprendido que mesmo os direitos mais sagrados são usurpados em nome de um suposto desenvolvimento. Por essa razão, nenhuma conquista é garantida sem organização permanente (FERNANDES, 2002 p. 62).

E para que a Lei que garante o direito a Educação do Campo seja cumprida é necessário organização e persistência, pois a luta continua sempre, nenhuma conquista é garantida sem organização. Os estados e municípios devem se organizar para oferecer uma educação de qualidade no campo conforme estabelece a lei, portanto, os estados devem fazer adaptações nos

currículos e nos calendários das escolas do campo conforme as características socioambientais de cada região.

Os estados brasileiros precisam expandir o atendimento escolar ampliando vagas, melhorando o ingresso dos alunos nas escolas do campo nas diversas regiões do país, conforme a legislação. As Constituições determinam também medidas que valorizem o professor que atua no campo e a proposição de formas de efetivá-la. Quando se trata da educação profissional igualmente presente em várias Cartas Estaduais, os princípios e normas relativos à implantação e expansão do ensino profissionalizante rural mantêm a perspectiva residual dessa modalidade de atendimento:

A Carta do Mato Grosso do Sul, em seu Artigo 154, dentre os princípios e normas de organização do sistema estadual de ensino, insere a obrigatoriedade de o estado fixar diretrizes para o ensino rural e técnico, que será, quando possível, gratuito e terá em vista a formação de profissionais e trabalhadores especializados, de acordo com as condições e necessidades do mercado de trabalho (PARECER n. 36/2001).

Esta norma principiológica insere a obrigatoriedade do estado em fixar diretrizes para a educação no campo e quando possível cursos para a formação dos profissionais, conforme as condições e necessidade. Porém não dá alusão específica de Educação do Campo, apenas cursos voltados para a área técnica. Segundo a Constituição Federal de Mato Grosso do Sul de 1989, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I Da Educação²³:

Art. 189. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Amplia a educação ao direito de todos e dever do Estado e da família, sendo obrigação do Estado ofertar o ensino para toda a sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício de cidadania, no entanto não especifica um ensino para o campo. Já, a Lei nº 2.787²⁴, de 24 de dezembro de 2003, dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial nº 6.153, de 29 de dezembro de 2003, da seção VII da Educação Rural dispõem que:

²³ Constituição Federal de Mato Grosso do Sul de 1989. Disponível em: https://al.ms.gov.br/upload/Pdf/2019_07_15_05_15_11_constituicao-do-estado-de-mato-grosso-do-sul-1989.pdf. Acesso em 14 nov. 2019.

²⁴ Publicada no Diário Oficial nº 6.153, de 29 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e-9d/7162710cfa2eb47704256e0b0049e0b2?OpenDocument>. Acesso em 14 nov. 2019.

Art.87. A educação básica do campo destina-se ao atendimento da população rural, sob a ótica do respeito à diferença e do direito à igualdade, primando pela qualidade da educação escolar na perspectiva do acesso e da inclusão às especificidades.

Art.88. A educação rural será ofertada mediante:

I - elaboração de uma proposta curricular que estabeleça conteúdos curriculares e metodologias apropriadas para atender às reais necessidades e interesses dos alunos, a articulação entre a cultura local e as dimensões gerais do conhecimento e aprendizagem;
 II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
 III - formação político-pedagógica continuada dos docentes, com vistas a superar o isolamento do docente rural, estabelecendo formas que reúnam docentes de diversas escolas para estudo, planejamento e avaliação das atividades pedagógicas;
 IV- melhoria das condições didático-pedagógicas no meio rural;
 V- oferta de transporte escolar, quando necessário;
 VI - integração à comunidade, incluindo cooperativas, sindicatos do meio rural, órgãos públicos e privados de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, centro comunitário, igrejas e outras organizações que atuam na área rural;
 VII - organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos próprios para dar atendimento ao ensino fundamental do meio rural.

§ 1º Para elaboração e execução da proposta pedagógica das escolas rurais serão envolvidos comunidade escolar, movimentos sociais, cooperativas, sindicatos do meio rural, órgãos públicos e privados de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, centro comunitário, igrejas, dentre outras organizações que atuam na área rural.

§ 2º A elaboração da proposta curricular envolverá órgãos de agricultura e agropecuária, escola, movimentos sociais, família e comunidade.

Com a aprovação da Lei n. 2.787/2003, o sistema de ensino de Mato Grosso do Sul passa a reconhecer a educação básica com atendimento voltado para a população rural graças à conjuntura entre o governo com o Partido dos Trabalhadores através de sua organização, força e luta.

Nesta perspectiva a lei estabelece um ensino que inclua os povos do campo de acordo com suas especificidades que valorize seu espaço e sua cultura, modificando o currículo com conteúdo voltado para o campo e sua comunidade local. Busca integrar a comunidade escolar junto aos movimentos socioterritoriais, cooperativas, sindicatos do meio rural entre outros órgãos públicos e privados. Esse reconhecimento jurídico significou um marco tanto da universalidade do direito a educação quanto da obrigatoriedade do Estado em ofertar a educação básica à população do campo que atenda as especificidades necessárias. Esse processo de lutas e conquistas resultou na exigência de novas políticas públicas para a Educação do Campo. Como está elencada no Decreto Federal nº 7.352, de 04 de novembro e 2010²⁵, no Art. 3º da Constituição Federal tem a obrigação de garantir políticas públicas de Educação do Campo:

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 14 nov. 2019.

Art. 3º Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da Educação do Campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo.

Além desse artigo, que garante mecanismo para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais para a população do campo, estão elencados no art.33 da Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009 os objetivos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA):

I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;
 II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e
 III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

O PRONERA foi criado no Brasil em 1998, no segundo mandato do governo neoliberal Fernando Henrique Cardoso e, apesar de ter sido uma política pública de grande importância para a população do campo, não se teve tanta ênfase nesse governo. Já, durante o governo Luís Inácio Lula da Silva foram ofertados o maior número de cursos, tendo como foco o acesso à educação básica de jovens e adultos, cursos técnicos profissionalizantes, cursos superiores de pós-graduação, especialização e mestrado, proporcionando a Educação do Campo melhorias e o fortalecimento na construção dos territórios camponeses através da integração de jovens e adultos na educação básica e na qualificação de educadores que trabalham nos assentamentos (ALMEIDA, 2021). Esse programa ajudou no desenvolvimento territorial da população camponesa, conforme seu modo de vida, contribuindo para a construção de um espaço em equilíbrio com o meio ambiente.

A partir da Resolução SED/MS n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011, foi autorizado o funcionamento do ensino fundamental e/ou médio, na modalidade Educação Básica do campo, nas escolas estaduais do Mato Grosso do Sul, passando a funcionar na base curricular a disciplina de Eixos Temáticos: Terra-Vida-Trabalho. Constando a Escola Estadual Nova Itamarati no quadro das escolas identificadas como escola do campo.

A aprovação do Plano Nacional de Educação, por meio da Lei nº 13.005²⁶, de junho de 2014, é considerada um avanço para a Educação do Campo. O PNE foi aprovado no governo de

²⁶Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15 nov. de 2019.

Dilma Rousseff com dez anos de vigência a contar com a data de publicação que estabelece metas e estratégias para a educação. Na sequência, apresenta-se alguns itens da Lei n. 13.005/2014 que tratam da política de Educação do Campo.

- 3.10) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;
- 6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais (BRASIL, 2014).

Com as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação dando adesão para o atendimento à população do campo, o estado de Mato Grosso do Sul cria o Plano Estadual de Educação (PEE) que também visa a integração do campo em suas metas e estratégias para ser alcançadas até 2024, aprovado pela Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014²⁷:

- 2.13 garantir, independentemente do número de alunos, a oferta do ensino fundamental para as populações do campo, [...], buscando a universalização dessa etapa; 3.11 oferecer programas de educação e de cultura para a população, urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, na vigência deste PEE;
- 5.11 garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE, a alfabetização e o letramento, com aprendizagem adequada, das crianças do campo, indígenas, povos das águas, quilombolas e populações itinerantes e fronteiriças, nos três anos iniciais do ensino fundamental;
- 6.7 atender, com padrão de qualidade, as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada às comunidades, considerando as peculiaridades locais;
- 7.17 assegurar transporte gratuito, acessível e seguro para todos(as) os(as) alunos da Educação do Campo, populações fronteiriças, comunidades quilombolas e indígenas, e povos das águas, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com as especificações definidas pelo órgão competente, e financiamento compartilhado, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento da casa até a escola e vice-versa, até o quinto ano de vigência deste PEE-MS (PEE/MS 2015, p. 25, 31, 42, 48, 56).

No atual Governo,²⁸ Programas como o PRONERA e as Escolas do Campo têm sofrido com cortes e ameaças de interrupção, destruindo um legado de informação e ensino direcionado

²⁷Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1> Acesso em: 20 nov. 2019.

²⁸ Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022).

às populações do campo, ocasionando prejuízos para esta população que deve sim ser tratada de maneira diferente da população da cidade, pois necessita do ensino dirigido ao seu ofício que é o cuidado e a produção da terra. O fechamento das escolas rurais e o encerramento de Programas direcionados à população do campo têm sido alertados por algumas entidades que consideram um retrocesso empurrar os alunos rurais para o ensino nas cidades (OLIVEIRA, 2017).

O PEE traz qualidade para a educação no estado de Mato Grosso do Sul com uma construção democrática, com metas específicas para a Educação do Campo, representando um grande avanço para a população camponesa, com o comprometimento de estratégias que visam a democratização do ensino para esta população que tanto já foi marginalizada pela sociedade. De acordo com o currículo de referência de Mato Grosso do Sul (2019): a Educação do Campo é uma política pensada pelo governo e pela sociedade civil e caracteriza o resgate de uma dívida histórica da Nação junto aos sujeitos dos territórios rurais, que tiveram, durante muito tempo, o direito a uma educação de qualidade negada.

CAPÍTULO 4 - A QUESTÃO AGROAMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL NOVA ITAMARATI

Nesse capítulo analisa-se como, através do ensino, os indivíduos são despertados para consciência crítica sobre as transformações do espaço e que possam utilizar a observação, a análise e a interpretação de forma a interagir e atuar em seu meio de acordo com sua realidade, formando uma sociedade mais justa e sustentável.

Considerando a importância da Educação do Campo no processo de construção do conhecimento pautado na sustentabilidade, o presente capítulo tem como objetivo refletir sobre as contribuições da Educação do Campo na construção das práticas socioambientais, assim como a interação entre o ensino de Geografia e a questão agroambiental, e de que forma estas questões são inseridas no currículo da Escola Estadual Nova Itamarati, localizada no Assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã, MS. Visa, também, analisar como o PPP da escola aborda a temática ambiental, quais projetos são desenvolvidos neste sentido e qual é o espaço da Educação Ambiental nos eixos temáticos. Abordar as questões ambientais que envolvem a comunidade no espaço escolar se torna importante na medida em que todos os espaços que compõem o campo são espaços de diversidade cultural, portanto, são territórios que demandam ações educacionais.

4.1 A questão agroambiental e o Ensino de Geografia

As questões agroambientais e o ensino de Geografia estão diretamente ligados, pois, o conhecimento geográfico engloba o espaço, a sociedade e a natureza. A partir dessa relação entre sociedade e natureza, deve-se partir de um ensino que possa formar indivíduos com uma consciência crítica sobre as transformações do espaço, visando a observação, análise e interpretação de forma que os alunos possam interagir e atuar em seu meio, de acordo com sua realidade, formando uma sociedade mais justa e sustentável.

Com os avanços científicos e tecnológicos do mundo dos negócios a natureza vem sendo transformada conforme os interesses da lógica do capital. De acordo com Santos (2006, p. 27), “o processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada”. No meio rural,

essa realidade se faz presente através do agronegócio que significa o monopólio de empresas multinacionais, tendo como objetivo aumentar a produção e o lucro através de seus pacotes tecnológicos que intensificam a mecanização da terra, o uso de agrotóxicos e a utilização de sementes geneticamente modificadas.

Na perspectiva do capital, a relação entre a sociedade e a natureza torna-se cada vez mais técnica, distanciando o ser humano do natural, como argumenta Porto Gonçalves (2000, p. 35) “a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo”.

A exploração da natureza pelo capital envolve agentes sociais identificados através da disparidade de distribuição de renda, na exploração de mão-de-obra, na precarização do trabalho, resultando em exclusão e miséria. No campo, esse sistema desapropria os povos da terra, acarretando em grandes impactos ambientais, como desmatamento, poluição dos rios, solos desprovidos das condições mínimas para o seu cultivo, causando salinização, acidez e erosão devido a extrema exploração, contaminação por agrotóxicos e diminuição dos microrganismos são contributos fundamentais para o desequilíbrio dos ambientes e dos danos aos recursos naturais que os constituem. Como o processo de recuperação e renovação dos recursos naturais leva milhões de anos para se recompor, o sistema capitalista torna-se insustável e caminha para a destruição da natureza (OLIVEIRA, 2007).

Diante deste cenário, torna-se necessário construir uma educação que possa romper com essa lógica hegemônica baseada na exclusão de culturas, nas desigualdades sociais e na destruição da natureza. Neste sentido, o ensino de Geografia transcorre pelas questões ambientais através das transformações do espaço social e da natureza, possibilitando ao indivíduo uma reflexão crítica sobre o mundo globalizado, assim como a educação agroambiental por meio das práticas ambientais.

Com relação a abordagem às questões agroambientais no ensino de Geografia na Escola Estadual Nova Itamarati torna-se fundamental diante dos impactos ambientais causados pela apropriação cultural e política da natureza, possibilitando uma forma de educar que inclui os aspectos sociais e ambientais aos conteúdos curriculares a serem trabalhados, estudados, debatidos, pesquisados em todas as atividades relacionadas à educação propriamente dita, com o objetivo de formar cidadãos críticos, participativos e atuantes na solução e na prevenção dos problemas socioambientais.

A globalização das economias mundiais tem ensejado novos modelos de agricultura nos quais a mecanização, a constante necessidade de expandir a produção e a utilização frequente de produtos tóxicos nas lavouras tem sido uma máxima para a população do campo (LIMA; VIEIRA, 2019), realidade esta que, assim como acontece nas diversas regiões do país, afeta também a comunidade agrária do Assentamento Itamarati.

Assim, com relação à abordagem das questões agroambientais no ensino de Geografia na E. E. Nova Itamarati, torna-se fundamental diante dos impactos ambientais causados pela apropriação cultural, política, econômica e ideológica da natureza. Para entender, basta analisar como os recursos naturais têm sido apropriados pelas elites na produção do espaço, como condomínios fechados que “comercializam” a mata, o lago, até o pôr do sol, para atrair consumidores ávidos pela proximidade com a “natureza”.

A abordagem às questões agroambientais possibilita uma forma de educar que inclui os aspectos sociais e ambientais aos conteúdos curriculares a serem trabalhados, estudados, debatidos, pesquisados em todas as atividades relacionadas à educação propriamente dita, com o objetivo de formar cidadãos críticos, participativos e atuantes na solução e na prevenção dos problemas socioambientais.

Neste contexto, é por meio do ensino de Geografia que os professores podem utilizar “a disciplina como instrumento de transformação social dentro de sala de aula” (LIMA; VIEIRA, 2019, p. 04), contribuindo para a formação do cidadão mais crítico com relação à sua realidade, fortemente dominada pelo modo capitalista de produção.

Como expõem Camacho (2008, p. 240), é através do ensino da Geografia que se torna possível “proporcionar aos alunos não apenas a interpretação dos fenômenos geográficos, mas, sobretudo, despertar neles a necessidade de mudança da realidade”. Conforme cita o autor, é necessário formar indivíduos capazes de interpretar os fenômenos geográficos sob um ponto de vista crítico, mas também torná-los capazes de agir sobre eles, de forma que sejam criadas relações socioespaciais para amenizar as contradições socioambientais surgidas a partir das práticas capitalistas sobre a natureza.

Camacho (2011) destaca a importância de prestar atenção à realidade dos estudantes quando trabalharmos determinados conteúdos no ensino da Geografia. Neste sentido, a realidade de cada lugar deve ser levada em conta, sendo que as realidades vivenciadas pelos estudantes são diferentes, como exemplo, um aluno de um centro urbano enfrenta desafios que o diferenciam de

um que mora em um assentamento. Os anseios de ambos podem ser os mesmos, mas os motivos que os incitam e os instrumentos para alcançá-los não são similares.

Portanto, existem realidades socioterritoriais diversas e estas devem ser abordadas dentro do contexto em que acontecem. O estudante do Assentamento Itamarati está distante de um grande centro urbano, mas próximo de uma realidade com problemas socioambientais específicos de seu território. Ele deve ser levado a pensar em maneiras de mudar a sua realidade, e um dos meios que possibilita esta reflexão é através da educação escolar.

Dessa forma, a Geografia escolar pode possibilitar um diálogo com a realidade socioterritorial vivenciada pelos estudantes inseridos num contexto agrário regional. Como parte integrante deste contexto, tanto os estudantes, quanto seus familiares, a comunidade e a própria escola passam a desenvolver sua capacidade crítica e, conseqüentemente, refletir sobre maneiras de melhorar as condições de vida e estabelecer uma relação equilibrada com a natureza, objetivo este que desde o início tem sido o motivo da luta agrária no campo.

A escola é a principal mediadora de informações, e considerando o estudo das questões agroambientais, inseri-lo em todos os níveis de ensino, torna-se sobremaneira apropriado, pois sua inserção ajuda a preparar os estudantes e sua forma de pensar sobre a realidade ambiental, procurando despertar interesses relacionados ao meio ambiente, e por meio de atividades práticas, ela permite o desenvolvimento da consciência crítica²⁹ levando a mudança de hábitos.

Tomando-se por base a prática educacional no Assentamento Itamarati, entende-se que abordar as questões agroambientais no currículo escolar se constitui numa forma abrangente de educação, cujo objetivo precisa atingir as famílias assentadas por meio de um processo educativo participativo permanente, procurando despertar uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, bem como a mudança de postura frente aos problemas gerados na própria comunidade.

A educação não formal é o meio mais utilizado para difundir a reflexão acerca da questão da preservação e conservação ambiental³⁰. No caso das famílias assentadas, essa

²⁹ A consciência crítica poderá ser alcançada por meio de uma educação dialógica, que “[...] voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais”. (FREIRE, 1983). Para Freire (1983), se a compreensão da realidade ocorrer de forma crítica, a ação também o será.

³⁰ Quaisquer processos de desenvolvimento em que conceitos sustentáveis estejam inseridos devem abordar a preservação e conservação do meio ambiente. Torna-se um desafio unir crescimento econômico e desenvolvimento social com o uso sustentável dos recursos naturais, haja vista que o fator econômico tem apresentado grande peso sobre a formulação de políticas ambientais, influenciando na dimensão ecológica do meio ambiente, que se refere às questões de sustentabilidade. A sustentabilidade ambiental da agricultura, por sua vez, depende da conservação do

abordagem agroambiental não formal cabe ser realizada pela extensão rural e pelos movimentos socioterritoriais do campo.

É oportuno salientar que a extensão rural é definida como um processo educativo não formal, com o objetivo de contribuir para a elevação da produção, da produtividade da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, sem danos ao meio ambiente. E são os extensionistas rurais que trabalham diariamente com as famílias assentadas (ROMEIRO; MAIA, 2011).

Em relação aos movimentos socioterritoriais do campo, principalmente na metodologia do MST, deve-se considerar que boa parte das famílias, antes de serem assentadas, passam um longo período nos acampamentos participando da organicidade desses movimentos, que são os sujeitos coletivos do processo de assentamento das famílias. Assim, parte-se do pressuposto de que, desde antes da entrada no assentamento, as famílias inseridas nos movimentos desenvolvem ações e práticas educativas referentes às questões ambientais, já que a problemática ambiental é uma das bandeiras dos movimentos camponeses.

Segundo Dias (2011), a mudança de um conceito de desenvolvimento predatório a um sustentável, que mantenha harmonia com a natureza, tem múltiplas implicações, sendo elas: modificar a forma que o ser humano enxerga a natureza, que ela não serve somente como fonte de matéria prima, mas também um ambiente necessário para a sobrevivência humana principalmente na agricultura, visto ser umas das atividades que contribui para o esgotamento dos recursos naturais. A realização de um manejo racional dos recursos naturais e a modificação da organização social que produz e reproduz a desigualdade e a pobreza, possibilita a criação de novas relações sociais, na qual o foco seja o bem-estar humano.

Neste sentido, a abordagem às questões agroambientais apresenta-se como um dos instrumentos que pretendem contribuir na formação de cidadãos críticos em relação a sua realidade socioterritorial. Trata-se de um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos devem estar envolvidos: família, escola e comunidade.

E para tratar das questões agroambientais, assim como a Educação Ambiental, o ensino da Geografia torna-se uma importante ferramenta para dialogar sobre questões ambientais locais,

solo no longo prazo. “Do ponto de vista ambiental, a preservação gera um custo social e econômico que deve ser compartilhado entre os diversos agentes que usufruem dos benefícios da conservação” (ROMEIRO; MAIA, 2011, p. 47).

envolvendo os alunos em ações que visam o bem coletivo, incentivando as mudanças de práticas, atitudes e comportamentos.

Os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a Educação do Campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural (BRASIL, 2002).

Neste sentido, o professor como um mediador no processo de ensino e aprendizagem, tem importante papel na formação de cidadãos críticos, abordando os conceitos geográficos próprios da disciplina e utilizando sua postura frente à realidade que compreende o ensinar na escola. Basicamente, o professor da disciplina de Geografia pode optar política-ideologicamente por atuar em duas frentes antagônicas, de um lado, uma Geografia domesticadora, que forma mão de obra (submissa) para atender aos anseios capitalistas ou, do lado oposto, aquela de formação libertadora, responsável por possibilitar a formação de sujeitos críticos que se reconhecem diante da realidade que os subordina ao capitalismo (CAMACHO, 2008).

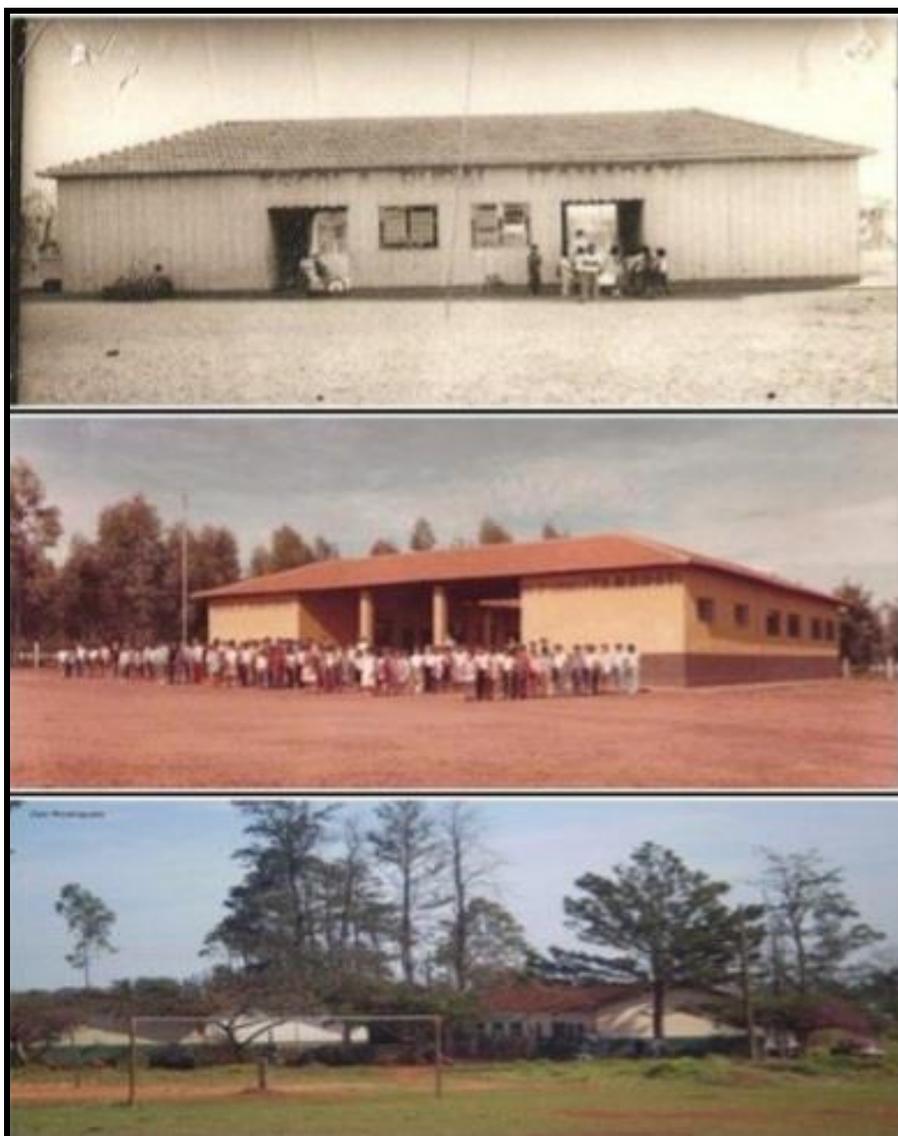
Como evidencia Camacho (2008, p. 234), a capacidade de compreender a realidade imposta e as condições de contribuir para o desenvolvimento pessoal e da comunidade onde se está inserido é uma realidade que se apresenta como “[...] uma totalidade dinâmica e contraditória, fruto de múltiplas relações”. Diante disso, aplicar o estudo de Geografia na educação básica só tem efetivação se os conteúdos forem abordados de maneira que possam ser discutidos e representem algo significativo para aquele público específico, proporcionando que os estudantes entendam outras realidades a partir da sua própria, o que contribuirá na formação crítica dos mesmos.

Dessa forma, a construção de um ensino de Geografia que interaja com a educação agroambiental e a Educação do Campo, se configura em um processo emancipatório, podendo interagir com sua realidade de forma ativa na medida em que contribui para uma consciência crítica, rompendo com a dicotomia natural e social que se apresenta no processo educativo tradicional, sendo capaz de trazer à tona uma concepção renovada das questões socioambientais.

4.2 A Escola Estadual Nova Itamarati: o Projeto Político Pedagógico e o eixo e Disciplina TVT

A Escola Estadual Nova Itamarati está localizada na BR 164, km 51, no Assentamento Itamarati II, localizado no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul. Visando uma melhor compreensão do papel da escola nos diferentes momentos históricos, é necessária uma breve incursão desde sua criação, na década de 70. A Foto 6 mostra um histórico de imagens da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Fazenda Itamarati, nos anos de 1975, 1980 e 1985.

Foto 6 - Histórico de imagens da Antiga escola nos anos 1975, 1980 e 1985



Fonte: Arquivo fotográfico da escola.

Na escola, as atividades escolares iniciaram em 1975, sob o nome de Escola Rural Itamarati, localizada na sede da Fazenda Itamarati Agropecuária, com prédio cedido pela Empresa. No ano de 1979 a 1982, a escola denominou-se Escola Municipal de 1ª Grau Itamarati com turmas de 1ª a 4ª série.

A partir do ano de 1985, através do Decreto n.º 2.909, de 14 de fevereiro de 1985, foi criada a Escola Estadual de 1º Grau Fazenda Itamarati, localizada no mesmo prédio. No ano de 1991, a Deliberação n.º 1.708 de 06 de novembro de 1987, conforme Deliberação do Conselho Estadual de Educação n. 2.719 de 07 de março de 1991, foi autorizado o curso de 2º Grau, através da Lei n. 7.044/da, sendo então Escola Estadual de 1º e 2º grau Fazenda Itamarati. Em 1992, com a Deliberação 3.419 de 16 de dezembro de 1992, foi autorizado a Educação Pré-Escolar na Escola Estadual de 1º e 2º Grau Fazenda Itamarati.

A Foto 7 apresenta uma tomada aérea do complexo escolar.

Foto 7 - Tomada aérea do complexo escolar



Fonte: Arquivo fotográfico da escola

A escola passou por diversas transformações ao longo dos anos, a partir de 2005. Com a venda dos 24.946 ha para reforma agrária, houve a necessidade de mudança no nome da escola, que através do Decreto nº 3.152 de 25 de dezembro de 2005 passa a se chamar Escola Nova Itamarati. A população escolar que em 2004 era de 280 alunos, em 2005, já contava com 800

estudantes, sendo que o espaço físico já não comportava todos, havendo a necessidade de se criar salas improvisadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos espaços utilizados como hospital e mercado pela antiga Fazenda Itamarati. Em 19 de abril de 2010 inaugura-se a nova escola com implantação de um prédio moderno que foi adaptado de um antigo galpão de máquinas, no assentamento.

A Foto 8 apresenta a atual fachada da E. E. Nova Itamarati.

Foto 8 - Fachada atual da Escola Estadual Nova
Itamarati



Fonte: Arquivo fotográfico da escola

As concepções teóricas da Escola Estadual Nova Itamarati são pautadas pela tendência “Progressista Crítico Social dos Conteúdos” uma vez que a educação está intimamente ligada com o desenvolvimento e as transformações da sociedade. Segundo Luckesi (1994, p. 69), nesta concepção teórica a principal tarefa da escola “é a difusão de conteúdo, não de conteúdos abstratos, mas vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais”. Libâneo também registra a indissolúvel ligação do processo educativo e da sociedade como um todo, pois:

[...] Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade (LIBÂNEO, 1994, p. 17).

Nesse sentido, o PPP da Escola E. Nova Itamarati estabelece como fundamentais as relações entre a escola e a comunidade, para ofertar uma educação de qualidade, no intuito de formar cidadãos críticos e preparados para o mundo do trabalho. Como exemplo da aplicação desta relação entre a escola e a comunidade, são desenvolvidas as disciplinas dentro do eixo temático Terra-Vida e Trabalho tanto para os estudantes do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio (PPP, 2012).

Em 2012, a Escola E. Nova Itamarati passa a funcionar coma modalidade de Educação Básica do campo, com o eixo temático: Terra-Vida e Trabalho, através da Resolução/SED nº 2.507 de 20 de dezembro de 2011 (PPP, 2012).

Na escola Nova Itamarati a Educação Básica do Campo atende tanto Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, objetivando:

[...] facilitar o acesso à Educação de qualidade, superar o analfabetismo, formar integralmente o educando no campo, através da valorização dos conhecimentos historicamente acumulados, buscando articular o ensino com a produção e a preservação do meio ambiente enquanto Escola do Campo a (PPP, 2012, p. 17).

Compondo em sua matriz curricular o eixo temático: TVT com o objetivo de integrar os conteúdos escolar com a prática cotidiana do aluno.

De início não houve capacitações para os professores. De acordo com o primeiro referencial de 2012 o professor que deveria ser lotado nessa modalidade deveria ter conhecimentos sobre o campo e sua realidade, podendo ter trabalhado com projetos voltados à área em outras instituições de ensino.

Conforme o PPP (2012), considerando o eixo temático TVT, à todas as disciplinas e áreas trabalhadas deveriam ser aplicadas em torno do eixo, de forma interdisciplinar, fundamentando diversas áreas do conhecimento científico norteadores de toda organização curricular, que envolvessem as atividades diretamente aplicadas aos estudantes no componente curricular. Na maioria das escolas isso não ocorreu, devido a falta de material didático e de incentivo e capacitações e acabou se fragmentando apenas a uma disciplina, como Geografia por exemplo. O que não deixou de ser um avanço, já que o TVT trabalha diversos conteúdos relacionados com a realidade local.

No ano letivo de 2020, o componente TVT, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, continha as seguintes unidades temáticas: Alimentação, Meio Ambiente e Saberes e conhecimentos tradicionais. O objetivo de inserir essas temáticas através da disciplina de TVT na estrutura curricular da Escola visa integrar o dia-a-dia dos estudantes com meio ambiente do qual fazem parte, trazendo para dentro da escola o debate da importância e necessidade da convivência equilibrada com a natureza, na medida em que os humanos tiram dela a sua sobrevivência, carecendo, portanto, de cuidados e práticas que ajudem as pessoas a viverem melhor, sem, contudo, colocar em riscos a dinâmica da natureza (PPP, 2012).

Para os estudantes de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, a unidade temática Alimentação visa apresentar a origem e a importância dos alimentos para a sobrevivência humana, o significado nutricional dos alimentos e sua relação com os hábitos alimentares da região. Outro item abordado é referente a higiene na manipulação dos alimentos, que devem ser hábitos mantidos na escola e na família. Também, são abordadas as atividades de suinocultura e avicultura, frisando que nestas, além do sustento das famílias, são transformadas em fonte de renda e geração de emprego para os indivíduos dos grupos familiares.

Os estudantes do 6º ao 9º ano têm na unidade Alimentação um estudo mais aprofundado sobre a agricultura familiar e a relação do ser humano com o campo, reconhecendo a importância da sua atuação para a economia local e nacional. Assim, são apresentados os conceitos e as práticas sobre as monoculturas, policulturas, manutenção de pomares domésticos, o desenvolvimento da cultura orgânica, o trabalho na horta, a importância da produção saudável de alimentos, dentre outros.

Com relação à unidade Meio Ambiente, o objetivo no Ensino Fundamental é apresentar situações que desafiem o estudante à preservação, relatando a importância do meio e a necessidade de conservação do mesmo, apresentando as atitudes que conferem esta postura do indivíduo com relação ao meio ambiente. Objetivando inserir na escola a vivência diária dos alunos, é abordada a necessidade do descarte correto das embalagens vazias de agrotóxicos, bem como a importância e possibilidades que a reciclagem de materiais proporciona, podendo ser útil para criar e valorizar objetos que normalmente seriam descartados. Nesta unidade, são estudados os tipos de solo presente na comunidade e as formas de conservação, frisando, neste sentido, a importância da ação do ser humano na atividade rural.

Aos estudantes de 6º a 9º ano são apresentadas as formas de utilização da água e como se dá o manejo e os cuidados com a água presente nas propriedades do Assentamento. Questões

ligadas à sustentabilidade e os aspectos da biodiversidade visam valorizar e reconhecer o meio em que os estudantes vivem, destacando a sua relevância no contexto do campo.

Com relação à unidade denominada de Saberes e Conhecimentos Tradicionais, aos estudantes do 1º ao 5º ano são abordadas práticas e costumes tendo como base a vivência no campo. Desta maneira, discute-se as diferenças culturais na comunidade com o intuito de valorizar a cultura dos camponeses e os saberes da comunidade local, possibilitando a compreensão e o reconhecimento da importância de preservar tais manifestações culturais. Já para os alunos de 6º ao 9º ano, a unidade temática propõe um resgate aos saberes populares em extinção, além de possibilitar o trabalho com o artesanato e com plantas medicinais e aromáticas. A unidade apresenta aos alunos as possibilidades que o turismo sustentável proporciona para as comunidades rurais, que diante da procura das pessoas em conhecer os atrativos rurais que têm sido observados na contemporaneidade, esse segmento tem crescido em importância econômica e turística.

A mesma temática TVT para o Ensino Médio deve:

perpassar toda a abordagem pedagógica, teórica e prática da formação dos alunos, pois direciona seu conteúdo e sua metodologia para temas da realidade camponesa que precisam ser tratados pela Educação Básica do Campo a ser concretizada (MATO GROSSO DO SUL, 2019b, p. 04).

Assim, o estudo das unidades temáticas é desenvolvido no espaço externo, abrangendo projetos, com “atividades de pesquisa, de leitura, de escrita, de trabalho, aulas programadas, acompanhadas, orientadas, avaliadas e com registro de frequência feito pelo professor” (MS, 2019b, p. 04). Na escolha das atividades são valorizadas as características e necessidades dos estudantes e sua vivência na lavoura, respeitando o seu espaço enquanto camponeses, embora sejam abordadas outras realidades que trazidas para a educação dos jovens, imprime a pluralidade da sua realidade.

Neste contexto, “a Educação do Campo é parte absolutamente necessária do desenvolvimento local, que se configura como espaço que reúne, simultaneamente, condições de moradia, trabalho e educação” (MS, 2019b, p. 04). Dentro da proposta pedagógica da Escola Estadual Nova Itamarati para os estudantes do Ensino Médio os conteúdos são analisados, avaliados e transformados em ações dentro e para a comunidade escolar e local, de maneira que o eixo TVT abranja a formação humana e a construção dos sujeitos do campo.

Dentre as ações educativas envolvendo escola, família e comunidade, destacam-se as ações educativas de cunho ambiental que são trabalhadas a partir de projetos e programas (PPP, 2019, p. 12-13). Visando levantar informações sobre essas ações desenvolvidas na escola, conversamos com uma representante da Coordenadoria Regional de Ponta Porã (CRE), responsável pelo trabalho pedagógico da E. E. Nova Itamarati, a respeito de sua visão sobre a escola do campo e os trabalhos desenvolvidos na instituição.

A escola do campo deve ser trabalhada de acordo com sua realidade escolar, de forma que qualquer aluno transferido terá a mesma oportunidade que o colega, em questão de aprendizagem. Por isso o novo currículo. A pedagogia das escolas do campo deve ser a que melhor ajudar no processo de ensino aprendizagem dos alunos. E quanto a disciplina de eixo temático desenvolvida nas escolas do campo ajuda no processo de ensino aprendizagem e prepara o aluno para futuro profissional (Entrevista com a Coordenadora Regional do CRE, 17/11/2019).

Concordando com a parte que a escola do campo deve ser trabalhada de acordo com suas especificidades, verificou-se que a Coordenadoria Regional de Ponta Porã é responsável por promover estratégias dentro da estrutura educacional dos municípios, levando reivindicações e propostas de projetos para melhorar a educação, sendo mais acessível a todas as regiões do estado, descentralizando as ações da Secretaria de Educação (SED) para tornar o trabalho integrado com as ações das coordenadorias regionais.

4.3 As ações ambientais desenvolvidas pela Escola Estadual Nova Itamarati

No intuito de identificar qual é o espaço da Educação Ambiental no currículo da escola, de que forma as ações educativas ambientais são desenvolvidas junto aos alunos e quais são as inter-relações das questões ambientais junto à comunidade, foi realizado um diálogo com a coordenação da Escola Estadual Nova Itamarati, a qual contribuiu com os questionamentos destacou que:

As questões agroambientais tem espaço fundamental no currículo da Escola Nova Itamarati, porque é através do processo construtivo da Educação Ambiental que se busca a conservação e a recuperação ambiental, conjuntamente com a valorização dos sujeitos que neste meio vivem. Dessa forma, as ações ambientais são desenvolvidas junto aos alunos através de palestras sobre a importância da preservação dos recursos naturais, das nascentes, das áreas de preservação ambiental. No sentido de orientar a comunidade escolar sobre a importância da preservação, conservação e recuperação do meio

ambiente. O corpo docente tem procurado através da interdisciplinaridade³¹ desenvolver orientações educativas para evitar queimadas, retiradas de madeiras das áreas de reserva bem como evitar o uso indevido das reservas. A escola, sobretudo, devido sua condição de escola que se propôs a ser do e no campo, está ciente de que para as ações ambientais ser eficaz, precisa ser trabalhada conjuntamente envolvendo a escola, a família e comunidade como um todo de forma a unir a formação escolar e a aplicabilidade nos problemas cotidianos dos alunos. Porém, ainda não atingimos este patamar que prioritariamente, exige a junção da teoria científica com a prática cotidiana [...] (Coordenação escolar, entrevista concedida em 12/11/2019).

Os temas trabalhados nas palestras envolvem as questões ambientais e são desenvolvidas pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e orientam sobre a sustentabilidade ambiental através de projetos desenvolvidos no assentamento, como a agroecologia e o projeto de Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente que foi desenvolvido em parceria entre: o INCRA, a AGRAER, a Prefeitura Municipal de Ponta Porã e os assentados. As ações do projeto se dividem em licenciamento ambiental dos assentamentos, manejo de recursos naturais e Educação Ambiental e são desenvolvidas de forma integrada por uma equipe multidisciplinar formada por profissionais das áreas de Agronomia, Engenharia Florestal e Biologia.

A sustentabilidade tomou lugar de destaque nas discussões concernentes ao desenvolvimento territorial. A importância da sua abordagem se dá pela necessidade de envolver a todos no processo de desenvolvimento, fazendo com que todos se beneficiem nesse processo e não apenas as classes hegemônicas.

Considerando que a globalização é uma realidade concreta que implica consequências nas mais diversas áreas, pensar na sustentabilidade implica em pensar estratégias e atitudes, dentro de uma visão crítica ao modo de produção vigente, com condições viáveis e socialmente justas, respeitando as diversidades territoriais do planeta. É através de estratégias de sustentabilidade horizontais/locais que a globalização pode ser menos impactante para as populações do campo, fazendo com que a natureza e as pessoas, e a interação entre esses, sofram os menores impactos possíveis. Assim, tudo o que se refere ao meio ambiente como a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das áreas urbanas e rurais, deveriam merecer uma preocupação especial e passarem a ser pensados como prioridade nos mais diferentes setores das políticas públicas.

³¹A interdisciplinaridade “[...] enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas não poderá ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, o princípio da diversidade e da criatividade” (ETGES, 1993 *apud* JANTSCH; BIANCHETTI, 1995, p. 14).

Na realidade do Assentamento Itamarati, torna-se ainda mais importante abordar a questão agroambiental, quando muitas medidas que deveriam ter sido tomadas durante o processo de implantação do Projeto do Assentamento Itamarati, não foram tomadas pelos órgãos governamentais responsáveis, no sentido de garantir aos assentados um local ambientalmente equilibrado. Entretanto, relegaram-se as questões ambientais para um segundo plano, pois conforme o projeto do INCRA, não se cumpriu a lei que determinava áreas de reserva legal demarcadas correspondente ao tamanho do assentamento, ou seja, 20% da área total do assentamento que corresponderia a 5.177.1111 ha. No entanto, o percentual da área chegou somente a 17,35% da área do imóvel, totalizando 4.356.1137 ha.

Na Foto 9 evidencia-se a divulgação de um dos eventos em que ocorreram palestras e cursos, em 2019, com a temática do meio ambiente.

Foto 9 - Semana do Meio Ambiente - 2019

SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2019
PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES NO DISTRITO NOVA ITAMARATI

CHEGOU A HORA DE DEVOLVER AS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS

1 - RECEBIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE DEFENSIVOS AGRICOLAS
DIAS: 3, 4, 5 e 6 de Junho - HORÁRIO: 8:00h às 11:00h e 13:00h às 16:00h
LOCAL: hangar do aeroporto - todos os grupos do Assentamento Itamarati
Assentamentos: Dorcelina - Boa Vista - N. Era - Aba da Serra e Distrito Cabeceira do Açaí
Observação: trazer, pelo menos, uma nota fiscal de aquisição dos defensivos

2 - AUDIÊNCIA PÚBLICA PELA CÂMARA DE VEREADORES DE PONTA FORÃ
DERIVA DE APLICAÇÃO DE AGROTOXICOS
DIA 5 DE JUNHO ÀS 13 HORAS - LOCAL: SALÃO PAROQUIAL (ANT. RESTAURANTE)
(PALESTRAS - DEBATES - PROPOSIÇÕES - LEI MUNICIPAL)

3 - ABERTURA DO EVENTO - DIA 4 ÀS 9:00h NO SALÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO
PROJETOS: CAMPO LIMPO (inpEV / ASFRON) E HORTA SEGURA (AGRAER)
DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE ESPÉCIES NATIVAS - EXPOSIÇÃO DE FOTOS DA ATER

4 - CURSOS DO SENAR
REGULAGEM E UTILIZAÇÃO DE PULVERIZADORES TRATORIZADOS: 3 A 5 DE JUNHO
REGULAGEM E UTILIZAÇÃO DE PULVERIZADOR COSTAL: 6 A 7 DE JUNHO
INSCRIÇÕES NA AGRAER: FONE 3496-1046

5 - PALESTRAS NAS ESCOLAS DO ASSENTAMENTO ITAMARATI:
- EU, O MEIO AMBIENTE E MINHA RESPONSABILIDADE
- DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE ESPÉCIES NATIVAS

ORGANIZAÇÃO: Agraer, Câmara Municipal de Ponta Forã, INPEV

PARTICIPAÇÃO: sistema campo limpo, IAGRO, www.inpev.org.br, COOPERAI, INCRA

INFORMAÇÕES: Agraer 3496-1046 / Asfron 3434-1246

Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Estadual Nova Itamarati

Esses cursos estão ligados à prática de uso de agrotóxicos, como o curso desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com atualizações sobre a regulação e a utilização de pulverizadores tratorizados, o que demonstra a forte influência do PCA no debate sobre a questão agroambiental que defende a integração da produção agrícola ao mercado capitalista. Na ocasião, os agricultores tiveram a oportunidade de devolver as embalagens vazias de agrotóxicos, também foram distribuídas mudas de espécies nativas. O evento envolveu a comunidade, pais e estudantes da Escola Estadual Nova Itamarati.

Foi perguntado à Direção escolar qual é o espaço das questões agroambientais nos eixos temáticos TVT e qual é o comprometimento dos professores que atuam nas aulas referentes aos eixos temáticos, à coordenação pedagógica relatou que:

A educação agroambiental é desenvolvida constantemente na nossa escola através dos projetos interdisciplinares e da metodologia na prática pedagógica diária dos professores que trabalham na área. E é justamente nos eixos temáticos que as questões ambientais ganham espaço próprio. Contou também que na medida do possível a Escola desenvolve trabalhos e projetos visando trabalhar a Educação Ambiental concomitantemente a sustentabilidade ambiental local para que o corpo docente os desenvolva juntamente com os alunos no decorrer do ano letivo [...] (Coordenação escolar, entrevista concedida em 12/11/2019).

A Coordenação pedagógica citou alguns projetos desenvolvidos dentro dos Eixos Temáticos: Terra-Vida e Trabalho (TVT) tais como: Escola na Horta, Jardinagem e Plantas medicinais. Relatou que dentro da programação ambiental da escola, os professores/as têm cumprido o cronograma estabelecido. Solicitou-se que descrevesse como os projetos e trabalhos pedagógicos são realizados junto aos estudantes da E. E. Nova Itamarati:

A escola vem trabalhando a importância da alimentação saudável, para isso, vem desenvolvendo junto aos alunos tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio conteúdos teóricos e demonstração prática de alimentos orgânicos através da implantação de uma unidade demonstrativa juntamente desenvolvendo o projeto Escola na Horta com os alunos/alunas (Coordenação pedagógica escolar, entrevista concedida em 12/11/2019).

Este projeto permite que os estudantes tenham um contato maior com o meio onde vive, valorizando a continuidade de projetos de cunho ambiental que são desenvolvidos na comunidade. Assim, o processo de ensino deve proporcionar uma Educação Ambiental com a oportunidade de se construir consciência ambiental de forma que os estudantes possam aplicá-la nas soluções dos problemas ambientais cotidianos, dentro da sua propriedade e no seu entorno, levando-os a perceberem a importância de se produzir organicamente para garantir a subsistência

da família já que está é a função primordial da terra. E, ainda, despertando a consciência agroecológica, para que percebam sua total dependência da natureza, passando a respeitá-la, conservá-la e recuperá-la no que for possível, para alcançar a sustentabilidade.

Na Foto 10 foram registrados dois momentos da interação dos estudantes do Ensino Fundamental no desenvolvimento das atividades do eixo temático TVT na horta escolar, do plantio à colheita.

Foto 10 - Aulas práticas de Eixos Temáticos: TVT na horta escolar – Ensino Fundamental



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Estadual Nova Itamarati

A Foto 11 refere-se a aula prática no mesmo eixo temático para os estudantes do Ensino Médio, no desenvolvimento do trabalho com a horta.

Foto 11 - Aula prática de Eixos Temáticos: TVT na horta escolar – Ensino Médio



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Estadual Nova Itamarati

Os projetos de sustentabilidade realizados pelos professores/as, dentre eles, os da disciplina de TVT, são desenvolvidos juntamente com os alunos do Ensino Fundamental em um jardim construído com pneus, que além de trabalhar o cultivo de flores, trabalhou-se também a questão ambiental ao mostrar alternativas de reutilização e reciclagem de materiais descartáveis, diminuindo assim a quantidade de lixo exposto no assentamento.

A Foto 12 mostra dois momentos do trabalho prático com pneus reciclados, quando na ocasião os estudantes do Ensino Fundamental realizaram o plantio de flores e árvores nos arredores da Escola Estadual Nova Itamarati.

Foto 12 - Elaboração de jardim utilizando reciclagem de pneus



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Estadual Nova Itamarati

Além desses projetos a escola desenvolveu o horto de plantas medicinais, segundo a Coordenação pedagógica:

É uma atividade que possibilita trocas de experiências entre alunos e professores valorizando os saberes tradicionais passados de geração em geração na agricultura camponesa. Permitindo integração com o meio ambiente, contribuindo com a sustentabilidade explorando assim diversas formas de conscientização, permitindo que os educandos tenham um contato contínuo com a natureza, a terra as plantas em completa harmonia e equilíbrio (Coordenação pedagógica escolar, entrevista concedida em 12/11/2019).

As plantas medicinais são cultivadas em canteiros num espaço específico na horta e também no pátio da escola em alguns pneus, o projeto de plantas medicinais é realizado com os estudantes e professores na disciplina de TVT, com o objetivo de mostrar as diversas formas de utilizar as plantas medicinais para que serve, como deve ser usada e a importância que ela representa sendo usada de forma correta.

A Foto 13 demonstra um momento dos estudantes do Ensino Fundamental no transplante das plantas, do vaso para a terra, na horta da Escola Estadual Nova Itamarati.

Foto 13 - Aula prática de TVT execução do projeto plantas medicinais



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Estadual Nova Itamarati

Dentre esses projetos, a coordenação citou também o projeto de arborização na escola, informando que a intenção é aprofundar os estudos da produção orgânica a partir da realidade vivenciada pelos agricultores e agricultoras inseridos no Núcleo da Agroecologia do Assentamento Itamarati, para que se possa efetivamente fazer pedagogicamente a junção escola-comunidade, deixando assim o aprendizado mais atrativo e refletindo a realidade do assentamento. Principalmente, porque a Educação do e no Campo, envolve saberes, métodos, tempos e espaços educativos diferenciados. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, no trabalho, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos socioterritoriais.

4.4 Lotação dos professores no eixo temático TVT e as entrevistas com o corpo docente e discente da Escola Estadual Nova Itamarati

Visando compreender como se dá as abordagens sobre as questões agroambientais na E. E. Nova Itamarati foram realizadas entrevistas com a Direção e com os professores das

disciplinas ligadas ao eixo temático Terra-Vida e Trabalho, bem como com uma amostra de Estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Procurou-se com as entrevistas levantar a percepção dos entrevistados sobre as abordagens relacionadas ao eixo temático TVT que a escola possui em seu Programa Político Pedagógico para o Ensino Fundamental e Médio. No relato das entrevistas, procurou-se manter a opinião dos entrevistados quanto a sua percepção para a importância das disciplinas do eixo temático e sua atuação junto ao Programa Político Pedagógico da Escola, tanto do ponto de vista dos professores, que lecionam e aplicam as ações pedagógicas, quanto do ponto de vista dos estudantes, que realizam as atividades, aprendem e levam os conhecimentos para a sua vivência diária.

Para uma melhor organização e formalização do texto, preferiu-se relatar as entrevistas em uma linguagem formal ao invés de optar pela transcrição literal das mesmas. A partir da fala dos entrevistados, os textos foram construídos buscando em alguns casos interpretar as respostas dadas através de características sociais, emocionais e psicológicas apresentadas pelos entrevistados. Em alguns momentos, as entrevistas são inseridas no texto na sua forma literal, possibilitando captar desta forma, a expressão dada pelo entrevistado sobre um determinado tema.

Procurou-se manter o anonimato dos entrevistados, sendo que na apresentação dos mesmos e buscando manter o sigilo na divulgação dos dados, utilizou-se de representações numéricas para identificar cada entrevistado, como por exemplo Professor 1 e/ou Estudante 1, e assim por diante.

As entrevistas se mostram particularmente importantes para a composição desta dissertação, pois fornecem informações relevantes para atender aos objetivos propostos desta pesquisa, sejam eles refletir sobre as contribuições da Educação do Campo na construção das práticas socioambientais e de que forma estas questões são abordadas no currículo da Escola Estadual Nova Itamarati. Outro objetivo também aplicado à pesquisa foi o de analisar como o PPP da escola aborda a temática agroambiental, buscando levantar a percepção dos entrevistados para essa questão e analisar qual o espaço que as mesmas ocupam nos eixos temáticos TVT.

Conforme referência Gil (2002), como uma técnica de coleta de dados, a entrevista é bem flexível, sendo muito usada nas Ciências Sociais, aplicada tanto na forma coletiva ou individualmente. Como vantagem deste tipo de técnica para coletar dados, a entrevista possibilita ao entrevistador a análise do comportamento não verbal dos entrevistados, importante fator para

contribuir na compreensão das percepções particulares ou coletivas, esperanças e entendimentos dos que estão sendo entrevistados.

4.4.1 O eixo temático Terra-Vida e Trabalho e o processo de lotação dos professores

A lotação de professores para o ano letivo de 2020 foi realizada após o Processo Seletivo Simplificado, de acordo Decreto n. 15.298, de 23 de outubro de 2019. Este Decreto regulamenta o Processo Seletivo Simplificado para a constituição do Banco Reserva de Profissionais para a Função Docente Temporária, a ser utilizado na convocação de docentes na Rede Estadual de Ensino (REE), incluindo as escolas do campo, sem ressalvas.

Os professores que não foram aprovados no processo seletivo não puderam lecionar nas escolas do estado do Mato Grosso do Sul, incluindo as escolas do campo, como no caso da Escola Estadual Nova Itamarati. Alguns professores que estavam desenvolvendo os projetos e que moram no campo não atingiram a classificação necessária no referido processo seletivo. Como decorrência, professores da área urbana passaram a compor o quadro docente, conforme a classificação obtida no processo seletivo, passando a lecionar no Ensino Fundamental I, II e no Ensino Médio.

Este fato contradiz com os objetivos, organização e princípios da Educação no Campo, conforme a Resolução/SED n. 3.672, de 30 de dezembro de 2019:

Art. 8º A lotação dos professores nas escolas do campo, situadas em localidades de difícil acesso, far-se-á de acordo com a carga horária do componente curricular e dos dias letivos, sendo 70% (setenta por cento) no Tempo-Escola e 30% (trinta por cento) no Tempo-Comunidade.

Parágrafo único. Os professores lotados nas escolas do campo, situadas em localidades de difícil acesso, deverão residir no mesmo lugar.

De acordo com o Edital n. 1/2019 – SAD/SED/FDT/2019:

8. DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SAD/SED/ FDT/2019:

8.1. Compete às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), no caso das escolas do interior do Estado e à Coordenadoria de Lotação (CORLOT/SUGESP/SED), no caso das escolas da Capital, a designação dos profissionais constantes do Banco Reserva de Profissionais para a Função Docente Temporária, observada a ordem classificatória, e as normas previstas no Decreto Estadual n. 15.298, de 23 de outubro de 2019, bem como em outros atos ou normas complementares aplicáveis.

Conforme o disposto, a convocação dos professores foi realizada pelas coordenadorias regionais conforme classificação dos mesmos no processo seletivo, também, conforme a habilitação dos mesmos na licenciatura pertinente aos componentes curriculares, não considerando a localidade. Quanto aos componentes curriculares do campo, como os Eixos Temáticos: Terra-Vida-Trabalho são duas aulas semanais no Ensino Fundamental I dos anos iniciais de 1º ao 5º ano e Ensino Fundamental II de 6º ao 9º ano. Já no Ensino Médio, ocorre apenas uma aula por semana. Conforme Diário Oficial 10.061³² de 20 de janeiro de 2020 sobre a lotação dos professores.

Art. 28. Nas escolas do campo da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, que ofertam a educação em tempo integral na etapa do ensino fundamental - Escola da Autoria, conforme disposto na Matriz Curricular Anexo II desta Resolução, em cada turma do 1º ao 5º ano do ensino fundamental deverão ser lotados:

VI - Professor licenciado em Educação do Campo, ou licenciatura em nível superior com habilitação para docência nos anos iniciais do ensino fundamental, para ministrar o componente curricular Terra-Vida-Trabalho;

Art. 33. A formação exigida para a docência do componente curricular Terra-Vida-Trabalho, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, será em curso de licenciatura em Educação do Campo ou outros cursos de licenciatura de nível superior.

O Componente curricular de eixos temáticos TVT foi lotado pela Coordenadoria Regional como complementação de aula para os professores das áreas de Pedagogia, do 1º ao 5º ano e demais áreas afins como Geografia e Biologia. No Ensino Fundamental I e Ensino Médio, as áreas lotadas de preferência foram Geografia, Biologia e Química.

Neste sentido as aulas de TVT foram distribuídas um pouco para cada professor, dificultando os trabalhos práticos assim como o desenvolvimento e continuidade dos projetos.

Abaixo, segue a descrição das entrevistas realizadas na Escola Estadual Nova Itamarati.

4.4.2 Entrevista com a Direção da Escola Estadual Nova Itamarati

A entrevista com a Direção da Escola aconteceu na data 15 de novembro de 2019 e foi realizada no interior da Escola Estadual Nova Itamarati em uma conversa que durou aproximadamente 30 minutos.

Composta por dez questões, a entrevista com a Direção da Escola (Apêndice B) teve por objetivo levantar informações a respeito dos conteúdos presentes na estrutura curricular, bem

³² Diário oficial 10.061, de 20 de janeiro de 2020. Lotação dos professores. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10061_02_01_2020. Acesso em: 10 de jul. 2021.

como levantar sua percepção quanto às disciplinas e práticas agroambientais presentes nas ações da escola, de forma a compreender como esses temas fazem parte das práticas e como buscam incluir o aluno do Assentamento Itamarati na preocupação com o meio ambiente e sua preservação.

Iniciou-se a entrevista perguntando à Direção há quanto tempo ela trabalha na educação, bem como sua formação curricular e instituição onde concluiu o ensino superior. A atual direção O professor que atua na direção da E. E. Nova Itamarati está na instituição desde 1997, portanto, há 23 anos na escola. É formado em Letras Português/Literatura e concluiu sua formação no Ensino Superior em 1996, na UFMS, *campus* CEUD/Dourados.

Questionou-se a Direção sobre qual seria sua visão sobre a Educação do Campo na E. E. Nova Itamarati, a qual respondeu que este tema é de fundamental importância devido a região onde este tipo de educação acontece, que é de pequenas propriedades rurais, formada por famílias que sobrevivem da agricultura familiar. Citou que, para os estudantes, aprender a valorizar o campo e a trabalhar a terra se torna fundamental, pois, sendo incentivados a manter ideias criativas para gerir a pequena propriedade, estes incentivam a maior produtividade.

Conforme afirma Camacho (2014b), cabe a Educação no Campo a abordagem de temas de interesse da população do campo, de maneira que tenham seu modo de vida valorizado, mas também se percebam inseridos no contexto global.

Mediante uma educação transformadora é possível inserir no processo de ensino e aprendizagem a realidade vivenciada pelos alunos (CAMACHO, 2008), e assim, trazer para a discussão em sala de aula aquelas questões que dificultam a vida no campo e que na maioria dos casos não são discutidas em outros espaços de maneira sistematizada. As novas gerações devem ser entendidas como potenciais para resolver novos e velhos problemas. Por meio da escola pode-se desenvolver a reflexão, potencializando a interdisciplinaridade e promovendo uma educação mais próxima da vida real destes.

Com relação ao abandono da propriedade rural e a ida para a cidade, o diretor bem lembrou que em muitos casos, os camponeses realizam esta mudança, pois encontram muitas dificuldades, passando a enfrentar condições mínimas de subsistência. Daí, a importância de a escola trabalhar com as possibilidades de permanência do aluno no campo, dando-lhe condições para ampliar seus conhecimentos sobre a propriedade camponesa.

Na sequência, foi indagada a Direção se o calendário da E. E. Nova Itamarati possui alguma alteração com relação ao calendário das escolas urbanas e se nas avaliações institucionais

eram consideradas as especificidades do campo. Neste sentido, frisou que a escola não trabalha a questão de alternância no calendário escolar, pois não há ciclos de produção agrícola, sendo que cada propriedade produz o que melhor lhe convém o ano inteiro, portanto, permanecendo o mesmo calendário escolar.

Com relação às avaliações externas, no caso providas da SAEB, verificou-se que esta busca aplicar um questionário sociológico para que coordenadores, direção e professores respondam sobre as condições da escola, dentro da realidade em que a mesma está inserida. Com relação às avaliações internas, a escola as realiza considerando as especificidades locais.

Demais avaliações provenientes de instituições externas, como MEC, SAEMS e outras, não há distinção no questionário enviado para as escolas, sendo que todas, localizadas nas cidades ou no campo, realizam a mesma avaliação.

A Direção foi questionada se é observada mudança na estrutura curricular da escola por ela ser do campo. Em resposta, relatou que a mudança no currículo programático da escola se dá na inserção do eixo temático TVT, trabalhado pelos professores, levando em conta a realidade dos alunos e sua vida e trabalho no campo.

Ainda, segundo a Direção, entende-se que a inserção do eixo temático TVT é uma oportunidade para inserir conteúdos que vão acrescentar às atividades laborativas dos alunos na propriedade, ensinando como utilizar os recursos para melhorar sua sobrevivência e atenção para os cuidados com a preservação ambiental. O desenvolvimento da consciência crítica para a preservação ambiental se dá diante daquilo que o professor traz em aula para reflexão de problemas concretos da realidade do assentamento que a comunidade tem que enfrentar.

Também foi questionado ao Diretor se houve mudanças na escola a partir da passagem da educação rural para a Educação do Campo, e quais seriam as dificuldades e desafios próprios desta mudança. Ao questionamento, afirmou que houve sim mudanças, pois, a inserção do eixo temático TVT implicou na inserção de conteúdos voltados às especificidades do campo, sendo que as demais disciplinas também passaram a ter esta abordagem. Lembrou que devido à incorporação do eixo temático TVT à estrutura curricular, foi dada oportunidade para que os professores com formação na área pudessem trabalhar nas escolas do campo.

Citando os desafios oriundos da mudança quando da passagem da educação rural para a Educação do Campo, expõem-se a fala da Direção com relação a esta questão:

Os desafios foram de cativar os professores trabalhar com temas e práticas voltadas a realidade dos alunos, pois o campo tem suas características ajudam sua família no sítio, assim como suas dificuldades como por exemplo os alunos utilizam transporte escolar as vezes chove e o ônibus não chega até os alunos. Os professores devem entender essa realidade.

Através da realidade vivenciada pelos estudantes, provenientes da comunidade rural, a Direção insistiu na importância de os professores compreenderem esta realidade, e do quão importante é apoiarem os alunos, buscando valorizar seus desafios diários correspondentes à vida no meio rural.

Foi perguntada a Direção sobre os projetos desenvolvidos dentro da escola do campo com relação as suas especificidades. Segundo a Direção, os projetos se referem à horta, à arborização da Escola, o cultivo e uso das plantas medicinais, a jardinagem e visitas à comunidade, sempre que possível.

Objetivando levantar se a escola recebia repasses financeiros específicos por ser uma escola do campo, a Direção respondeu que aconteceu um único repasse em 2012, referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), sendo que nunca mais se repetiu. O objetivo deste repasse, na época:

Era de destinar recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, para proporcionar uma adequação e benfeitoria na infraestrutura das escolas do campo e também para realização de atividades educativas para a melhoria do ensino (Entrevista com o Diretor da Escola, 15/11/2019 data da entrevista).

Considerando a importância dos projetos que podem ser realizados na escola do campo, e tendo em vista a necessidade de proporcionar uma educação de qualidade para a população do campo, o recebimento de recursos financeiros é de fundamental importância, pois, sem eles, poucos projetos podem ser desenvolvidos, haja vista a necessidade de materiais e insumos para realizar as intervenções com a horta, com as plantas e seus cuidados.

A falta de recursos compromete o andamento dos projetos que têm sido propostos na Escola Estadual Nova Itamarati e por consequência, torna-se mais difícil motivar professores e os estudantes para o desenvolvimento criativo e oportuno de outros projetos.

Com relação ao eixo temático TVT, foi perguntado à Direção quais as ações educativas são desenvolvidas no currículo da E. E. Nova Itamarati, bem como de que forma os projetos são desenvolvidos junto aos alunos e quais as interações culturais são desenvolvidas junto à comunidade.

Além de citar os projetos realizados na horta, a Direção frisou ainda que dentro do eixo temático TVT a escola promove práticas de produção e preservação do meio ambiente, por meio de iniciativas que incentivem os estudantes a aplicar na propriedade da família as técnicas aprendidas nas aulas teóricas e práticas.

Foi perguntada a Direção sobre como são desenvolvidas as questões agroambientais no currículo da E. E. Nova Itamarati. Respondeu que:

As questões agroambientais são desenvolvidas constantemente na nossa escola através dos projetos interdisciplinares e da metodologia na prática pedagógica diária dos professores que trabalham na área. E é justamente nos eixos temáticos que as questões ambientais ganham espaço próprio. Na medida do possível a Escola desenvolve trabalhos e projetos visando trabalhar as questões ambientais concomitantemente a ambiental local para que o corpo docente os desenvolva juntamente com os alunos no decorrer do ano letivo [...] (Entrevista com o Diretor da Escola, 15/11/2019).

A referência à existência de projetos que envolvam as questões agroambientais na escola é uma importante medida tomada a fim de concretizar a verdadeira Educação do Campo, dentro do seu papel e importância pedagógica no desenvolvimento e melhoria do ensino para a população do campo. O fato da escola estar comprometida em atender o que demanda o estudo das questões agroambientais, mostra que a nova geração de trabalhadores do campo tem grande possibilidade de trabalhar com mais responsabilidades, quanto aos cuidados e preservação ambiental, mas também estando mais preparada intelectualmente para as adversidades do trabalho neste meio, conseguindo melhores condições de vida e sobrevivência em um ambiente marcado pelas disputas territoriais em relação ao modo de produção capitalista.

Por fim, a Direção foi questionada se a escola possui projetos ou trabalhos pedagógicos relacionados à questão agroambiental, realizados junto aos estudantes. Citou que sim, além dos projetos acima citados, palestras junto à comunidade escolar proferidas pela AGRAER e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo realizadas no ambiente escolar com a participação da comunidade em geral.

4.4.3 Entrevista com os professores do eixo temático Terra-Vida e Trabalho

Na entrevista com os professores do eixo temático TVT, são apresentadas informações sobre os projetos e ações ligados às questões agroambientais desenvolvidos com os alunos da Escola Estadual Nova Itamarati.

Participaram da pesquisa dois professores que atua na Escola Estadual Nova Itamarati, sendo nesta identificados como Professor 1 e Professor 2. A entrevista individual ocorreu na data de 21/10/2019, na própria escola, sendo composta por um questionário com treze questões (Apêndice C) que visava levantar a compreensão destes com relação a abordagem agroambiental presente na estrutura curricular da escola, bem como os projetos dentro desta temática desenvolvidos pelos mesmos.

Ambos os Professores lecionam suas disciplinas no eixo temático TVT e sua participação foi de fundamental importância a fim de contribuir para a compreensão de como as questões agroambientais são abordadas dentro das disciplinas ofertadas na escola e também a percepção destes profissionais quanto a importância da sua aplicação na escola do campo.

Na entrevista, a primeira questão versava levantar os dados pessoais referentes a moradia e tempo de trabalho na Escola Estadual Nova Itamarati. O Professor 1 reside no Grupo Zumbi dos Palmares – MST Itamarati 2 e trabalha na Escola há 14 anos. O Professor 2 reside no Assentamento Itamarati Vila, na sede, e trabalha na Escola há 8 anos.

Quanto a formação e instituição em que concluíram o Ensino Superior, o Professor 1 é formado em Geografia, com Pós-Graduação em História e Biografia pelas Faculdades Integradas de Naviraí (FIINAV). O Professor 2 é formado em Ciências Biológicas pelas Faculdades Magsul, do Ponta Porã e possui Pós-Graduação em Educação do Campo pela FAVENI, *campus* de Ponta Porã.

A terceira questão ensejava saber qual era a disciplina que os professores lecionavam na E. E. Nova Itamarati, bem como se estes já haviam trabalhado em conteúdos relacionados ao Assentamento nas questões agroambientais. O Professor 1 respondeu que lecionava a disciplina de Geografia na escola e que já havia trabalhado com questões agroambientais no Assentamento Itamarati II. O Professor 2 lecionava Biologia e TVT, e também já tinha extensa bagagem no trabalho das questões agroambientais.

Na sequência, a próxima pergunta direcionada aos entrevistados almejava verificar se eles consideravam importante abordar os conteúdos sobre a questão agrária. O Professor 1 observou que era importante diante do fato de a Escola ser localizada em um assentamento, o que também foi concordado pelo Professor 2, que ainda verificou ser muito importante que os estudantes conheçam e compreendam que tudo o que foi conquistado foi com muita luta, a fim de que valorizem o local onde residem.

Como cita Borges (2018), a luta pela terra vem de gerações e com ela, os conflitos, a esperança de pertencer a um lugar, a esperança de dias melhores que acompanham as famílias na sua busca pelo pedaço de chão. Quando os professores citam a importância da história dessas lutas e a necessidade que impera aos alunos o reconhecimento desta história, é porque as famílias devem continuar lutando, pois, o assentamento não trouxe consigo as melhores condições de vida. Aos primeiros que conquistaram a terra, no Assentamento, foi muito difícil iniciar a produção, tirar dela o sustento, luta que continua nos dias atuais, pois, sempre há pelo que melhorar, seja na propriedade, seja para a família.

Importante considerar que existem muitas famílias a espera de um pedaço de chão, espalhadas pelo Brasil inteiro, esperançosas para que sua luta pela terra chegue ao fim. Assim, dar esperança a estas pessoas é continuar lutando por condições de dignidade e melhorias no campo.

A quinta questão versava levantar se os professores já haviam trabalhado com o Agrinho³³ e qual seria sua visão a respeito do Concurso Agrinho, desenvolvido nas escolas do campo. Para compreensão do Agrinho, trata-se de um programa criado em 1996 pelo Sistema (FAEP) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Na visão do Professor 1, o Agrinho é importante, mas reclamou do pouco tempo existente entre a chegada do material e o tempo para que se desenvolva um bom projeto para poder participar do Concurso, sendo o tempo, portanto, um empecilho para a participação da Escola. Para o Professor 2, os temas tratados no material do Agrinho não refletem a realidade dos estudantes, pois esses materiais deveriam abordar temas relacionados à Educação do Campo e na verdade não o são, pois focam mais no agronegócio.

Segundo Almeida (2014) os processos de fazer agricultura que se desenvolve no campo se fazem em contexto de disputa territorial entre lógicas diferentes de agricultura: a capitalista, centrada no lucro, e a familiar camponesa, na reprodução da tríade família/terra/trabalho. Nesse sentido, o Agrinho está voltado à lógica da agricultura capitalista, isso significa a forte influência do agronegócio nas escolas do campo em seu currículo e suas metodologias com conteúdo

³³ No MS, o Agrinho é o maior programa de responsabilidade social do Senar, voltado ao público infantil, abrangendo as crianças do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e visa mostrar a importância do meio rural para o desenvolvimento econômico e social, do estado e do país. O Senar/MS adotou o Agrinho em parceria com as Secretarias Estadual e Municipais de Educação (SENAR/MS).

voltado para a sua prática de produção. O programa desenvolve cursos e concursos estudantis com premiações em todo o território nacional.

Esse formato de projeto se contrapõe aos objetivos e princípios da Educação do Campo que se materializa através da luta das famílias camponesas em busca da terra para seu sustento, o que demanda atender essas comunidades articulando conhecimentos universais e específicos relacionando com a realidade territorial dos alunos, se baseando na tríade relacional camponesa de família/terra/trabalho, que consiste em um modo de produzir agricultura com formas de cooperação no trabalho e levando em consideração a diminuição dos impactos ambientais.

Na questão seguinte procurou-se entender a posição dos entrevistados sobre a Escola do Campo, procurando levantar sua percepção sobre esta ser ou não diferenciada. Na resposta, o Professor 1 achava que sim, que a escola do campo é diferenciada, mas fez um comentário dizendo que desde que foi implantada a Escola do Campo, sempre trabalhou-se com poucos recursos, e complementou que na Escola Estadual Nova Itamarati, os professores precisam fazer malabarismos para conseguir implantar os projetos relacionados ao campo. Na opinião do Professor 1, o Estado deveria dar um maior suporte nesta questão financeira para que a escola conseguisse implantar projetos com excelência, melhorando o contexto da Escola do Campo.

Semelhantemente, o Professor 2 concordou que a Escola do campo oferece disciplinas diferenciadas, mas também abordou a falta de recursos para que melhores projetos pudessem ser realizados no âmbito da Escola Estadual Nova Itamarati.

Os entrevistados foram questionados sobre sua percepção com relação a disciplina do eixo temático TVT para o âmbito da Escola do Campo. Assim, o Professor 1 elencou “a importância de trabalhar no eixo TVT considerando a realidade dos estudantes, que como moradores do campo podem aprender a trabalhar nos sítios, de maneira que aprendam a manejar a propriedade, preparando o solo e o seu plantio, também conhecendo mais sobre as plantas, legumes e hortaliças”.

Já o Professor 2, embora tivesse concordado com a importância da disciplina, relatou que “é muito difícil trabalhar a interdisciplinaridade com as demais disciplinas do currículo escolar, pois em alguns casos falta interesse dos outros professores para o envolvimento nos projetos e atividades programadas para o eixo TVT” e que “há pouco material para trabalhar com o eixo temático, já que os conteúdos precisam ser buscados pelos próprios professores e que encontrá-los na literatura é bem difícil”.

Para a questão “na sua visão as questões agroambientais devem ser trabalhadas na Educação do Campo? Ambos os entrevistados se equivaleram na resposta, confirmando que sim, a educação agroambiental deve ser abordada. Houve um complemento do Professor 2, que entende que “todas as disciplinas deveriam trabalhar na perspectiva da Educação do Campo, devido ser no campo onde o estudante vive”.

Os professores que participaram da pesquisa foram questionados sobre o espaço das questões agroambientais nos Eixos Temáticos TVT, ao que o Professor 1 respondeu que “procura envolver conteúdos sobre a questão ambiental em todas as atividades que realiza, seja dentro ou fora da sala de aula, tanto nas aulas teóricas quanto nas práticas”.

O Professor 2 destacou que “o espaço para tratar assuntos ligados às questões agroambientais é em praticamente todas as atividades, salientando que desde o espaço em que o estudante vive, suas atividades no sítio, as interrelações escola-comunidade-campo devem valorizar os saberes dos próprios estudantes diante das suas realidades, de modo que eles sejam incentivados à vida no campo e a sentir orgulho de suas raízes”.

Abordar as questões agroambientais na escola é de fundamental importância, já que a Educação do Campo deve envolver, de forma participativa e contínua, toda a comunidade, na escola e fora dela. E é a escola, enquanto ambiente diferenciado de troca de informações, que estes temas podem ser trabalhados, perfazendo um caminho que, embora demorado nos seus resultados, traz a certeza da semente plantada.

Os desequilíbrios causados pelo ser humano na produção e ocupação do solo mostra a necessidade de proporcionar um equilíbrio na relação com a natureza, de maneira que o comportamento negligente seja mudado através da incorporação de formas sustentáveis de sobrevivência e permanência no solo, dando condições para as gerações presentes e futuras terem e receberem um meio ambiente propício à vida e à existência, conforme declararam Rodrigues (1997) e Cavalcanti (2003).

A abordagem das questões agroambientais contribui para a preservação e conservação do meio ambiente no qual as famílias estão assentadas, uma vez que adquirindo conhecimentos na escola, os estudantes levam para o seio da família as informações vivenciadas tanto na teoria quanto na prática, beneficiando a qualidade de vida da família, bem como todo o meio onde está inserida.

A questão seguinte ensejou abordar se os saberes da Educação do Campo contribuem para as questões agroambientais e de que forma isso acontece. Nas respostas, o Professor 1

assinhalou que sim, contribuindo na orientação dos alunos quanto aos cuidados que o mesmo deve ter com relação ao meio ambiente. O Professor 2 também concordou que os saberes da Educação do Campo contribuem com as questões agroambientais, sendo que para ele, uma abordagem complementa a outra.

A questão seguinte objetivou levantar se os entrevistados desenvolviam alguma prática pedagógica diferenciada ou projeto voltado para as especificidades do campo, contribuindo assim, com as abordagens sobre as questões ambientais. Neste sentido, o Professor 1 respondeu que ele trabalhava com o projeto horta orgânica, que ensinava sobre a produção sem o uso de produtos químicos, e o Professor 2 estava desenvolvendo os seguintes projetos: sobre o meio ambiente, no qual os estudantes do Ensino Médio preparavam e realizavam palestras para o Ensino Fundamental sobre biodiversidade e tecnologias, também os projetos da horta orgânica, jardinagem e plantas medicinais.

Conforme abordado nesta dissertação, e a exemplo do estudo de Caldart (2010), a Educação do Campo requer uma valorização das pessoas do campo, atentando para o seu modo de vida, os saberes que passam de geração para geração, as dificuldades enfrentadas, em se considerando o processo de aquisição da terra, bem como a cultura própria de cada região ou trazida pelos assentados de diferentes regiões. Neste sentido, o processo educacional deve trabalhar o cotidiano dos estudantes de forma que nele estejam inseridas as questões relacionadas ao campo, procurando dar mais sentido para a educação das crianças e jovens camponeses.

Neste sentido, foi perguntado na entrevista de que forma as ações educativas ambientais são desenvolvidas junto aos alunos e quais são as inter-relações das questões ambientais junto à comunidade. Neste sentido, o Professor 1 respondeu que na escola as ações educativas são no sentido de conscientizar os alunos sobre os cuidados que todos devem ter com o meio ambiente, a fim de estes conhecimentos cheguem a toda a comunidade.

O Professor 2 relatou que são realizados debates com os estudantes sobre os temas trabalhados no eixo temático TVT.

A troca de conhecimentos e a valorização da cultura e conhecimentos das famílias, pais e comunidade é um alicerce na fundamentação da Educação do Campo. As experiências dos mais velhos em trabalhar a terra, bem como a teoria levantada pelos professores das disciplinas que interagem com a prática, faz toda a diferença na educação em uma escola do campo, já que esses saberes vão servir para edificar conhecimentos e experiências das novas gerações.

Os trabalhos práticos na horta, na jardinagem, na cultura das plantas medicinais, e também no trabalho com a casa e com os animais nas propriedades, são importantes para a motivação e novos aprendizados dos jovens, constituindo em uma fonte de recursos relacionados ao saber e ao querer dos jovens que em muito os influenciará nas suas escolhas futuras, incluindo aí o permanecer ou não na terra conquistada pela família.

Na última questão buscou-se levantar os desafios e dificuldades dos professores em trabalhar em uma escola do campo. Ambos os Professores responderam que as principais dificuldades se referem a falta de apoio do poder público, principalmente na questão de recursos para que os projetos sejam desenvolvidos na escola, considerando suas áreas nos eixos temáticos.

Entende-se que a escola tem o importante papel de difundir as informações a fim de transmitir conhecimentos científicos que vão contribuir para as práticas individuais e coletivas da comunidade nas questões do meio ambiente, promovendo o pensamento crítico e consciente para a formação do pensamento crítico e consciente das populações do campo, propondo melhorias e soluções para os problemas percebidos de forma a melhorar e valorizar o viver dessas pessoas.

A compreensão de que o desenvolvimento territorial com sustentabilidade é possível mitigar os danos causados pela ação humana passa pela descoberta de novas formas de produção e atuação nos territórios do campo, em se tratando aqui desta realidade, fica evidente que os conhecimentos proporcionados pela escola permitem novas alternativas as práticas camponesas do dia a dia.

Neste sentido, os professores são os mediadores dessa orientação, trabalhando com os alunos as ações teóricas e práticas que visam fortalecer a consciência crítica acerca da questão agroambiental. Para tanto, além da formação e disposição dos professores, faz-se necessário todo um suporte que possibilite a criação e implementação de projetos que vão ajudar a desenvolver nos alunos o interesse pelas questões do campo, levando informação e práticas para formar a bagagem intelectual necessária, mas, pela fala dos professores, os recursos financeiros são poucos neste processo, e dificultam a implementação das ideias referentes aos projetos da escola.

4.4.4 Entrevistas com os Estudantes

As entrevistas com os estudantes da Escola Estadual Nova Itamarati foram aplicadas a uma amostra de oito estudantes no período de 14 de outubro de 2019 a 13 de março de 2020. As entrevistas aconteceram durante o intervalo, em sala de aula e contaram com a participação

voluntária dos entrevistados. A amostra foi composta por: 3 estudantes do 5º ano Fundamental, 1 estudante do 8º ano Fundamental, 1 estudante do 1º ano do Ensino Médio e 3 estudantes do 2º ano do Ensino Médio.

Composta por dez questões, o objetivo da entrevista foi elencar a percepção dos estudantes sobre os projetos do eixo TVT desenvolvidos na Escola Estadual Nova Itamarati, e se os mesmos gostavam de realizá-los, além de outras questões relacionadas à pesquisa.

Nas três primeiras questões buscou-se abordar o local de moradia dos estudantes, a idade, suas rotinas diárias além dos estudos e o ano escolar que estavam frequentando. No Quadro 1 são apresentados esses dados.

Quadro 1 - Dados sociodemográficos dos estudantes

Entrevistado	Moradia	Idade	Rotinas e atividades diárias	Ano escolar	Ensino
Estudante 1	Dom Aquino Fetagri	10 anos	Afazeres domésticos, casa e horta	5º Ano	Ensino Fundamental
Estudante 2	Dom Aquino Fetagri	11 anos	Ajuda no sítio (atividades de criação e cuidados com porcos e vacas da propriedade)	5º Ano	Ensino Fundamental
Estudante 3	Itamarati Sede	17 anos	Atividades da casa e do sítio	8º Ano	Ensino Fundamental
Estudante 4	Itamarati Sede	16 anos	Serviço diário como servente de pedreiro	8º e 9º Ano	Ensino Fundamental
Estudante 5	Pioneiros do Sul – MST	16 anos	Atividades do sítio e na venda de produtos do sítio	2º Ano	Ensino Médio
Estudante 6	Fetagri	17 anos	Atividades do sítio (capina, cuida dos animais)	1º Ano	Ensino Médio
Estudante 7	Vila do Hangar	16 anos	Atividades da casa	2º Ano	Ensino Médio
Estudante 8	CUT – Grupo 2	10 anos	Ajuda nas atividades do sítio (cuidar dos animais, tirar leite, engarrafar o leite, mexer com os queijos)	5º Ano	Ensino Fundamental

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Conforme o Quadro 1, um item a ser comentado é a atividade dos estudantes fora das tarefas e atividades da escola. Na sua totalidade, os entrevistados, incluindo os estudantes de menor idade, citaram a realização de tarefas do sítio e da casa como seus afazeres diários. Este fato demonstra a importância da aprendizagem relacionada as atividades de cuidados com o sítio que podem ser implementadas nos componentes curriculares da escola, visando incrementar e promover os conhecimentos sobre os cuidados com o meio ambiente.

A pergunta quatro visou evidenciar nos entrevistados sobre o que haviam aprendido na escola com relação ao espaço rural, bem como se haviam estudado sobre o Assentamento Itamarati II, local onde residem. Entre as respostas, foram citadas as atividades de plantação de árvores, os movimentos da Agricultura Familiar, cuidados com a horta e sobre a importância das atividades agrícolas para o abastecimento da cidade. Alguns alunos afirmaram ter aprendido sobre o Assentamento Itamarati, demonstrando que estão recebendo informações sobre a origem do Assentamento.

Questionados sobre se gostam da disciplina TVT, os estudantes afirmaram que sim, citando entre os motivos, a possibilidade de aprender sobre o plantio e cuidados para com as atividades do sítio. E com relação ao meio ambiente, os estudantes afirmaram que dentro das disciplinas do TVT, têm aprendido sobre a preservação ambiental e os cuidados com a natureza, sobre a reciclagem do lixo e os cuidados com a horta e mudas de árvores. O reflorestamento também foi citado como aprendizagem na escola.

Na questão sete os entrevistados foram indagados se participavam e se gostavam dos projetos desenvolvidos na Escola. A esta questão, todos responderam que participavam e gostavam dos projetos desenvolvidos na Escola.

Quando questionados, para comentar sobre os projetos desenvolvidos em relação ao meio ambiente, os estudantes relataram que gostavam e citaram os projetos relacionados ao trabalho com horta, com reflorestamento, com a reciclagem do lixo e o cultivo das plantas medicinais. Os alunos afirmaram gostar de participar dos referidos projetos.

Perguntados sobre se gostavam da disciplina de Geografia, todos declararam positivamente. Aqui se abre espaço para comentar a importância desta informação, considerando ser a Geografia uma das disciplinas que podem estudar e desenvolver projetos na área do eixo temático TVT, inserindo os conteúdos relacionados à preservação e cuidados com o meio ambiente.

Na última questão, foi perguntado se os alunos gostavam de estudar na Escola Estadual Nova Itamarati e quais os planos após a finalização do Ensino Médio. Assim, todos relataram gostar de estudar na escola e com relação ao futuro, dos oito entrevistados, apenas um aluno informou planos para se formar em Medicina e sair do Assentamento. Os demais referiram desejo de continuar no Assentamento, a partir da formação nas seguintes especialidades: Médico Veterinário (2 citações); Técnico Agrícola; outros cursos técnicos e de capacitação (não citados).

Assim, as entrevistas permitiram verificar a percepção dos envolvidos com o eixo temático TVT na Escola Estadual Nova Itamarati, possibilitando abordar como a temática agroambiental é tratada naquele meio escolar, mas abordando também como poderia ser mais influente no meio escolar, se superados os obstáculos para que mais atividades fossem incorporadas. A abordagem da questão agroambiental na Escola traz benefícios a toda a comunidade, na medida que busca a preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve o objetivo de refletir sobre as contribuições da Educação do e no Campo para com as questões agroambientais, a partir do currículo da Escola Estadual Nova Itamarati, localizada no Assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã, MS. Assim, apresentou-se uma discussão da abordagem sobre a questão agrária e agroambiental no Assentamento Nova Itamarati, trazendo a Educação do Campo na perspectiva do PQA.

É importante considerar que no âmbito do sistema capitalista, as contradições ambientais que nele operam, geram debates e discussões, sobretudo ao se considerar que o futuro da humanidade, sua produção e reprodução estão em constante ameaças e devem ser, portanto, motivo para suscitar debates nesta área.

A contaminação de rios e mananciais, a exaustão dos recursos naturais e energéticos, o aumento das desigualdades socioeconômicas, a exclusão dos menos favorecidos e tanto outros problemas advindos do desenvolvimento colocam em importância fundamental seu debate e abordagem na sociedade como um todo. A conscientização sobre as questões agroambientais deve fazer parte do currículo das escolas, pois abre espaço para que os conhecimentos sejam levados para o seio da família e da comunidade, por meio dos estudantes e sua formação ambiental.

O debate sobre a questão ambiental é oportuno na orientação às políticas públicas que embasadas pela sociedade, visem a atenção do poder público e possibilitem a solução dos problemas surgidos na esteira do desenvolvimento e sua força esmagadora sobre o meio ambiente.

O Assentamento Itamarati foi implantado em 2004 a partir da venda da Fazenda de nome similar para fins de pagamento de dívidas do seu então proprietário, assentando na ocasião, cerca de 1.692 famílias envolvidas com Associações ligadas a movimentos socioterritoriais diversos, sendo a área do Assentamento dividida em Assentamento Itamarati I e Assentamento Itamarati II.

Abordar questões agroambientais na escola para a realidade do Assentamento tem uma importância fundamental, considerando ser está um espaço de discussão e troca de informações com o fim de valorizar a luta das famílias envolvidas e a importância da permanência dos jovens no campo, a partir da conclusão dos estudos. Além disso, a permanência no campo deve ser entendida não como um único caminho possível, para os jovens camponeses, mas uma condição

necessária para continuar e para prover as famílias que tanto lutaram para ter o direito de ter o seu espaço de vida.

Desta maneira, o estudo analisou a estrutura curricular da Escola Estadual Nova Itamarati, na qual estão inseridas as disciplinas que fazem parte do eixo temático TVT no qual se situa a Educação no Campo, demonstrando como as questões agroambientais são nele inseridas e como os professores abordam essas questões nos projetos desenvolvidos na base da escola.

Concorda-se com a visão de outros pesquisadores citados durante a pesquisa, que a escola tem a função de considerar o desenvolvimento territorial sustentável das comunidades rurais, nesta linha envolvendo os assentamentos rurais, de forma que se aborda nas práticas da escola a inserção das questões agroambientais. Não só com relação à teoria, mas considerando a prática como uma forma de motivar os aprendizes e muni-los de conhecimentos para que possam levar às propriedades familiares um novo conceito de relação da sociedade com o campo e com o meio ambiente, do qual tira o seu sustento.

É na escola que se possibilita ao aluno a oportunidade de aprender ou estender os conhecimentos recebidos na base familiar sobre o sítio e a produção dele tirada, de forma que o pensamento crítico traga novas formas de produzir e de sustento na agricultura, visualizando novas possibilidades, considerando que a preservação e conservação do ambiente seja uma realidade.

Os professores entrevistados demonstraram engajamento na adoção de ações e atividades ligadas às questões agroambientais na educação dos estudantes da Escola Estadual Nova Itamarati, porém, percebeu-se a preocupação e o desabafo dos mesmos quanto aos fatores que acabam por impedir o desenvolvimento e aplicação de projetos maiores na escola, dado a falta de recursos para que materiais e insumos possam ser comprados e venham a incrementar as ações. Sabe-se que a realização de quaisquer atividades requer investimento, mesmo que simbólico e que, se não sair do caixa da escola, teria que sair do bolso dos professores, o que não faz sentido nenhum.

Quanto aos estudantes da Escola, houve concordância entre os entrevistados quando citaram que morar no interior é bem melhor do que morar na cidade, enfocando como a vida ao ar livre, no meio da natureza (como na fala de um dos alunos) é mais agradável. Tanto que a grande maioria dos alunos que participaram da entrevista referiram-se que continuar no campo é o desejo para o futuro. Talvez pressintam que as dificuldades da saída do Assentamento e o enfrentamento

de outra realidade possa lhes trazer prejuízo, embora a menção à satisfação em morar no campo não possa ser descartada.

Neste caso, quanto maiores chances estes estudantes tiverem de construírem uma vida camponesa alicerçada em conhecimentos e esclarecimentos, melhores serão as chances de sucesso dentro daquilo que almejam: dar continuidade ao trabalho no campo, podendo construir suas famílias e dando às mesmas o direito, a dignidade e a condição de estarem fazendo isso da melhor maneira possível.

O debate agroambiental no seio da escola, como uma proposta interdisciplinar, deve ser no sentido de envolver todos os sujeitos participantes, gestão, professores, estudantes e comunidade escolar, visando propor soluções conjuntas para a realidade da escola e do Assentamento, no caso da Escola E. Nova Itamarati, situada dentro do seu perímetro.

Inserida no contexto social próprio do Assentamento, a E. E. Nova Itamarati também provoca impactos no meio ambiente, podendo ser estes trazidos para o debate sobre os problemas ambientais, suscitando alternativas para diminuir os desperdícios e a geração de lixos, além de ter um posicionamento acerca das estratégias que podem ser ensinadas e discutidas para a resolução de problemas (semelhantes) apresentados na comunidade do assentamento.

Sobretudo, é possível considerar que a escola é um espaço fomentador de mudanças, sendo um ambiente que propicia a admissão de novas posturas e atitudes com relação ao tema abordado, propiciando aprendizados e valores para as questões agroambientais como as tratadas nesta dissertação.

Neste sentido, a educação agroambiental a ser proposta na Escola do Campo deve conceber uma noção de interdependência dos seres humanos com os demais seres vivos que fazem parte do ecossistema, que possibilite uma visão totalitária do meio ambiente e a necessidade de preservação e proteção, considerando as gerações presentes, mas sem esquecer da importância para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (Re)Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul**. 390p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Questão Agrária, Internacionalização e Crise Agroambiental. Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-27, jun., 2014.

ALMEIDA, Crislaine Souza. **O professor de Geografia e a Educação do/no Campo em Escolas Estaduais de Dourados-MS: discurso, teoria e prática**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4539/1/CrislaineSouzaAlmeida.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

AMARAL, Marcela. **Educação em Assentamento de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara)**. 2007. 68 f. (Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação e Metodologia de Ensino, Araraquara, 2007.

ANDRADE, Elisabeth Souza; DRESCH, Leonardo Oliveria; TREDEZINI, Cícero Antônio de Oliveira; BITENCOURT, Mayra Batista; PEREIRA, Rozana Carvalho. **A crise do sistema sócio proprietário de produção nas unidades I e II do Assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS. Anais... 48º Congresso SOBER**, 2010.

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BARBOSA, Gisele Silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões**. 4. ed, v. 1, n. 4, 2008.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, 14. ed. São Paulo, 1992.

BEZNOS, Clóvis. **Aspectos Jurídicos da Indenização na Desapropriação**. Editora Fórum. Belo Horizonte, 2006.

BORGES Maria Celma; **A História Rural entre Roca, Pobres da Terra E “A Reforma que Virou Suco” da América Portuguesa a FHC, Lula e Dilma**. In: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (Orgs.) **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária – vol. II)**. Curitiba: CRV, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão. (Série NEAD Debate, 20). Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/>. Acesso em 05 mai. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O Ensino da Geografia e a Questão Agrária nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental 2008.** 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, p.27- 49, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1067/1/Rodrigo%20Sim%C3%A3o%20Camacho.pdf>. Acesso em; 20 set. 2020.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: um caminho para compreender a realidade em que se vive. **Revista de Ensino de Geografia**, v.2, p.3 - 35, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v.10, p.1 - 16, 2014a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273492307_ALGUMAS_CONSIDERACOES_ACERCA_DO_MODO_DE_VIDA_CAMPONES. Acesso em 20 jun. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014b. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/94275/paradigmas-em-disputa-na-educacao-do-campo>. Acesso em 03 jun. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do campo em disputa: Resistência versus subalternidade ao Capital. **Educação & Sociedade Campinas**, v.38, nº.140, p.649-670, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Mf7pXW3vnZSjtxhCC3yYfnB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 04 jun. 2021.

CANDU, Vera M; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p.154, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321279912_INTERCULTURALIDADE_E_EDUCACAO_NA_AMERICA_LATINA_uma_construcao_plural_original_e_complexaAcesso em: 20 jul. 2021.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 21. ed. ver. ampl. e atualiza. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

CARVALHO, Isabel Cristina de M. **Educação Ambiental: a formação de um sujeito ecológico.** São Paulo Cortez, 2004.

CAVALCANTE, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em:

http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf. Acesso em 01 ago. 2021.

CORDEIRO, Ângela; PETERSEN, Paulo; ALMEIDA Silvio. **Crise socioambiental e conservação ecológica da agricultura brasileira**: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: MIMCO, 1996.

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de Direito Romano**. Editora Forense, 4. ed. Rio de Janeiro, 1967.

DAVID, Maria B. A; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. **Atlas dos benefícios da reforma agrária. Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, 1997.

DEMO, Pedro. **Aprender: o desafio reconstrutivo**. Rio de Janeiro: Boletim técnico do SENAC, v. 24, n. 3, p. 33, set/dez. 1998.

DURHAN, Eunice. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978. In: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Assentamentos rurais: Um espaço em construção de famílias de origem migrante. **ANAIS... XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2005.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. EMBRAPA Agropecuária do Oeste. **Caracterização ambiental e sócio-econômico do assentamento Itamarati - MS**. Convênio Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Dourados, MS. 2002.

ETGES, Norberto J. Produção do Conhecimento e Interdisciplinaridade: educação e realidade. Porto Alegre: **Faculdade de Educação da UFRGS**, v.18, n. 2 jul/dez. 1993.

FABRINI, João. Edenilson. A Existência (e Resistência) camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS** – n. 29, a. 15, mai. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global 2008.

FERREIRA, Cristina O. A Percepção Ambiental das Famílias Assentadas no Projeto do Assentamento Itamarati I do Município de Ponta Porã - MS. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade Estácio de Pimenta Bueno. Pimenta Bueno: 2010.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 14. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa** - FGV. São Paulo. v 118, p. 189-205. 2003.

LIMA, Maria Tamires Teotônio; VIEIRA, Leandro Cavalcante. Questão agrária e ensino de geografia: representações sobre o agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, v. 10, n. 22, 2019.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Gustavo da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, a. II, n. 5, 2. Sem. 1999, p. 153-254. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/XbM3XCm7mvDnV4ffSFfSkrm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 nov. 2021.

MARQUES, Marta I. M. O Conceito de espaço rural em Questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19. jul./dez. 2004.

MARQUESI, Roberto Wagner. **Direitos reais agrários e função social**. Curitiba: Juruá, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. CÓDIGO FLORESTAL, 2001. **Código Florestal Brasileiro**. – CONSTITUIÇÃO, Federal de Mato Grosso do Sul de 1989. Disponível em: https://al.ms.gov.br/upload/Pdf/2019_07_15_05_15_11_constituicao-do-estado-de-mato-grosso-do-sul-1989.pdf. Acesso em:

MATO GROSSO DO SUL. **Diário Oficial nº 6.153**, de 29 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e-9d/7162710cfa2eb47704256e0b0049e0b2?OpenDocument>. Acesso em: 14 nov. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Diário Oficial nº 10.061**, de 20 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10061_02_01_20. Acesso em 10 de julho 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 15.298**, de 23 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/DO10014_24_10. Acesso em 06 de julho de 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de desenvolvimento agrário (SDA). Instituto de desenvolvimento agrário, assistência técnica e desenvolvimento rural do MS (IDATERRA). **Plano de desenvolvimento do Assentamento Itamarati**: Produção, 2003. 341 p.

MATO GROSSO DO SUL. Escola Estadual Nova Itamarati. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação (PEE)**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Escola Nova Itamarati. **Projeto Político Pedagógico (PPP)** Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2019a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Educação do Campo**: referencial curricular dos eixos temáticos: Terra-Vida-Trabalho das escolas do campo da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul Ensino Fundamental Ensino Médio. Campo Grande, 2019b.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II**. Questões para Reflexão. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MUNARIM, Antonio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, v. 33, n. 1, p. 57-72, jan./abr. 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/download/19/pdf_1. Acesso em: 01 maio 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, José Carlos. Entidades alertam para extinção de programas e fechamento de escolas rurais. **Agência Câmara de Notícias**, 28 set. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/524037-entidades-alertam-para-extincao-de-programas-e-fechamento-de-escolas-rurais/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

OSÓRIO, Fábio Medina. Existe uma Supremacia do Interesse Público sobre o Privado no Direito Administrativo Brasileiro? **Revista de Direito Administrativo**, v. 220. Rio de Janeiro: Renovar, abr./jun. 2000.

PARECER n. 36/2001. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb36_01.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revista Forense, 2004.

ROCHA, Olavo Acyr de Lima. **A desapropriação no direito agrário**. São Paulo: Atlas, 1992.

RODRIGUEZ, Jane M. M. Desenvolvimento sustentável: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, A. P. B. (org.). **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC – Imprensa Universitária, 1997.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro; MAIA, Alexandre Gori. Avaliação de custos e benefícios ambientais. Brasília: **ENAP**, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. 2. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SARLET, Ingo. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais: na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e geração de empregos no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados e Cortez, 1998.

SENADO FEDERAL. **Lei n. 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional**. Brasília: 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SENAR/MATO GROSSO DO SUL. Agrinho. Disponível em: <https://www.agrinhoms.com.br/>. Aceso em: 01 dez. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Genivânia Maria da. As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural. **Boletim Dataluta**. Artigo do mês 1: março de 2015. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_1_2015.pdf. Acesso em 03 mar. 2021.

SILVA, Daiane Alencar. As Políticas Públicas de Reforma Agrária: Desdobramentos no Assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS. 2018, 253p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS,

2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/401/1/DaianeAlencardaSilva.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, José Afonso da. **Lições preliminares de direito**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

SILVA, José Afonso da. **Poder constituinte e poder popular**. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Maria M. P. da. Instrumentos de pesquisa para identificação da percepção ambiental. In: **ANAIS...** Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia, 4, Recife, 2002.

TEIXEIRA, Daniel Moura da Costa. Educação Ambiental: uma análise econômica. **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. Goiânia: 19-22 nov. 2012.

TEIXEIRA, Gerson (Org.). Resultados do Censo Agropecuário 2017. **IBGE**. Brasília, 04 de novembro de 2019.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_480b23ec42a81646fcf2fceb1756deab. Acesso em: 18 out. 2021.

TERRA, Ademir. O assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-matogrossense. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev. 2010.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

APÊNDICE

A - Entrevista com a Coordenadoria Regional da Educação

- 01) Há quanto tempo trabalha na educação? Qual sua formação curricular? Em qual instituição conclui o ensino superior?
- 02) Qual sua visão sobre a Educação do Campo no estado de Mato Grosso do Sul?
- 03) As escolas do campo possuem uma legislação específica? Por que as escolas do Assentamento Itamarati se tornaram escolas do campo?
- 04) A estrutura curricular da escola muda ao se tornar do campo? Como?
- 05) Calendário da escola do campo tem alguma alteração?
- 06) Nas avaliações institucionais das escolas do campo levam em consideração as especificidades do campo de acordo com a legislação?
- 07) Por que as escolas do campo não trabalham com a pedagogia da alternância?
- 08) Na sua opinião a escola do campo deve trabalhar conteúdos relacionados ao assentamento? Qual a sua visão sobre a disciplina de Eixos Temáticos: Terra-Vida-Trabalho?
- 09) Qual a importância dos Eixos Temáticos (TVT) para a questão ambiental na escola do campo?
- 10) Quanto aos saberes da Educação do Campo, contribui para a Educação Ambiental? E vice-versa? De que forma?
- 11) Qual sua visão a respeito da escola do campo, sendo uma representante da coordenadoria regional de Ponta Porã ficando responsável por supervisionar a escola Estadual Nova Itamarati? Quais suas possíveis expectativas?

B – Entrevista com a Direção ou Coordenação da Escola Estadual Nova Itamarati

- 01) Há quanto tempo trabalha na educação? Qual sua formação curricular? Em qual instituição conclui o ensino superior?
- 02) Qual sua visão sobre a Educação do Campo na Escola Estadual Nova Itamarati?

- 03) Calendário da Escola Estadual Nova Itamarati possui alguma alteração? Nas avaliações institucionais levam em consideração as especificidades do campo?
- 04) A estrutura curricular da escola muda ao se tornar do campo? Como?
- 05) Houve mudanças na escola a partir da passagem da educação rural para Educação do Campo? (Se houve, quais as dificuldades e desafios após a mudança?).
- 06) Quais são os projetos desenvolvidos dentro da escola do campo com relação a suas especificidades?
- 07) A escola recebe repasses financeiros específicos, Federal ou Estadual, por ser escola do campo?
- 08) Quais ações educativas são desenvolvidas nos Eixos temáticos: (TVT) no currículo da escola? de que forma os projetos são realizados junto aos alunos? E quais são as inter-relações culturais desenvolvidas junto à comunidade?
- 09) Qual é o espaço da educação agroambiental no currículo da escola?
- 10) A escola possui projetos ou trabalhos pedagógicos relacionados à educação agroambiental, realizados junto aos estudantes?

C – Entrevistas – Professores

- 01) Onde mora? Há quantos anos trabalha na escola estadual Nova Itamarati?
- 02) Sua formação curricular? Em qual instituição concluiu o ensino superior?
- 03) Qual disciplina leciona na escola? Já trabalhou com conteúdos relacionados ao assentamento e as questões ambientais?
- 04) Considera conteúdos sobre a questão agrária importantes?
- 05) Você já trabalhou com os conteúdos do Agrinho? Qual a sua visão a respeito do concurso Agrinho desenvolvido nas escolas do campo?
- 06) Qual sua posição sobre a escola do campo? (Você considera que a escola do campo é diferenciada?)
- 07) Você considera a disciplina de Eixos Temáticos: Terra-Vida-Trabalho importante para a escola do campo?
- 08) Na sua visão a Educação Ambiental deve ser trabalhada na Educação do Campo?
- 09) Qual é o espaço da Educação Ambiental nos Eixos Temáticos: (TVT)?

- 10) Quanto aos saberes da Educação do Campo, contribui para a Educação Ambiental? E vice-versa? De que forma?
- 11) Desenvolve práticas pedagógicas diferenciadas ou projetos voltados para a especificidade do campo que contribuem para as questões ambientais? Que tipo? Exemplos.
- 12) De que forma as ações educativas ambientais são desenvolvidas junto aos alunos? E quais são as inter-relações das questões ambientais junto à comunidade?
- 13) Na sua opinião quais são os desafios e dificuldades de trabalhar em uma escola do campo?

D – Entrevistas – Estudantes

- 01) Onde mora? Você gosta de morar no assentamento?
- 02) Quantos anos você tem? Fale como é sua rotina diária?
- 03) Estuda em qual série/ano?
- 04) O que você aprendeu na escola sobre espaço rural (Campo)? Você já estudou na escola sobre o assentamento onde mora?
- 05) Você gosta da disciplina de Terra-Vida-Trabalho (TVT)? Justifique porquê?
- 06) O que você aprendeu na disciplina de (TVT)? Tem relação com o meio ambiente?
- 07) Você participa de projetos desenvolvidos na escola? Gosta dos projetos desenvolvidos na escola do campo?
- 08) Comente sobre os projetos desenvolvidos na escola em relação ao meio ambiente? Você gostou de participar? Em qual disciplina está sendo desenvolvido?
- 09) Você gosta da disciplina de Geografia? A disciplina aborda conteúdos sobre meio ambiente?
- 10) Você gosta de estudar no campo na Escola Estadual Nova Itamarati? O que pretende fazer ao se formar no ensino médio?

ANEXOS

PROJETO “ESCOLA NA HORTA”

PERGUNTA PROBLEMA

É possível, avaliar a aplicabilidade da implantação de uma horta como método de ensino para Educação Ambiental?

RESUMO DO PROJETO

Este trabalho trás uma abordagem sobre aplicação de uma horta no ambiente da Escola Estadual Nova Itamarati, sendo utilizado como método de ensino para Educação Ambiental e Alimentação Saudável.

I - JUSTIFICATIVA

O plantio de hortaliças é uma opção para melhorar a qualidade da merenda escolar, pois além de minimizar os gastos com alimentos destinados aos alunos, ainda contribui para melhorar a qualidade da alimentação do educando.

Ao produzir seu próprio alimento, a escola deixa de adquirir de terceiros, com isso, diminui despesas.

A disponibilidade de diferentes tipos de hortaliças produzidas na própria horta motiva o hábito de consumi-las regularmente e em quantidade suficiente, resultando no fornecimento de sais minerais e vitaminas que o corpo humano necessita. Sendo ricas nesses nutrientes, portanto necessárias para um melhor desenvolvimento e funcionamento do organismo humano. Uma dieta rica em sais minerais e vitaminas são eficazes ao bom funcionamento não só do organismo da criança em fase de desenvolvimento, mas para todo indivíduo.

Alimentação equilibrada contribui para saúde atuando como meio preventivo de diversas doenças. Uma vez que o mesmo implantado dentro das diretrizes que seguem neste relatadas o local em tempos futuros não só terá como serventia economia e aumento na qualidade alimentar do educando, mas também servirá como laboratório a céu aberto para realização de aulas práticas de diversas disciplinas, além de que os alunos terá mais convívio com a natureza. Envolvendo a clientela escolar a fim de dinamizar aulas, uma vez que será de fundamental importância ao conhecimento prático dos alunos.

Fatores educacionais se cruzam com fatores profissionais, dá-se então o almejo pela qualidade alimentar, além disso, contribui ao bom uso do homem para com a natureza, onde o conhecimento não se tornará jamais excessivo para a parte mais dependente – o homem, sendo o mesmo o mais interessado em manter um ambiente saudável de uso e manejo sustentado.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Um dos principais objetivos da Educação Ambiental consiste em contribuir para a compreensão da complexidade do ambiente em suas dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais, políticas, éticas e tecnológicas, de maneira a sensibilizar a coletividade quanto à importância de sua organização e participação na defesa de todas as formas de vida. Pretende-se, assim, incentivar a mobilização dos cidadãos a partir do reconhecimento das causas e das consequências dos impactos socioambientais que afligem o planeta, buscando satisfazer as necessidades fundamentais da humanidade ao mesmo tempo em que são respeitados os direitos das gerações futuras terem acesso a um ambiente saudável (EMBRAPA, 2011).

Observa-se a necessidade da construção de novas visões educacionais que integrem a saúde e o ambiente através de projetos realizados na escola.

O desenvolvimento de trabalhos realizados em horta escolar aborda temas como educação ambiental, e educação para a saúde através dos aspectos nutricional e alimentar.

A contribuição das atividades realizadas na horta escolar ajuda o aluno a compreender o perigo da utilização de agrotóxicos para a saúde humana e ao meio ambiente; a importância da preservação do meio ambiente; desenvolve a cooperação da comunidade escolar; proporciona a modificação dos hábitos alimentares, mostra a necessidade do reaproveitamento de materiais. Todas essas atividades têm um só princípio, conscientizar a adotarmos um estilo de vida que cause menos impactos ao meio ambiente, observando a problemática ambiental que vivenciamos partindo da horta escolar.

O desenvolvimento da horta escolar possibilita ao educando um melhor e mais proveitoso aprendizado, onde há a necessidade do toque na terra, contato com as plantas, diferenciação de formas, texturas, cheiro e da cor. Estimulando a inteligência, os sentidos e a interação com o meio ambiente, desenvolvendo também a consciência ambiental (OLIVEIRA, 2005).

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

A educação Alimentar é essencial e deve basear-se em um processo ativo, assim, a horta escolar passa a ser um espaço alternativo para aquisição de aprendizado sobre alimentação e nutrição, podendo ser considerado um laboratório vivo onde as crianças experimentam diversas experiências, tornando o contato com os alimentos mais atraente e prazeroso, motivando assim o uso de uma alimentação mais nutritiva e saudável (BRASIL, 2005; REIS; SANTOS, 2005 apud SILVEIRA; ANDRADE; GUIMARÃES, 2009).

O conhecimento, as atitudes, comportamentos e habilidades desenvolvidas por meio de efetivos programas de saúde em escolas, voltados para a conscientização de que a adoção de hábitos saudáveis trará melhor qualidade de vida, capacitam crianças e jovens para fazer escolhas corretas sobre comportamentos que promovem a saúde do indivíduo, família e comunidade. Por meio do trabalho nas preferências alimentares de crianças, que são determinantes importantes da ingestão alimentar, promove-se o balanceamento na composição da dieta em relação aos macronutrientes e ao total energético. (DAVANÇO; TADDEI; GAGLIANONE, 2004)

A escola ocupa praticamente um terço da vida do aluno, assim ela necessita desempenhar um papel fundamental na formação dos hábitos de vida e da personalidade da criança. Oferecendo alimentação equilibrada e orientar seus

alunos para a prática de bons hábitos de vida. As consequências principais da alimentação inadequada no período escolar podem ser caracterizadas como alterações do aprendizado e da atenção, carências nutricionais específicas ou decorrentes do excesso de alimentos (MOURÃO, 2010).

II - OBJETIVOS

O projeto “Escola na Horta” tem por objetivo implantar uma horta na escola, avaliando sua aplicabilidade como método de ensino para Educação Ambiental, além de trazer melhor qualidade à alimentação servida na escola, oferecer um laboratório natural aos alunos. Promovendo uma mobilização social com a finalidade de conscientizar as pessoas para a necessidade e a importância de plantar e cuidar, para disponibilizar uma melhoria na alimentação da população em geral e, principalmente, das comunidades mais carentes. Incentivando os alunos a permanecerem no campo e agregar valor nos lotes que residem, além de intervir na cultura alimentar dos alunos.

III - METODOLOGIA

O projeto será realizado na Escola Estadual Nova Itamarati, no Assentamento Itamarati, Ponta Porã/MS. Na seguinte ordem:

- * Preparo do solo (arar, adubar),
- * Demarcação das áreas de plantio,
- * Execução do plantio das mudas.

MATERIAL

- * arado,
- * pá,
- * enxada,
- * carrinho de mão,
- * pá de mão,
- * mangueira,
- * balde,

1. O local utilizado possui disponibilidade de sol, água condições de terreno e proteção de ventos fortes e frios. A horta terá uma cerca viva de feijão tropeiro, devendo observar que o acesso das crianças a horta não deve oferecer risco algum de acidentes.

2. Seleção de hortaliças, como, por exemplo:

* Alface, almeirão, couve, chicória, repolho, acelga, tomate, berinjela, pimentão, pepino, quiabo, abobrinha, couve flor, brócolos, alcachofra, cenoura, beterraba, rabanete, nabo, cebolinha, salsa, coentro.

3. Alunos juntamente com professores, e funcionários ficarão responsáveis pelo manejo da horta, levando a efeito:

- * Irrigação diariamente observando o melhor horário para sua efetivação;
- * Retirada de plantas invasoras;
- * Observação do aparecimento de pragas;
- * Afofar a terra próxima às mudas;
- * Completar nível de terra em plantas descobertas;

4. A colheita será feita obedecendo ao período de maturação das hortaliças. Realizando a higienização com auxílio das merendeiras, e após higienização será servida como parte da merenda escolar reforçando a alimentação das crianças e proporcionando maior variedade nas opções presentes.

5. Todos os processos de implantação da horta serão acompanhados pelos alunos com seus professores, onde o professor utilizará como um estudo do meio em suas aulas, que além de estar diversificando a aula, estará oferecendo aos alunos, uma interação com o meio ambiente, mostrando a importância do cuidado com animais e plantas, para o futuro do planeta, e para sua saúde.

REFERENCIAS

AMBIENTE BRASIL. Recuperação de áreas degradadas: Obras de engenharia na recuperação. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>.

ÁRVORES DO BRASIL. Informações e estudos sobre árvores nativas brasileiras: Árvores nativas frutíferas. Disponível em: <www.arvores.brasil.nom.br/textos/frutif.htm>.

CHALFUN, N.N.J. & PIO, R.; Aquisição e plantio de mudas frutíferas. Editora UFLA. Disponível em: <http://www.editora.ufla.br/BolExtensao/pdfBE/bol_03.pdf>.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. de A. C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. Revista Nutrição, Campinas, v.17, n.2.

EMBRAPA. Caracterização Edafoclimática do Assentamento Itamarati, MS, e Análise Socioeconômica Regional. Disponível em: <<http://www.cpa0.embrapa.br/publicacoes/ficha.php?ano=2002&num=53&tipo=DOC>> Acesso em: 31 de março de 2010.

EMBRAPA. Ministério da agricultura: Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas. 1ª ed. Rio Branco: 2003. 32p. Disponível em: <www.cpa0.embrapa.br>.

GEÓFAGOS. Degradação química do solo. Disponível em: <www.lablogatorios.com.br>.

GOUVEIA, M. S. F. Atividades de Ciências: a relação teoria-prática no Ensino. Ensino em Revista, v.3, n.1, p.9.

MOURÃO, M. J. Importância da Educação Nutricional na Escola. [2010]. Disponível em: <http://www.avanti.com.br/nutricao_artigo1.htm>. Acesso em: 13 de abril de 2011.

OLIVEIRA, J.P.; Recuperação de áreas degradadas. *Jornal Impacto*. Rio de Janeiro, jan./2006. Disponível em: <http://www.jornalimpacto.inf.br>.

PORTAL ECODEBATE. Disponível em: www.ecodebate.com.br/index.php/tag/areas-degradadas.

PORTUGAL, G.; Áreas degradadas. Disponível em: www.gpca.com.br/gil/art37.html.
PROGRAMA POMAR DOMÉSTICO. Disponível em: <http://www.lavras.mg.gov.br/?p=1515>.

SILVEIRA, J. C.; ANDRADE, L. A. D. B.; GUIMARÃES, E. M. de A.; Avaliação do Aprendizado de crianças sobre alimentação e nutrição comparada a dois métodos de abordagem didáticos. *Nutrir Gerais – Revista Digital de Nutrição*, Ipatinga, v. 3, n. 4.